



# **APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS**

**EXERCÍCIO DE 2020**

## Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
Mensagem do Conselho de Administração .....	4
Principais Indicadores .....	8
1. A APDL no ano de 2020.....	9
2. O Negócio da APDL .....	12
3. Recursos Humanos.....	32
4. Abordagem à Sustentabilidade Ambiental .....	39
5. Investimento .....	43
6. Análise económica e financeira .....	47
7. Perspetivas futuras .....	63
8. Informações adicionais .....	67
9. Proposta de Aplicação de Resultados.....	68
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	70
GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....	137
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....	144
ANEXOS .....	163
Abreviaturas.....	164
Índice de tabelas – Relatório de Gestão .....	166

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## Mensagem do Conselho de Administração

A APDL é uma empresa do Setor Empresarial do Estado que tem por objeto a administração dos portos de Leixões, Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, visando a respetiva exploração económica, conservação e desenvolvimento.

Na prossecução da sua Missão e de acordo com as linhas estratégicas e orientações fixadas pela Tutela, a APDL procura de forma responsável e através de boas práticas de governo societário, promover o desenvolvimento local, regional e nacional, de forma equilibrada e em sintonia com a sustentabilidade económica, social e ambiental e com os objetivos e requisitos de qualidade identificados para a rede *core* das Redes Transeuropeias de Transporte, da qual o porto de Leixões e a Via Navegável do Douro fazem parte.

### Desempenho e Criação de Valor

Apesar das expectativas positivas iniciais, o ano de 2020 foi marcado pelas repercussões da pandemia de SARS-CoV-2, que teve reflexos na atividade económica do País e do sistema portuário gerido pela APDL.

No *cluster* portuário gerido por esta administração portuária, verificou-se uma quebra de atividade, com um movimento global de mercadorias de 17,4 milhões de toneladas, tendo como setores mais afetados pela pandemia o segmento dos granéis líquidos, com acumulação de stocks e interrupção da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos, e as atividades ligadas ao turismo, nomeadamente o segmento dos cruzeiros em Leixões e a atividade marítima-turística da Via Navegável do Douro.

No entanto, registaram-se novos máximos históricos em 2020 na movimentação de Ro-Ro, com um movimento superior a 1,3 milhões de toneladas, reforçando a posição do porto de Leixões como o maior porto nacional neste tipo de tráfego, e na movimentação de carga contentorizada, com um movimento superior a 7,1 milhões de toneladas e a 700 mil TEU, evidenciando o posicionamento do porto de Leixões a nível nacional na carga contentorizada de import/export, ou seja, de *hinterland*, e de apoio à economia nacional.

Com efeito, de acordo com o Estudo de Importância Económica do Cluster Portuário do Douro, Leixões e Viana do Castelo, em 2018, o sistema portuário gerido pela APDL representou cerca de 6,3% no PIB do País e 6,8% do Emprego Nacional.

Como forma de minimização do impacto da pandemia nos setores mais sensíveis, foi criado em 2020, o Plano de Contingência Económico-Financeiro no quadro da Pandemia COVID-19 \_ Medidas de Apoio aos Clientes do Sistema Portuário gerido pela APDL e Medidas de Apoio à Retoma Progressiva das atividades na área dominial e marítimo-turística.

### Eficiência e Inovação Tecnológica

O sistema portuário gerido pela APDL tem-se caracterizado pelo seu vanguardismo nos sistemas tecnológicos e práticas inovadoras e pela elevada eficiência operacional.

Nesse sentido, é determinante a incorporação nos investimentos em curso de tecnologias inovadoras que facilitem a descarbonização e transição energética e a gestão inteligente das infraestruturas, encontrando-se em curso um conjunto de investimentos de I&D, no âmbito dos quais se pretendem desenvolver soluções relevantes.

Na senda da aposta na sustentabilidade ambiental, encontra-se em definição o *Road Map* para a transição energética, em elaboração no âmbito da candidatura a fundos comunitários do projeto EALING – European European flagship Action for cold ironing in ports, que

proporcionará um plano extensível a todos os investimentos perspetivados, para a mudança progressiva das fontes de abastecimento energético do porto de Leixões, na ótica do recurso a energias renováveis e mais limpas, atingindo progressivamente a autossuficiência energética desta infraestrutura.

Simultaneamente, a configuração da digitalização do negócio assume-se como uma das principais prioridades, estimulando a otimização de processos e a eficiência das operações, com repercussões na cadeia logística, o que fomentará ainda a intervenção sobre a redução da pegada ambiental associada às infraestruturas sob gestão da APDL.

A eficiência e fluidez neste importante elo da cadeia logística serão intensificadas através dos investimentos previstos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, como a Reconversão do Terminal de Contentores Sul do Porto de Leixões, promovida pelo concessionário TCL, no âmbito da renegociação do Contrato de Concessão, o Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, o Aprofundamento do Anteporto e do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais e Cais do Bugio no Porto de Viana do Castelo e o Desenvolvimento da Via Navegável do Douro, dotando-a de maior operacionalidade e condições de segurança e eficiência na navegabilidade, bem como através dos projetos transversais aos portos portugueses (implementação da JUL, da Fatura Única Portuária, da Modernização do VTS, do Portugal Hub GNL e Portugal Tech Clusters).

### **Capital Humano**

No ano 2020, marcado pela forte crise pandémica mundial associada ao vírus SARS-COV-2, são merecedores de um particular agradecimento os colaboradores da APDL e restantes *stakeholders* do *cluster* portuário gerido pela APDL que, através do sentido de missão e de responsabilidade, seguindo os planos de contingência elaborados de acordo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), as Normas e Orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Autoridade de Saúde Portuária, permitiram manter a atividade portuária com os níveis de qualidade requeridos e as cadeias de abastecimento das populações ativas sem interrupção.

Efetivamente, o ano de 2020 foi particularmente desafiante, com estados de emergência e de calamidade, confinamentos e teletrabalho nas atividades de BackOffice, sendo de salientar a capacidade manifestada de cooperação, de ajustamento à mudança e às novas condições de trabalho, que mantiveram os níveis de execução num panorama de excelência, no atual contexto.

### **Comunidades Portuárias e Integração Urbana**

O sucesso de cada uma das unidades de negócio gerida pela APDL está muito dependente da boa articulação e bom desempenho dos nossos parceiros de negócio que integram as Comunidades Portuárias (nomeadamente os concessionários e operadores de estiva), bem como das entidades oficiais e outros atores relevantes da cadeia logística de mercadorias.

Apesar das condições adversas, no ano de 2020, foram promovidas algumas iniciativas relevantes, entre as quais, a articulação com a Infraestruturas de Portugal, SA (IP) no âmbito da promoção da quota ferroviária das mercadorias que passam pelo porto de Leixões, sendo de salientar o acordo tripartido conseguido entre a IP, a APDL e o TCL – Yilport Leixões durante a fase da execução da obra de Reconversão do Terminal de Contentores Sul do porto de Leixões e a aproximação conseguida para a exploração do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões.

Este esforço vem sustentar a estratégia da APDL de promoção da ferrovia no contexto operacional do porto de Leixões, com evidentes ganhos ambientais e logísticos, que visa potenciar a intermodalidade no transporte de mercadorias, favorecendo o tecido empresarial e industrial da região e do país, nomeadamente para a criação de condições para a implementação dos portos secos em pontos estratégicos do território nacional, como é exemplo o projeto em estudo para o Município da Guarda, como forma de estender o respetivo hinterland e de aumentar a eficácia logística e a capacidade de aproximação aos principais mercados europeus.

No âmbito das medidas em curso com vista à descarbonização, salienta-se o Protocolo estabelecido em 2020 entre a APDL e a ANTRAM – Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias, no sentido de reduzir o número de viaturas pesadas mais poluentes nos portos de Leixões e Viana do Castelo, bem como os respetivos tempos de operação, contribuindo para a diminuição da emissão de gases para a atmosfera e para a diminuição do ruído provocado pela circulação da atividade de camiões dentro da área portuária.

A configuração de ações que traduzam a redução das emissões poluentes com origem na área portuária é um objetivo de sobremaneira perseguido pela APDL, que contando com a cooperação dos diversos agentes integrantes do ecossistema portuário, prosseguirá com a reorganização do trânsito de veículos ligeiros que diariamente entram e circulam em Leixões, através da planificação concertada e objetivamente securitária.

A APDL expressa o seu compromisso com o Município de Matosinhos e a comunidade de perseguir a neutralidade carbónica, através de um conjunto de medidas e de investimentos em curso, que marcarão as próximas décadas e farão cumprir o ambicioso desígnio de tornar Leixões como o primeiro porto do mundo com emissões zero até 2035, 15 anos antes do prazo estabelecido pela União Europeia, bem como a cooperação estratégica com Viana do Castelo, destacando-se a empreitada dos novos acessos rodoviários ao porto, que não só acrescentam valor à atividade portuária, como representam uma das mais importantes intervenções na região, do ponto de vista económico, social, ambiental e urbanístico.

Entende-se, por isso, que a capacidade de integração na malha urbana onde se localizam as principais infraestruturas, num princípio de envolvimento ativo nas dinâmicas sociais dos municípios, é um vetor primordial da estratégia da APDL, consubstanciado a partir do acolhimento de start-ups ligadas à inovação e tecnologia - CIIMAR e UPTec -, de projetos pioneiros na área da investigação e produção de energias verdes (Windfloat e CorPower), da integração de redes internacionais, como o Global Compact Network Portugal, bem como da efetivação de uma postura de responsabilidade social, com a ligação a entidades de interesse público e o investimento em estruturas de saúde, cultura e desporto ao serviço das comunidades, servindo de exemplo a Nova Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital Pedro Hispano e a requalificação do Complexo Desportivo de Gatões.

Consideramos o vetor da sustentabilidade crítico a curto, médio e longo prazo, objetivando responder aos desafios colocados, a nível europeu, pelo Pacto Ecológico Europeu e a nível nacional, pelo Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) e pelo Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050).

### **Desafios Futuros**

As evoluções de contexto económico verificadas, nomeadamente o encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos e a continuação dos efeitos da pandemia COVID 19 em 2021, os quais se manifestam de forma acentuada nas atividades ligadas ao turismo, nomeadamente na atividade de cruzeiros de Leixões e na atividade marítima turística da Via

Navegável do Douro, influenciarão negativamente o desempenho do *cluster* gerido pela APDL no triénio 2021-2023.

No entanto, os investimentos em curso pela APDL, essencialmente nas acessibilidades marítimas, no interface ferroviário e na preparação do sistema portuário para a sustentabilidade ambiental e transição energética, em articulação com a cidade e demais *stakeholders* relevantes, no contexto do novo período de programação 2021-2027, permitem perspetivar o futuro com confiança.

## Principais Indicadores

### PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2020	2019	2018
<b>Tráfego Portuário</b>				
<b>Porto de Leixões</b>				
Escalas de Navios	n.º	2 477	2 575	2 551
Total de Carga Movimentada	1000 ton	17 076	19 556	19 209
Movimento de Contentores	TEU	703 919	685 810	670 093
<b>Porto de Viana do Castelo</b>				
Escalas de Navios	n.º	203	200	184
Total de Carga Movimentada	1000 ton	357	380	326
<b>Via Navegável do Douro</b>				
Escalas de Navios	n.º	23	25	19
Total de Carga Movimentada	1000 ton	41	45	34
<b>Passageiros</b>				
Porto de Leixões	n.º	6 477	88 696	117 096
Via Navegável do Douro	n.º	226 333	1 645 133	1 296 031
<b>Negócios</b>				
Volume de Negócios	€ 1000	51 938	55 587	54 071
Porto de Leixões	€ 1000	48 123	51 045	50 370
Porto de Viana do Castelo	€ 1000	2 618	2 208	2 117
Via Navegável do Douro	€ 1000	1 198	2 334	1 584
<b>Investimento</b>				
Capital Investido	€ 1000	28 860	13 418	13 347
Fundos Próprios	€ 1000	26 043	6 495	8 705
Outros Fundos	€ 1000	2 817	6 923	4 641
<b>Resultados</b>				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 1000	34 003	32 978	35 856
Resultado Operacional	€ 1000	9 158	9 327	10 666
Resultado Líquido do Período	€ 1000	6 471	6 257	7 062
Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (1)	%	65,5	59,3	66,3
<b>Estrutura Financeira</b>				
Autonomia Financeira (2)	-	0,79	0,79	0,79
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	%	1,7	1,7	1,9

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo

(3) Resultado Líquido/ Capital Próprio



## 1. A APDL no ano de 2020

- O ano 2020 foi marcado pelo surgimento à escala global da pandemia de SARS-CoV-2 que nos remeteu para um momento único, conduzindo-nos a mudanças drásticas com forte impacto na atividade económica, financeira e social. A APDL procurou dar respostas imediatas, atuando e acautelando ao máximo os constrangimentos na atividade diária, tendo sido aplicadas medidas que permitiram assegurar os serviços e as relações com os clientes, colaboradores, parceiros de negócio, fornecedores e com as comunidades portuárias de forma segura e eficaz.
- A situação pandémica agravou de forma significativa o movimento de mercadorias do sistema portuário gerido pela APDL durante o ano de 2020. No seu conjunto os portos de Leixões e de Viana do Castelo movimentaram 17,4 milhões de toneladas de carga, o que representou um recuo de 12,6% face ao ano anterior. Esta quebra é explicada principalmente pela forte diminuição do movimento de granéis líquidos, que apresentaram um decréscimo de 28,3% face a 2019. Neste particular, o porto de Leixões foi claramente penalizado pela crise pandémica atual e que originou a suspensão temporária da atividade da refinaria de Matosinhos. Também os granéis sólidos e a carga geral fracionada apresentaram evoluções negativas face ao ano anterior, apresentando quebras consideráveis de 16,1% e de 4,2%, respetivamente.
- Por sua vez, o movimento de carga contentorizada e de carga Ro-Ro no Porto de Leixões registaram acréscimos, sendo de destacar que foi atingido um novo máximo em 2020 na movimentação de carga contentorizada, tendo sido ultrapassada a barreira das 7 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 2,8% face a 2019. Também o aumento da frequência das ligações regulares com novos mercados no segmento Ro-Ro, potenciaram o crescimento desta tipologia de carga em cerca de 1,1% relativamente ao ano anterior. Estes números evidenciam a necessidade urgente da construção do Novo Terminal do Porto de Leixões, que permitirá a receção de navios de maior dimensão e aumentar a capacidade instalada no lado terra para este tipo de carga, e possibilitará gerar um importante impacto social e económico na região e no país.
- Por outro lado, para responder à evolução crescente das dimensões dos navios porta-contentores, e para criar condições para a sua receção no Porto de Leixões, a APDL está a desenvolver um avultado investimento público no montante de cerca de 142 milhões de euros, para melhorar as Acessibilidades Marítimas através do Prolongamento do Quebramar Exterior e do Aprofundamento do Anteporto e da Bacia de Rotação.
- Merecem ainda destaque outros investimentos muito importantes em curso no Porto de Leixões, nomeadamente a Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte, a Estabilização do Cais da Doca 4 Sul, a criação do Centro Inspetivo e a aquisição de dois rebocadores de 70 toneladas de força.
- No contexto dos portos nacionais o Porto de Leixões ocupa o segundo lugar no movimento global de carga e continua em primeiro lugar no segmento da carga roll-on/roll-off.
- O comportamento do porto de Viana do Castelo no ano de 2020 face ao ano anterior, foi também muito influenciado pelos efeitos da pandemia, determinando um abrandamento do movimento pelo porto face ao ano 2019. O movimento total de mercadorias movimentadas em 2020 atingiu 357 mil toneladas, significando um

decréscimo de 6,1% face ao ano anterior. Para este desempenho negativo contribuíram a carga geral fracionada e os granéis líquidos, que registaram quebras de 8,8% e 14,6%, respetivamente. A única exceção à variação anual negativa verificou-se apenas nos granéis sólidos que registaram um ligeiro crescimento de cerca de 1%. A carga geral fracionada continua a destacar-se como a tipologia com maior representatividade nesta infraestrutura portuária.

- Em meados de 2020 arrancou a obra, há muito esperada, de Aprofundamento do Anteporto e do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais e Cais do Bugio, num investimento público de 17,4 milhões de euros, o qual irá permitir a entrada de navios de maior dimensão e potenciar a criação de um *cluster* na indústria naval portuguesa, aumentando a competitividade do porto de Viana do Castelo e contribuindo para a melhoria das condições de segurança e navegabilidade da infraestrutura.
- Ainda no Porto de Viana do Castelo, o ano 2020 ficou marcado pela conclusão da 1ª fase da Empreitada de Reparação e Reforço do Molhe Norte do Porto de Viana do Castelo, a qual correspondeu a um investimento da APDL de 2,1 milhões euros. Esta empreitada foi a primeira de quatro intervenções previstas, as quais representam um investimento global de cerca de 22 milhões de euros, para a reabilitação do referido Molhe, assegurando principalmente questões de segurança da infraestrutura portuária com crescente relevo na atividade económica da região.
- Depois de anos sucessivos de crescimento, o turismo fluvial na Via Navegável do Douro sofreu em 2020 uma quebra acentuada devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, que provocou durante alguns meses a suspensão da atividade. Assim, no último ano, o curso fluvial do Douro registou um movimento de cerca de 226 mil passageiros, o que traduz uma quebra de 86% relativamente ao ano anterior.
- A APDL tem vindo a efetuar investimentos relevantes nas condições de navegabilidade da VND, nomeadamente no que respeita à melhoria dos sistemas de comunicação, de informação e de segurança. Estes investimentos contribuem para a criação de uma alternativa de transporte sustentável com a qualidade e segurança exigidas a nível europeu e internacional.
- A crise provocada pela pandemia Covid-19 teve um impacto devastador no setor do turismo, constituindo a atividade de cruzeiros uma das mais duramente atingida pelas medidas necessárias para conter a pandemia, sendo que desde março de 2020, o turismo internacional praticamente parou. Consequentemente, e depois de um ciclo de vários anos de crescimento, a atividade de cruzeiros em Leixões em 2020, retrocedeu para cerca de 6 500 passageiros, o que representa um decréscimo de 92,7% relativamente ao ano anterior. Esta fase de menor atividade do terminal de cruzeiros permitiu a preparação de um plano de retoma e implementação de medidas de segurança e de apoio à recuperação das diferentes valências desenvolvidas no terminal, no período pós pandemia.
- Pelo décimo ano consecutivo a APDL obtém com sucesso a atribuição do Certificado de Qualidade de índole internacional, sendo que, neste historial de uma década, as mudanças mais significativas ocorridas no âmbito do seu Sistema de Gestão da Qualidade verificaram-se após a integração na APDL do porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro. A APDL destaca-se como sendo a Autoridade Portuária com o âmbito mais amplo na Certificação de Qualidade, o qual é atribuído pela reconhecida entidade internacional no sector, a Lloyd's.

- Rumo à descarbonização dos portos de Leixões e Viana do Castelo, a APDL e a ANTRAM celebraram em 2020 um protocolo que interdita a entrada e circulação de viaturas mais poluentes nas infraestruturas portuárias. Este protocolo prevê a redução dos tempos das operações, designadamente o levantamento e entrega de contentores marítimos ou outras mercadorias, contribuindo para a diminuição da emissão de gases para a atmosfera e para a redução da emissão de ruído provocado pela circulação e pela atividade de camiões dentro da área portuária.
- O investimento total da APDL em 2020 cifrou-se em 28,9 milhões de euros, dos quais 14,3 milhões de euros no Porto de Viana do Castelo, 13 milhões de euros no Porto de Leixões e 1,6 milhões de euros na Via Navegável do Douro.
- Apesar dos efeitos da pandemia os indicadores económico-financeiros da APDL em 2020 apresentaram uma evolução que evidencia um desempenho positivo, destacando-se o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos de 34 milhões de euros e o Resultado Líquido superior a 6,4 milhões de euros. Ainda assim, e apesar destes indicadores, o EBITDA, utilizado para avaliar a capacidade da APDL gerar recursos a partir da sua atividade operacional, atingiu os 21,2 M€, o que reflete um decréscimo de 13,5% face a 2019 (24,5 M€). Este decréscimo relaciona-se com a situação resultante da crise pandémica gerada pela pandemia SARS-Cov2/Covid-19 que afetou fortemente, como já referido, a atividade de alguns setores de atividade. Para fazer face à quebra de atividade verificada, a APDL implementou um plano de contingência de carácter financeiro de apoio às empresas e operadores que exercem a sua atividade no cluster portuário gerido por esta autoridade portuária.

## **2. O Negócio da APDL**

### **2.1. Enquadramento Macroeconómico**

O ano 2020 fica marcado pela contração económica que se fez sentir em todos os setores e economias, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

De acordo com a informação publicada no Boletim Económico de março de 2021 do Banco de Portugal, em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) português diminuiu 6,1%, tendo o cenário de contração sido igualmente registado em todos os países da Área do Euro, atingindo-se uma variação média negativa de 4,9%.

Todos os agregados, à exceção do Consumo Público, contribuíram para a variação negativa do PIB registada no exercício de 2020, sendo de salientar que foi durante o segundo trimestre de 2020 que se apurou a maior retração dos agregados económicos, refletindo o impacto económico dos primeiros meses da pandemia e do primeiro confinamento nacional.

Especificamente, e em termos anuais, foi ao nível da Procura Externa que se registaram os contributos mais negativos, verificando-se uma queda acentuada das Exportações em 18,7% e das Importações em 12,1%.

Por outro lado, o dinamismo da Procura Interna registado em 2019 inverteu-se, tendo esta rubrica diminuído cerca de 4,3% face ao ano transato. Já o Consumo Privado reduziu 5,9%, enquanto que o Consumo Público aumentou 0,5%. Registou-se, igualmente, a diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2,2%.

Apesar da paragem da atividade económica e do elevado impacto no mercado laboral, a Taxa de Desemprego em 2020 ascendeu a 6,8%, traduzindo-se num aumento de apenas 0,3 pontos percentuais em relação ao verificado em 2019.

A Inflação tem apresentado um comportamento de desaceleração nos últimos anos, tendo o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) diminuído 0,1% em 2020, principalmente pela diminuição registada ao nível do Vestuário e Calçado, das Comunicações e dos Transportes.

### **2.2. Tráfego Marítimo**

#### **2.2.1. Movimento de Navios**

Em 2020, escalaram o Porto de Leixões 2 477 navios, representando um decréscimo de 3,8% em relação ao ano anterior. Na arqueação bruta registou-se uma diminuição de 19,1%.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 203 navios que totalizaram 821 mil GT. A evolução face ao ano transato foi de 1,5% em número de navios e -1,2% em GT.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 680 navios e 29,4 milhões de GT, que correspondem a evoluções de -3,4% e -18,7%, respetivamente, por comparação a 2019.

**NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA**

	2020		2019		VARIÇÃO	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Porto de Leixões	2 477	28 619	2 575	35 391	-3,8%	-19,1%
Porto de Viana do Castelo	203	821	200	832	1,5%	-1,2%
<b>Total</b>	<b>2 680</b>	<b>29 441</b>	<b>2 775</b>	<b>36 222</b>	<b>-3,4%</b>	<b>-18,7%</b>

**2.2.1. Movimento Geral e Mercado Portuário**

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 17,4 milhões de toneladas, menos 2,5 milhões toneladas que no ano anterior (-12,6%).

**MOVIMENTO TOTAL**

Un: 1000 Ton

	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Porto de Leixões	17 076	19 556	-2 480	-12,70%
Porto de Viana do Castelo	357	380	-23	-6,10%
<b>Total</b>	<b>17 433</b>	<b>19 936</b>	<b>-2 503</b>	<b>-12,60%</b>

Movimento geral no Porto de Leixões

O movimento total no Porto de Leixões atingiu 17,1 milhões de toneladas, constituindo um recuo de quase 2,5 milhões de toneladas face ao máximo de 2019. Tal evolução foi essencialmente determinada pelo decréscimo de granéis, especialmente de granéis líquidos, devido à pandemia associada ao vírus SARS-CoV-2 e à redução de atividade da refinaria da Petrogal.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu 14,1 milhões de toneladas em 2020, significando um decréscimo de 11,7% em comparação a 2019. O movimento nacional registou um decréscimo de 17%, face ao ano anterior. O peso percentual do comércio externo fixou-se em 82,7%, aumentando em 0,9 p.p. relativamente ao ano anterior.

**PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL**

Un: 1000 Ton

	2020		2019		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	8 424	49,3%	10 304	52,7%	-1 880	-18,2%
Exportação	5 703	33,4%	5 699	29,1%	4	0,1%
<b>Comércio Externo</b>	<b>14 127</b>	<b>82,7%</b>	<b>16 003</b>	<b>81,8%</b>	<b>-1 876</b>	<b>-11,7%</b>
Movimento Nacional	2 949	17,3%	3 553	18,2%	-604	-17,0%
<b>Total</b>	<b>17 076</b>	<b>100,0%</b>	<b>19 556</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2 480</b>	<b>-12,7%</b>

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos continuaram no topo da tabela, tendo Espanha e Egito ascendido à segunda e terceira posição, respetivamente. Por outro lado, Angola desceu da segunda para a quarta posição, tendo o Brasil e o Uruguai sofrido quedas de sete posições no ranking.

**PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA**

Un: 1000 Ton

	2020		2019		VARIAÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
PAISES BAIXOS	3 226	18,9%	3 346	17,1%	-120	-3,6%
ESPAÑA	1 561	9,1%	1 576	8,1%	-15	-1,0%
EGIPTO	1 101	6,4%	1 106	5,7%	-5	-0,5%
ANGOLA	1 049	6,1%	2 078	10,6%	-1 029	-49,5%
REINO UNIDO	971	5,7%	996	5,1%	-25	-2,6%
BELGICA	774	4,5%	512	2,6%	262	51,3%
GUINE EQUATORIAL	664	3,9%	408	2,1%	256	62,8%
MARROCOS	648	3,8%	561	2,9%	86	15,4%
FRANCA	634	3,7%	504	2,6%	129	25,7%
E.UNIDOS AMERICA	331	1,9%	341	1,7%	-10	-2,9%
CHINA	278	1,6%	241	1,2%	37	15,3%
IRLANDA	224	1,3%	233	1,2%	-9	-3,9%
BRASIL	223	1,3%	820	4,2%	-598	-72,8%
CABO VERDE	204	1,2%	168	0,9%	36	21,7%
URUGUAI	166	1,0%	542	2,8%	-376	-69,4%
OUTROS	2 075	12,1%	2 570	13,1%	-496	-19,3%
COMÉRCIO EXTERNO	14 127	82,7%	16 003	81,8%	-1 876	-11,7%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	2 949	17,3%	3 553	18,2%	-604	-17,0%
<b>TOTAL</b>	<b>17 076</b>	<b>100,0%</b>	<b>19 556</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2 480</b>	<b>-12,7%</b>

As quebras de movimento com Angola e Brasil são devidas essencialmente à forte redução da importação de petróleo. Com origem em Angola foram descarregadas 842 mil toneladas, que comparam com 1,9 milhões de toneladas do ano anterior. No caso do Brasil, foram registadas 402 mil toneladas no ano anterior, não se tendo verificado qualquer movimento em 2020, com origem nesse país.

O movimento total com Angola, excluindo petróleo, registou um aumento de quase 17%, significando uma relevante recuperação das exportações por Leixões e que contraria a tendência dos últimos anos.

No caso do Uruguai a quebra de movimento deveu-se à forte quebra na descarga de estilha, mercadoria que também prejudicou o movimento do Brasil.

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 3,2 milhões de toneladas, decrescendo 3,6% face ao ano anterior, destacando-se aproximadamente 1,6 milhões de toneladas de carga contentorizada e 1,3 milhões de toneladas de carga ro-ro, tendo representado neste último caso praticamente a totalidade do movimento de Leixões.

Em relação aos restantes países, destacam-se as evoluções de movimento com a Bélgica (+51,3%), Guiné Equatorial (+62,8%), Marrocos (+15,4%) e França (+25,7%).

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2020 um decréscimo de 17,0% face ao ano anterior. O movimento de carga para portos nacionais totalizou um pouco mais de 1,1 milhões de toneladas, menos 846 mil toneladas que no ano anterior (-43,1%). O movimento de descarga de portos nacionais foi de aproximadamente 1,8 milhões de toneladas, mais 242 mil toneladas que no ano precedente (+15,2%). A quebra de

movimento com portos nacionais resulta maioritariamente da significativa diminuição de carga de produtos refinados com destino ao porto de Sines.

#### Movimento geral no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo a carga movimentada totalizou 357 mil toneladas, menos 23 mil toneladas do que em 2019.

O Porto de Viana do Castelo mantém-se como um porto de perfil exportador, tendo aumentado para 72,9% (+8,7 p.p.) a cota da carga exportada. Do total do movimento verificado, 94,5% correspondeu a tráfego internacional, sendo que a carga exportada para os países da União Europeia foi maioritária. A maior parte do movimento com portos nacionais continuou a ser a descarga de cimento, que em 2020 foi de aproximadamente 16 mil toneladas.

#### **PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL**

Un: 1000 Ton

	2020		2019		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	77	21,7%	115	30,3%	-38	-32,7%
Exportação	260	72,9%	244	64,2%	16	6,6%
<b>Comércio Externo</b>	<b>338</b>	<b>94,5%</b>	<b>359</b>	<b>94,5%</b>	<b>-21</b>	<b>-6,0%</b>
Movimento Nacional	20	5,5%	21	5,5%	-2	-7,3%
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>100,0%</b>	<b>380</b>	<b>100,0%</b>	<b>-23</b>	<b>-6,1%</b>

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, Espanha, Marrocos e Alemanha.

#### **PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA**

Un: 1000 Ton

	2020		2019		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
PAISES BAIXOS	106	29,7%	95	25,1%	11	11,1%
ESPAÑA	61	17,2%	47	12,2%	15	31,8%
MARROCOS	31	8,7%	19	5,1%	12	60,9%
ALEMANHA	31	8,7%	37	9,6%	-6	-15,1%
ITALIA	28	7,9%	33	8,7%	-5	-15,0%
OUTROS	80	22,4%	128	33,7%	-48	-37,6%
COMÉRCIO EXTERNO	338	94,5%	359	94,5%	-21	-6,0%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	20	5,5%	21	5,5%	-2	-7,3%
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>100,0%</b>	<b>380</b>	<b>100,0%</b>	<b>-23</b>	<b>-6,1%</b>

### **2.2.2. Análise do Movimento de Mercadorias**

O movimento consolidado por tipo de carga no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

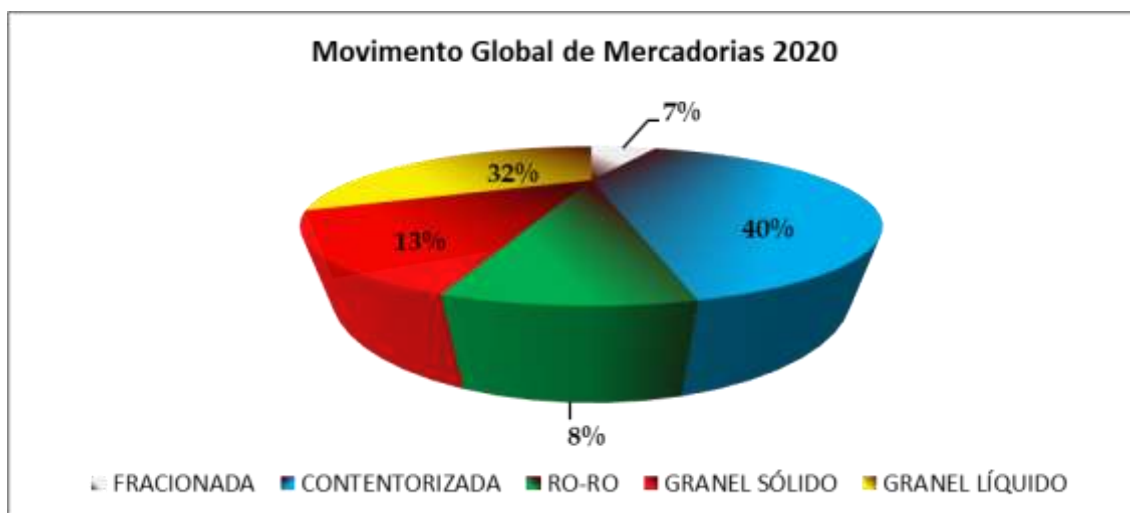
**MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA**

Un: 1000 Ton

	2020	2019	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Carga Geral Fracionada	1 169	1 221	-52	-4,2%
Carga Contentorizada	7 004	6811	193	2,8%
Ro-Ro	1 336	1322	14	1,1%
Granéis Sólidos	2 331	2 777	-446	-16,1%
Granéis Líquidos	5 593	7 805	-2 212	-28,3%
<b>Total</b>	<b>17 433</b>	<b>19 936</b>	<b>-2 503</b>	<b>-12,6%</b>

No ano de 2020 registou-se um decréscimo na carga geral fracionada, nos granéis sólidos e nos granéis líquidos, tendo sido mais significativo no último caso, condicionando substancialmente o total do movimento registado no ano. A carga contentorizada e a carga roll-on/roll-off registaram uma evolução positiva.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.



**Porto de Leixões**

O porto de Leixões registou uma evolução negativa no total de carga e nos segmentos de carga geral fracionada, de granéis sólidos e de granéis líquidos. A atividade em 2020 ficou fortemente marcada pela pandemia SARS-CoV-2 e a consequente redução da atividade da refinaria da Petrogal. Mesmo assim a carga contentorizada e a carga roll-on/roll-off terminaram 2020 com uma evolução positiva, atingindo novos máximos.

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificaram-se decréscimos de 2,2% e 28,8% no tráfego nos Cais Comerciais e nos Terminais Petrolero e Oceânico, respetivamente.

Nos Cais Comerciais movimentaram-se menos 263 mil toneladas do que em 2019, devido, sobretudo, ao decréscimo de movimento de granéis sólidos (-17,0%). Nos Terminais Petrolero e Oceânico há a assinalar uma forte quebra no movimento de petróleo em bruto e produtos refinados.



**PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS**

Un: 1000 Ton

	2020		2019		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
<b>Cais Comerciais</b>	<b>11 588</b>	<b>67,9%</b>	<b>11 851</b>	<b>60,6%</b>	<b>-263</b>	<b>-2,2%</b>
Carga Geral Fracionada	999	5,8%	1 034	5,3%	-35	-3,4%
Carga Contentorizada	7 004	41,0%	6 810	34,8%	194	2,8%
Carga Ro-Ro	1 336	7,8%	1 322	6,8%	14	1,1%
Granéis Sólidos	2 184	12,8%	2 631	13,5%	-447	-17,0%
Granéis Líquidos	66	0,4%	54	0,3%	11	20,3%
<b>Terminais Petroléiro e Oceânico</b>	<b>5 488</b>	<b>32,1%</b>	<b>7 705</b>	<b>39,4%</b>	<b>-2 217</b>	<b>-28,8%</b>
<b>Total</b>	<b>17 076</b>	<b>100,0%</b>	<b>19 556</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2 480</b>	<b>-12,7%</b>

Na análise da cota dos setores operacionais e de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias faz-se notar a perda de 7,3 p.p. dos Terminais Petroléiro e Oceânico para os Cais comerciais. Neste contexto de perda de importância dos granéis líquidos, evidenciam-se a carga contentorizada e carga roll-on/ roll-off que aumentaram as cotas para 41,0% (+6,2 p.p.) e 7,8% (+1,1 p.p.), respetivamente. Os granéis sólidos posicionaram-se numa cota de 12,8% (-0,7 p.p.).

**Tipo de Movimento Carga/Descarga**

O movimento de carga representou 39,9% do total de mercadorias movimentadas em 2020, aumentando ligeiramente, relativamente ao ano anterior.

**PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO**

Un: 1000 Ton

MOVIMENTO	2020		2019		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
CARGA	6 819	39,9%	7 661	39,2%	-842	-11,0%
DESCARGA	10 257	60,1%	11 895	60,8%	-1 638	-13,8%
<b>TOTAL</b>	<b>17 076</b>	<b>100,0%</b>	<b>19 556</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2 480</b>	<b>-12,7%</b>

Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -11,0% e -13,8%, respetivamente, em comparação com 2019.

**Carga Geral Fracionada**

Em 2020, o movimento total de carga fracionada no Porto de Leixões atingiu praticamente um milhão de toneladas, traduzindo um decréscimo de 3,4% face ao ano anterior.

**PORTO DE LEIXÕES: CARGA GERAL FRACIONADA**

Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
FERRO/AÇO	626	674	-48	-7,2%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	188	163	25	15,6%
PARALELEPÍPEDOS	74	66	8	12,4%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	37	36	1	2,3%
OBRAS DE FERRO E AÇO	29	43	-14	-31,8%
PEDRAS E S/ OBRAS	21	35	-14	-40,0%
MERCADORIAS DIVERSAS	23	16	7	40,3%
<b>Total</b>	<b>999</b>	<b>1 034</b>	<b>-35</b>	<b>-3,4%</b>

Este tipo de carga mantém-se muito dependente do movimento do ferro/ aço n.d. e ferro/ aço (chapa, arco) que somaram 81,5% do movimento total. O ferro/ aço n.d. apesar de ter registado um decréscimo de 7,2%, continua a ser a mercadoria mais movimentada deste segmento, detendo ainda uma cota de 62,7%.

**Carga Contentorizada**

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões atingiu um novo máximo em 2020, ultrapassando pela primeira vez 7 milhões de toneladas. Apesar das dificuldades do mercado a carga contentorizada aumentou 194 mil toneladas face ao máximo que havia sido registado no ano anterior, crescendo 2,8%.

Neste tipo de carga destaque para a evolução das matérias plásticas - bruto e obra (+8,8%), das obras de ferro e aço (+18,3%) e das pastas de madeira e papel para reciclar (+66,7%).

Em sentido contrário regista-se o decréscimo de movimento de Papel e cartão (-19,2%), de fios, tecidos e artigos têxteis (-11,2%) e de peixes, crustáceos e moluscos (-17,2%).

**PORTO DE LEIXÕES: CARGA CONTENTORIZADA**

Unid.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	578	531	47	8,8%
PAPEL E CARTÃO	472	584	-112	-19,2%
MERCADORIA DE GRUPAGEM OU CLASS. INDEFINIDA	293	299	-6	-2,0%
FIOS, TECIDOS E ARTIG. TEXTEIS	287	323	-36	-11,2%
PEDRAS EM BRUTO	259	247	12	4,8%
OBRAS DE FERRO E AÇO	215	181	33	18,3%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	207	206	2	0,8%
PASTAS DE MADEIRA E PAPEL P/ RECICLAR	188	113	75	66,7%
PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	170	205	-35	-17,2%
OUTROS PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E CONEXAS	165	141	25	17,5%
PRODUTOS QUÍMICOS	142	127	14	11,3%
BEBIDAS	133	162	-28	-17,5%
LEITE E LACTICÍNIOS	125	114	11	9,4%
AZULEJOS E MOSAICOS CERÂMICOS	124	133	-9	-6,6%
BORRACHA (BRUTO E OBRA)	112	127	-15	-11,6%
MERCADORIAS DIVERSAS	2 191	2 011	180	8,9%
TARAS	1 344	1 307	37	2,8%
<b>Total</b>	<b>7 004</b>	<b>6 810</b>	<b>194</b>	<b>2,8%</b>

**Tráfego Roll-on/ Roll-off**

O tráfego Roll-on/Roll-off manteve a tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, ainda que de forma menos acentuada. Em 2020 atingiu um novo máximo, superando o total do ano anterior em 14 mil toneladas e crescendo 1,1%.

Todas as principais mercadorias deste segmento, à exceção dos automóveis e veículos terrestres e suas partes, registaram crescimento.

**PORTO DE LEIXÕES: TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF**

Unid.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	201	170	31	18,2%
PRODUTOS QUÍMICOS	155	145	10	7,1%
MERCADORIA DE GRUPAGEM OU CLASS. INDEFINIDA	154	142	12	8,4%
OBRAS DE FERRO E AÇO	123	122	2	1,5%
AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS TERRESTRES E S/ PARTES	82	112	-31	-27,2%
OUTROS PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E CONEXAS	66	62	4	6,5%
MOBILIÁRIO	64	51	12	23,9%
TARAS	148	137	10	7,6%
<b>Total</b>	<b>1 336</b>	<b>1 322</b>	<b>14</b>	<b>1,1%</b>

### Granéis Sólidos

O movimento de granéis sólidos no Porto de Leixões em 2020 totalizou aproximadamente 2,2 milhões de toneladas, diminuindo em 447 mil toneladas face ao total obtido no ano anterior, resultando num decréscimo de 17,0%.

Entre as mercadorias mais movimentadas, apesar da evolução negativa do trigo e paralelepípedos, foi a estilha e pellets que comprometeram o desempenho dos granéis sólidos, tendo registado uma quebra de 496 mil toneladas, significando uma evolução de -58,3% face a 2019. Pela positiva há a registar a evolução da sucata de ferro e do açúcar com crescimentos de 24,3% e 8,1%, respetivamente.

#### PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS SÓLIDOS

Unid.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2020	2019	VARIACÃO	
			VALOR	%
SUCATA DE FERRO	671	540	131	24,3%
TRIGO	446	470	-24	-5,0%
ESTILHA E PELLETS	355	851	-496	-58,3%
PARALELEPÍPEDOS	153	162	-8	-5,0%
AÇÚCAR	148	137	11	8,1%
SUCATA DE VIDRO	123	134	-11	-8,2%
MERCADORIAS DIVERSAS	288	338	-50	-14,8%
<b>Total</b>	<b>2 184</b>	<b>2 631</b>	<b>-447</b>	<b>-17,0%</b>

### Granéis Líquidos

Em 2020 o movimento de granéis líquidos no Porto de Leixões aproximou-se de 5,6 milhões de toneladas, significando um inesperado decréscimo de 2,2 milhões de toneladas por comparação com o ano anterior (-28,4%).

#### PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS

Unid.: 1000 Ton

LOCAIS	2020	2019	VARIACÃO	
			VALOR	%
Terminais Petrolero e Oceânico	5 488	7 705	-2 217	-28,8%
Cais Comerciais	66	54	11	20,3%
<b>Total</b>	<b>5 554</b>	<b>7 759</b>	<b>-2 206</b>	<b>-28,4%</b>

No conjunto dos postos do Terminal Petrolero e Terminal Oceânico o movimento de 2020 foi 28,8% inferior ao do ano anterior, tendo o movimento de granéis líquidos nos cais comerciais registado um acréscimo de 20,3%.

O desempenho dos granéis líquidos é consequência dos ajustes da atividade da refinaria de Leça da Palmeira que provocou uma diminuição muito significativa do petróleo em bruto descarregado em Leixões e do embarque de produtos refinados. As quebras do movimento total daquelas mercadorias foram de 1,5 milhões de toneladas (-37,2%) e 617 mil toneladas (-20,0%), respetivamente.

A evolução positiva das restantes mercadorias acaba por não ter impacto na evolução dos granéis líquidos.

**PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS**

Unid.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
PETRÓLEO EM BRUTO	2 606	4 148	-1 543	-37,2%
PRODUTOS REFINADOS DIVERSOS	2 463	3 080	-617	-20,0%
PRODUTOS AROMÁTICOS	262	253	8	3,3%
GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS	128	124	4	3,4%
ÓLEOS MINERAIS	55	117	-62	-53,0%
ALCATRÃO, BETUME DE PETRÓLEO	40	37	4	10,1%
<b>Total</b>	<b>5 554</b>	<b>7 759</b>	<b>-2 206</b>	<b>-28,4%</b>

**Movimento de contentores**

Em 2020 movimentaram-se no Porto de Leixões quase 704 mil TEU, um pouco mais 18 mil TEU que no ano anterior (+2,6%), atingindo-se de novo o movimento mais elevado de sempre. Em número de contentores o total ultrapassou os 425 mil, mais 12 mil unidades relativamente a 2019 (+3,0%) e que contituiu também um novo máximo.

**PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES**

CONTENTORES	2020			2019			VARIÇÃO %	
	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU
Cheios	327 671	548 654	77,0%	322 921	540 482	78,2%	1,5%	1,5%
Vazios	97 640	155 265	23,0%	90 046	145 327	21,8%	8,4%	6,8%
<b>Total</b>	<b>425 311</b>	<b>703 919</b>	<b>100,0%</b>	<b>412 967</b>	<b>685 810</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,6%</b>

O rácio de contentores cheios/vazios foi de 3,4 em número de contentores e de 3,5 em TEU, diminuindo ligeiramente em ambos os casos, face ao ano anterior.

**Movimento de contentores por dimensão**

Na análise do movimento dos contentores por dimensão constata-se um aumento dos contentores de 20 pés e um decrescimensto dos contentores de 40 pés. Na categoria de contentores com outras dimensões, os contentores de 45 pés são claramente os mais representativos e tiveram um crescimento de 14,8%. A dimensão média dos contentores manteve-se praticamente inalterada.

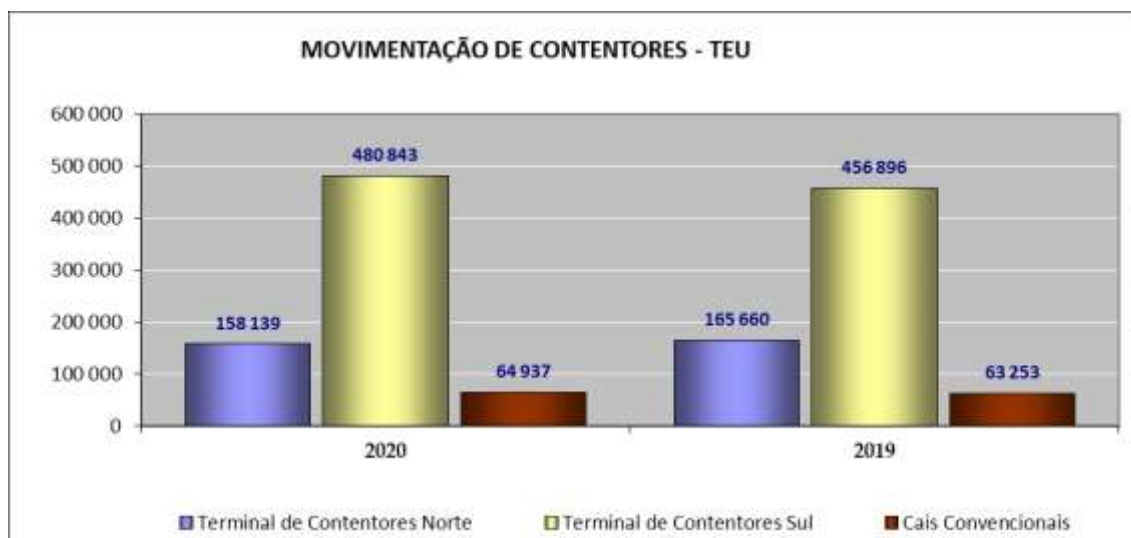
**PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES POR DIMENSÃO**

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2020		2019		VARIÇÃO %
	N.º	Peso %	N.º	Peso %	
Contentores de 20'	150 143	35,3%	143 837	34,8%	4,4%
Contentores de 40'	220 520	51,8%	222 775	53,9%	-1,0%
Contentores com outras dimensões	54 648	12,8%	46 355	11,2%	17,9%
<b>Total</b>	<b>425 311</b>	<b>100,0%</b>	<b>412 967</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,0%</b>

### Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

#### MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2020 mais 16 426 TEU do que no ano anterior, ou seja, +2,6%. A soma do movimento do TCS e TCN representou 90,8% do tráfego total de contentores, cota igual à do ano anterior.

No conjunto dos cais convencionais movimentaram-se 64 937 TEU, dos quais 64 720 corresponderam ao movimento no Terminal Multiusos. O movimento no Terminal Multiusos registou um crescimento de 2,9%, por comparação com o ano anterior.

### Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo o total de mercadorias movimentadas em 2020 atingiu 357 mil toneladas, significando um decréscimo de 6,1% face ao ano anterior.

#### PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Unid.: 1000 Ton

	2020		2019		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Carga Geral Fracionada	170	47,7%	187	49,1%	-17	-8,8%
Carga Contentorizada	0	0,0%	1	0,2%	-1	-96,4%
Granéis Sólidos	148	41,3%	147	38,6%	1	0,6%
Granéis Líquidos	39	11,0%	46	12,1%	-7	-14,6%
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>100,0%</b>	<b>380</b>	<b>100,0%</b>	<b>-23</b>	<b>-6,1%</b>

No Porto de Viana do Castelo, na análise por segmentos de carga constata-se a grande importância da carga fracionada e dos granéis sólidos, representando em conjunto 89,0% do movimento total.

No Porto de Viana do Castelo movimentaram-se 170 mil toneladas de carga fracionada, que significa um decréscimo de 8,8%, face a 2019. As principais mercadorias movimentadas foram papel e cartão, madeira em bruto e serrada e máquinas, aparelhos e s/partes.

O movimento de granéis sólidos atingiu 148 mil toneladas, crescendo mil toneladas (+0,6%), por comparação com o ano anterior. Apesar de no global ter apresentado uma variação mais reduzida, houve alterações significativas em algumas mercadorias, destacando-se o decréscimo de 47 mil toneladas nas forragens e desperdícios alimentares (-74,0%) e o aumento de 18 mil toneladas em outros minerais (+41,9%).

O movimento de granéis líquidos totalizou 39 mil toneladas, menos 7 mil toneladas que em 2019 (-14,6%), continuando o Alcatrão e betume de petróleo a ser a única mercadoria movimentada.

### 2.2.3. Movimento de Passageiros

A pandemia SARS-CoV-2 teve um enorme impacto em todo o setor do turismo e da indústria dos cruzeiros em particular, pelo impedimento do tráfego de passageiros dos navios de cruzeiro, que paralisou o setor. Assim, o porto de Leixões não recebeu qualquer escala de cruzeiros depois do primeiro trimestre de 2020.

O movimento de passageiros no Porto de Leixões regrediu em 2020 para 6 477 passageiros, o que representa um decréscimo de 92,7%, relativamente ao ano anterior. Em 2020 apenas escalaram Leixões 7 navios de cruzeiro.

#### MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Desembarque	137	743	-606	-81,6%
Embarque	140	689	-549	-79,7%
Trânsito	6 200	87 264	-81 064	-92,9%
<b>Total</b>	<b>6 477</b>	<b>88 696</b>	<b>-82 219</b>	<b>-92,7%</b>
Número de navios	7	101	-94	-93,1%

O Porto de Viana do Castelo não registou nenhum movimento de passageiros em 2020.

### 2.2.4. Movimento de Pescado

Em 2020, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 8 788 toneladas, menos 4 071 toneladas do que no ano anterior (-31,7%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2019 foi de -19,3% e -11,8%, respetivamente.

#### MOVIMENTO DE PESCADO

Unid: ton

PORTOS DE PESCA	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Leixões	8 788	12 859	-4 071	-31,7%
Afurada	5	7	-1	-19,3%
Viana do Castelo	1 200	1 360	-160	-11,8%
<b>Total</b>	<b>9 993</b>	<b>14 226</b>	<b>-4 232</b>	<b>-29,8%</b>

## 2.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

### 2.3.1. Movimento de Mercadorias e Navios Comerciais

Em 2020, escalaram os portos do Douro 23 navios comerciais, menos 2 navios do que no ano anterior, tendo atracado nos portos da Sardoura e da Várzea 8 e 11 navios, respetivamente, e os restantes no Cais de Secil.

#### NAVIOS COMERCIAIS

	2020		2019		VARIÇÃO %	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	23	36 179	25	35 189	-8,0%	2,8%

Em 2020 o movimento de mercadorias nos portos da Várzea e da Sardoura totalizou 41 357 toneladas, menos 3 349 toneladas que no ano anterior (-7,5%). No porto da Sardoura movimentaram-se 15 902 toneladas e no porto da Várzea 25 455 toneladas.

#### MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

Un: Ton

PORTOS	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Várzea do Douro	25 455	16 941	8 515	50,3%
Sardoura	15 902	27 765	-11 863	-42,7%
<b>Total</b>	<b>41 357</b>	<b>44 706</b>	<b>-3 349</b>	<b>-7,5%</b>

### 2.3.2. Movimento de Passageiros

Tal como aconteceu no movimento marítimo também no turismo fluvial a pandemia SARS-CoV-2 teve um impacto significativo no movimento de passageiros da Via Navegável do Douro.

O número de passageiros na VND registou um decréscimo de 86,2%, relativamente ao ano anterior, regredindo mais de 1,4 milhões de passageiros, para um movimento de 226 mil.

#### MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

Unid: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Cruzeiros na mesma albufeira	174 940	1 336 452	-1 161 512	-86,9%
Cruzeiros de 1 dia	36 174	198 651	-162 477	-81,8%
Cruzeiros em Navio-Hotel	5 241	99 574	-94 333	-94,7%
Embarcações de Recreio	9 978	10 456	-478	-4,6%
<b>Total</b>	<b>226 333</b>	<b>1 645 133</b>	<b>-1 418 800</b>	<b>-86,2%</b>

## 2.4. Terminal de Cruzeiros

O Turismo, e em particular a indústria de cruzeiros, foi dos setores mais afetados pela pandemia Covid-19. No início do ano, as perspetivas apontavam para um crescimento mundial do setor, o que não veio a verificar-se. Em março, a atividade paralisou por completo e Leixões não foi exceção.



Os portos portugueses deixaram de receber navios de cruzeiro a partir de meados de março. O desembarque e licenças para terra, de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais, foram inicialmente interditados a 13 de março de 2020, como medida de contenção da disseminação da COVID-19, mantendo-se ainda em vigor até ao final do ano.

As previsões, no início do ano, apontavam para um novo máximo da atividade de cruzeiros em Leixões, com 148 escalas confirmadas, que iriam fazer chegar ao Porto e Norte de Portugal mais de 160 000 passageiros. Estes números significariam um crescimento a rondar os 50%, quer em navios, quer em passageiros, em comparação com o ano anterior. Estavam ainda previstas 19 escalas inaugurais.

Com a pandemia, Leixões recebeu em 2020 apenas 7 navios de cruzeiro e 6.477 passageiros, tendo sido canceladas 144 escalas.

Além da sua principal atividade, como infraestrutura apta a receber e a operar navios de cruzeiro de grandes dimensões, o edifício vem trabalhando ao longo dos anos em diferentes contextos, no sentido de se tornar um espaço cada vez mais acessível ao público, fomentando assim uma forte ligação à comunidade local.

Por um lado, o edifício alberga o CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental – que promove investigação em diferentes áreas ligadas à vida marinha e que alberga o trabalho diário de cerca de 300 investigadores e, por outro lado, é um edifício que continua a suscitar o interesse e a curiosidade daqueles que visitam a cidade, a região e o país, tendo-se afirmado como um ícone incontornável da paisagem costeira de Matosinhos. Através de visitas guiadas, o Terminal recebeu durante o ano, cerca de 4 200 visitantes e através de visitas técnicas, cerca de 300 clientes.

Além da sua vertente como espaço de visita para o público, há ainda a considerar a vertente dos eventos corporativos, uma área que sempre registou crescimentos anuais, desde a inauguração do edifício, em 2015. Neste contexto, o ano de 2020 teve um arranque auspicioso, acolhendo duas dezenas de eventos corporativos, logo nas primeiras semanas do ano. No entanto, a pandemia veio adiar e/ou cancelar grande parte das iniciativas que se encontravam agendadas, pelo que o ano terminou com um total de 54 eventos corporativos e produções comerciais, um decréscimo de 56% face ao ano anterior. Tendo em conta as fortes restrições impostas pelas autoridades, como medida de precaução e prevenção face à pandemia, foi possível acolher essencialmente eventos organizados em formato híbrido, breves sessões/apresentações com plateia limitada e produções comerciais (como sessões fotográficas, realização de filmagens e gravação de programas).

## **2.5. Plataforma Logística**

A Plataforma Logística do Porto de Leixões (PLPL) é um dos principais investimentos em curso que muito contribui para desenvolver o Porto de Leixões e transformar a Área Metropolitana do Porto numa plataforma de valor acrescentado com condições para a atração e fixação de agentes da logística e de distribuição que permitam ancorar novo tráfego para o porto de Leixões e para as comunidades e cadeias logísticas envolventes. Adicionalmente permitirá minimizar a reduzida disponibilidade de terrenos de apoio às atividades operacionais do porto, permitindo aumentar a sua capacidade de crescimento e aumentar a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo Porto de Leixões.

A PLPL apresentou em 2020 um índice de ocupação de 43%, um acréscimo face a 2019. Apesar do aumento da área ocupada, as receitas registaram uma ligeira quebra, totalizando um valor de cerca de 2 milhões de euros. O decréscimo registado, face a 2019, está relacionado com a situação pandémica que se vive, em que algumas das empresas instaladas na PLPL registaram quebras significativas de faturação, tendo usufruído das medidas de apoio aos Clientes do Sistema Portuário gerido pela APDL, no âmbito do Plano de Contingência Económico-Financeiro no quando da Pandemia Covid-19.

Durante o ano de 2020, em virtude da situação pandémica e das medidas de confinamento, não foi possível desenvolver as ações promocionais previstas, nomeadamente, a participação em feiras internacionais, tendo-se privilegiado a promoção em plataformas digitais.

Recorda-se que a PLPL, localizada junto ao Porto de Leixões, com acesso através da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, obedece a um modelo polinucleado, compreendendo:

- O Pólo 1, com uma área total de 31 hectares, uma área de construção de 9,1 hectares que inclui serviços de apoio às empresas e aos veículos, encontra-se a uma distância de 2 km do porto de Leixões.
- O Pólo 2, com uma área total de 30 hectares, uma área de construção de 8,6 hectares, encontra-se a uma distância de 3 km do porto de Leixões.

## **2.6. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação da APDL**

A atividade desenvolvida pela Direção Comercial, Marketing e Comunicação envolve a dinamização comercial dos vários segmentos portuários, a atração de novos negócios e a colaboração de forma ativa com os diversos parceiros das Comunidades Portuárias, sendo uma alavanca essencial para alcançar crescimento a longo prazo. A atuação orienta-se não só aos clientes finais e utilizadores do porto, mas também aos outros stakeholders facilitando o desenvolvimento e consolidação de um ecossistema empresarial que melhora continuamente o desempenho portuário.

O Grupo de Promoção do Porto de Leixões constituído pela APDL e pelos concessionários do porto, é um grupo aglutinador na definição da estratégia de promoção comercial de Leixões. Este grupo reuniu mensalmente e, durante o ano de 2020, foi um elemento importante na rápida adaptação ao contexto pandémico e na articulação com as diferentes entidades na comunidade portuária. O Porto de Leixões tinha planeado participar em diversas feiras que acabaram por ser canceladas, nomeadamente, a Intermodal em S. Paulo no Brasil e a Breakbulk em Bremen, na Alemanha. Optou-se pela participação em eventos on-line, como a apresentação do porto de Leixões no Ship2Iberia, um evento que promove a atividade do transporte marítimo de curta distância, onde participou também o concessionário TCL. Em articulação com os concessionários, foi também realizado o seminário on-line "Porto Seco da Guarda", que contou com mais de uma centena de participantes. Os temas abordados incidiram sobre a aproximação da região ao porto, a intermodalidade marítima, ferroviária e rodoviária, o desenvolvimento sustentável e o acesso dos agentes locais às diversas entidades envolvidas, bem como o desenvolvimento económico da região.

Com o objetivo de estimular o diálogo regular entre as várias entidades públicas e privadas que integram a Comunidade Portuária de Leixões, a APDL continuou em 2020 a liderar o Grupo de Trabalho de Simplificação de Procedimentos com a participação dos concessionários. Trata-se de um instrumento essencialmente inclusivo e facilitador da interação entre as entidades que o integram, nomeadamente: Alfândega, Capitania, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Agentes

de Navegação e Agentes Transitários. Neste âmbito, foi criado em 2020 um novo grupo de trabalho em que participam os concessionários e a associação de transportadores rodoviários de mercadorias (ANTRAM) para abordar temas mais específicos relativos ao acesso rodoviário ao porto de Leixões e implementar medidas de melhoria e eficiência que possibilitem a redução de tempos de estadia de camiões na área portuária, criando valor para os diversos stakeholders.

Os principais eventos mundiais do setor de cruzeiros, nos quais o porto marcaria presença, foram também adiados. Para 2020, estava prevista a participação de Leixões na Seatrade Cruise Global, a principal feira de cruzeiros a nível mundial, que se realiza todos os anos nos E.U.A., em conjunto com os restantes portos nacionais, sob a marca Cruise Portugal, o que não se concretizou devido à situação epidemiológica.

O Porto de Leixões é ainda membro da Cruise Europe e da Med Cruise, apostado ativamente na promoção de Leixões, enquanto porto de cruzeiros e da Costa Atlântica Portuguesa, enquanto um destino de cruzeiros de excelência. Neste fórum, foi acompanhando regularmente a evolução da situação na Europa e nos portos membros destas duas associações.

Longe de se imaginar o intenso desafio sanitário de 2020, iniciou-se o ano com a realização do habitual Concerto de Reis do Coro Ensemble Vocal Pro Música, sob a orientação do Maestro Manuel Pinheiro. Este concerto, teve lugar no Terminal de Cruzeiros e contou com a presença de 340 convidados.

No âmbito do projeto de implementação da JUL – Janela Única Logística e dando cumprimento ao DL n.º 158/2019, no dia 28 de janeiro, foi apresentado o 3.º piloto da JUL, projeto que estará essencialmente orientado às necessidades da APDL, aos portos e instalações sob a sua jurisdição, em concreto o porto de Leixões e o porto de Viana.

Com a grave situação epidemiológica, que impôs um elevado grau de isolamento físico, como forma de prevenir o contágio, a APDL, a partir de março, promoveu um número reduzido de eventos presenciais.

Neste contexto, e depois de quase três meses de confinamento, a 16 de junho, realizou-se uma cerimónia de lançamento da Empreitada de Dragagem do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A cerimónia foi presidida pelo Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos e decorreu na infraestrutura portuária (Estaleiro da WESTSEA, do Porto de Viana do Castelo, Portaria do Campo da Agonia), com um número muito limitado de convidados.

Os “Dia do Porto de Leixões”, “Dia do Porto de Viana” e “Dia do Douro”, foram comemorados on-line. Assim, nos dias 19 de setembro, 10 e 19 de outubro respetivamente, foi divulgado um intenso e diversificado programa, no qual foram transmitidos vários filmes e posts que desvendaram curiosidades, histórias e a vivência do dia-a-dia das três unidades de negócio da APDL. Foram realizados 18 filmes, num total de 42 filmes transmitidos, no conjunto de 120 publicações, ao longo dos três dias de programação. A visualização nas redes sociais teve um alcance de 66.100 visualizações, em cada um dos “Dias de”, distribuídos por 47.900, no dia 19 de setembro, Dia do Porto de Leixões, 11.000, Dia do Porto de Viana, a 10 outubro e 7.200 no dia 19 de outubro, Dia do Douro, para além das visualizações posteriores.

No dia 16 de outubro, realizou-se uma pequena cerimónia de entrega dos prémios da 9.ª edição do concurso de fotografia “Sentir... Mais do que um porto!”. Este concurso desafia todos os entusiastas da fotografia, profissionais ou amadores, a captarem uma imagem que se enquadre nos seguintes temas: atividade portuária, paisagem (natural, rural ou urbana) ou tema livre. Também na vertente de proximidade com a comunidade local, foram entregues os prémios

escolares aos melhores alunos do Ensino Secundário e Ensino Profissional dos concelhos de Matosinhos e de Viana do Castelo.

A 27 de novembro realizou-se a sessão de apresentação do projeto “Titan- o Renascer”. O Terminal de Cruzeiros, foi o palco desta apresentação, em formato híbrido, com a presença de cerca de 32 convidados e transmissão em direto via on-line. Este projeto, desenvolvido pela Tacitus, com coordenação do historiador Joel Cleto, visa devolver ao molhe Sul do porto o icónico guindaste, removido há oito anos na sequência de uma explosão. Para além da apresentação da recuperação do Titan, foi ainda anunciado um conjunto de ações educativas e para a comunidade, das quais se destaca uma exposição itinerante sobre a importância dos titans, envolvimento da comunidade escolar através de ações de formação para professores, dossiers pedagógicos, palestras, livro ilustrado infantojuvenil, jogo/app, concurso de arte envolvendo as escolas superiores de arte da região; produção de uma pintura alusiva de autoria de Sobral Centeno; exposição de obras artísticas realizadas nos últimos 135 anos nas quais o titan está presente. De salientar ainda que foi criado um site específico para o registo e partilha de todo o projeto de intervenção do Titan e uma página no Facebook na qual foram realizadas 20 publicações com fotos, 9 com vídeos e 10 com cartazes ou diversos, incluindo a partilha de notícias da comunicação social.

Com vista a iniciar um diálogo alargado com stakeholders da região sobre as vantagens que um porto seco teria no desenvolvimento económico sustentável da Guarda, realizou-se, no dia 10 de dezembro, o seminário on-line “PORTO SECO DA GUARDA”. Organizado em parceria com a Câmara Municipal da Guarda, contou com a presença do vice-presidente da IP Infraestruturas de Portugal, do diretor geral do TCL (YILPORT Leixões), do administrador do TCGL-Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões, tendo sido encerrado por Rui Branco em representação do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Hugo Santos Mendes.

A APDL acolheu ainda no Terminal de Cruzeiros, iniciativas de cariz social, como um desfile e um concerto que visaram a integração e a angariação de fundos. O contributo dado no apoio à formação e desenvolvimento da comunidade, sentiu-se ainda em sessões fotográficas de instituições de ensino e iniciativas de associações locais. Foi ainda uma aposta da APDL, criar condições mais acessíveis e facilitadoras para que eventos de Associações e Ordens que visem promover diferentes áreas de atividade, se pudessem realizar no Terminal.

Sendo um edifício acessível durante a semana para visitas mediante marcação e aberto ao público aos domingos, durante o ano de 2020, o Terminal recebeu a visita de aproximadamente 4.500 pessoas, todas em visitas guiadas e/ou acompanhadas. De destacar o apoio na vertente educativa, dando-se resposta positiva às solicitações das escolas e universidades sempre que possível, pelo que se realizaram 19 visitas de estudo com cerca de 530 alunos, concentradas no 1º trimestre do ano. Por outro lado, e no mesmo período, contabilizaram-se 26 visitas de estudo à área portuária do Porto de Leixões, com cerca de 1.200 alunos dos mais variados graus de ensino. Estas ações inserem-se numa política de abertura do porto ao exterior, apostando em ações pedagógicas junto das camadas mais jovens, para valorizar a importância de uma infraestrutura portuária dinâmica e economicamente sustentável.

No decorrer deste ano, a comunicação da APDL registou uma evolução muito positiva, apostando-se numa comunicação antecipativa e constante. A APDL assumiu o seu papel de fonte primordial quando o tema mediático estava relacionado com as suas infraestruturas ou com o setor, tendo-se aproximado dos órgãos de comunicação, tanto a nível nacional como regional.

Alguns dos temas relevantes este ano foram: a empreitada lançada em junho de 2020, no Porto de Viana do Castelo, pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos; a

construção, adjudicação e consignação da obra do Quebra-Mar de Leixões; o anúncio do projeto "Titan- o Renascer"; a intenção clara da descarbonização dos portos de Leixões e Viana do Castelo, ao nível da assinatura de um protocolo com a ANTRAM; a revelação da construção do primeiro porto seco do país, na Guarda; e o fecho da refinaria de Matosinhos.

A situação de pandemia também afetou a atividade programada para o porto de Viana do Castelo, tendo-se optado por uma comunicação digital com os diversos públicos-alvo, utilizando para o efeito as redes sociais, os eventos on-line, a divulgação de notícias e inserção de publicidade em órgãos de comunicação social.

Ainda antes do confinamento, decretado em março de 2020, o Porto de Viana do Castelo acolheu em 23 de janeiro, o workshop sobre intermodalidade promovido pela Intermodal Portugal e pelo Transportes & Negócios. Contou com a participação, como oradores, do Administrador da APDL, Joaquim Gonçalves, de dirigentes e membros da Intermodal Portugal, e ainda do Presidente da direção da Comunidade Portuária de Viana do Castelo. Este evento foi marcado pela discussão de temas relacionados com a oferta de serviços de transporte de mercadorias na área de influência do porto, as suas vulnerabilidades, os fatores decisivos de melhoria de serviços, as expectativas dos carregadores e a capacidade de satisfação dessas expectativas pelo porto e pela comunidade. Mas o essencial do workshop foi o diálogo entre os prestadores de serviços e os clientes, para um melhor conhecimento da oferta e das necessidades fomentando o desenvolvimento de mais negócios.

O Grupo de Promoção do Porto de Viana do Castelo, constituído pela APDL, parceiros de negócio e Comunidade Portuária de Viana do Castelo, constitui um grupo de trabalho que tem como missão e objetivo a definição da estratégia e do plano de ação para a divulgação e promoção do Porto de Viana do Castelo no panorama nacional e internacional. Este grupo reuniu periodicamente, on-line, o que permitiu repensar a abordagem comercial, contribuindo para a definição e articulação de medidas para assegurar a promoção e divulgação do porto no contexto pandémico.

A 7.ª edição do Dia do Porto de Viana do Castelo foi, este ano, celebrada on-line. A história da infraestrutura portuária, que remota há 106 anos, e dos seus estaleiros, bem como os investimentos previstos e em curso, foram alguns dos conteúdos que foram transmitidos no dia 10 de outubro a partir na página oficial de Facebook.

A APDL voltou, este ano, a distinguir os alunos do concelho de Viana do Castelo que terminaram o ensino secundário ou o ensino profissional com a melhor média. A restrita cerimónia realizada no dia 16 de novembro de 2020, e que ocorreu no Terminal de Cruzeiros, contou com a presença do Delegado Regional do Norte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Sérgio Afonso.

Relativamente à comunicação com o exterior, a decisão foi de repensar e reforçar a presença do porto on-line. A maior parte das notícias foram publicadas em meios digitais, o que se justifica pelo crescente peso da Internet face aos Media tradicionais e, também como sendo uma medida de prevenção e contenção da Covid-19, que procura respeitar as normas impostas pela Direção Geral de Saúde. O site do Porto de Viana do Castelo continua a ser o principal meio de comunicação digital com a comunidade juntamente com o Facebook, o qual regista um crescimento considerável de seguidores e de interações.

Realizou-se em junho de 2020 a cerimónia de lançamento da obra de dragagem do canal de acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Este evento, que ocorreu nas instalações da West Sea - Estaleiros Navais, contou com a presença dos Membros do Conselho de Administração da APDL, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos; do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria Costa e do Presidente do Grupo

Martifer, Carlos Martins. Este importante investimento, vai permitir a entrada de navios de maior dimensão e potenciar a criação de um cluster competitivo na indústria naval portuguesa, aumentando a competitividade do porto de Viana do Castelo.

O Presidente do Conselho de Administração da APDL, Nuno Araújo, participou a 18 de outubro 2020 num encontro sobre a Energias Renováveis e Robótica, em Viana do Castelo. O encontro promovido pela Câmara de Viana do Castelo, promoveu a apresentação de diversos projetos e iniciativas no âmbito Energias Renováveis e Robótica da economia do mar, sublinhando este município e o porto que o serve como líderes deste cluster. A reunião de diversas entidades visou aprofundar futuras parcerias, potenciando a cooperação tecnológica e o conhecimento entre as instituições, o ensino e as empresas ligadas às energias oceânicas da região Norte de Portugal. A APDL integrará ativamente estas parcerias, na rota da sua aposta nas energias renováveis e novas tecnologias.

## **2.7. Certificação da Qualidade e Gestão de Riscos**

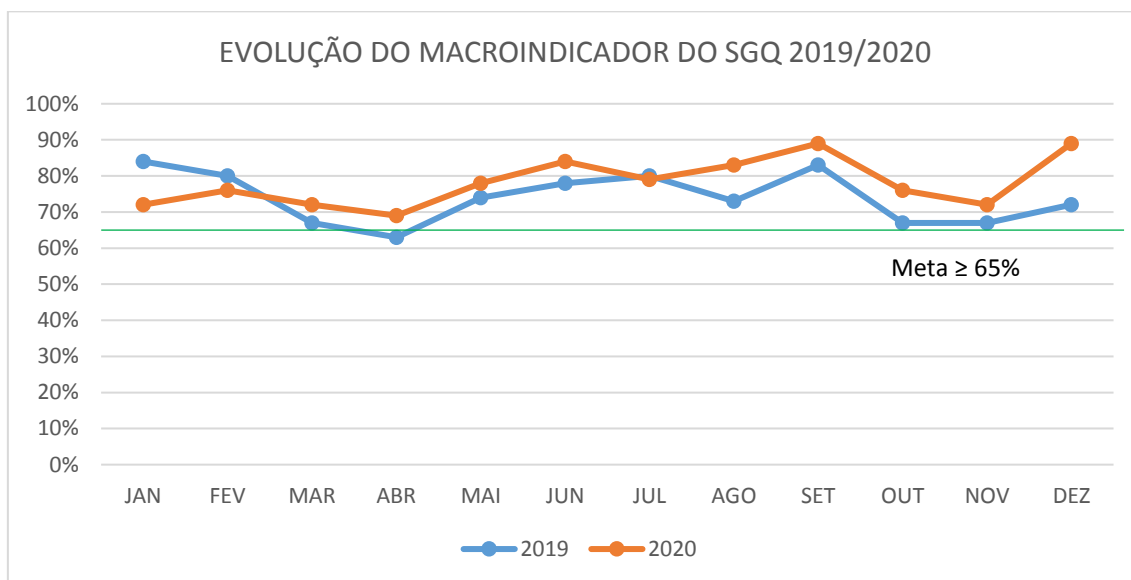
### **Certificação da Qualidade**

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A (APDL) é composto por processos inter-relacionados (visão sistémica), não só na área da prestação dos seus serviços (Core Business - Marítimo/Portuário e da Navegação Fluvial), como também em áreas que permitem à gestão, usando o planeamento, a implementação e o seguimento das áreas de suporte, de forma a corrigir os desvios face à linha de rumo traçada e anualmente revista nos objetivos estratégicos estabelecidos.

Em junho de 2020, a Entidade Certificadora Lloyd's Register verificou o cumprimento do SGQ da empresa de acordo com os requisitos estabelecidos na Norma ISO 9001:2015, norma esta pela qual a APDL (em todas as suas Unidades de Negócio) está certificada. A Entidade Certificadora confirmou, durante a auditoria anual de acompanhamento, que o sistema se mantém eficazmente implantado na organização, não identificando quaisquer situações de não conformidade, contribuindo para a respetiva melhoria contínua. Constatou também que os objetivos estratégicos definidos foram em geral atingidos.

Este Sistema é estruturado tendo em conta a Política da Qualidade da empresa, alinhada ao seu planeamento estratégico e prosseguindo os princípios consagrados pela gestão por processos, comprometimento da gestão de topo, auditorias e a melhoria contínua.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2019/2020, pode-se aferir que o ano de 2020, pesem embora as especiais circunstâncias pandémicas que mundialmente atravessamos, foi melhor que no ano precedente, apresentando melhores resultados positivos no cumprimento das metas do SGQ. A meta foi alcançada nos 12 meses do ano.



### Plano de Gestão de Riscos - projeto MAR

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e frameworks de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISO 31000:2018, o “COSO II - Integrated framework for Enterprise Risk Management”. O plano de prevenção do risco está disponível em [http://www.apdl.pt/pt\\_PT/gestao-de-risco](http://www.apdl.pt/pt_PT/gestao-de-risco).

O ano de 2020 foi um ano de continuidade da revisão do plano de prevenção de riscos incluindo os de corrupção e infrações conexas. A aprovação do plano de prevenção do risco 2021-2023 ocorreu em fevereiro de 2021.

No que concerne ao Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetiva documentação técnica, este cumpre com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção. Neste âmbito a APDL aprovou no primeiro trimestre de 2020 um dossier designado por Ética Empresarial, disponível em <http://www.apdl.pt/etica-empresarial> e compostos pelos seguintes documentos:

- Código de Ética e de Conduta
- Código de Conduta para o Tratamento de Dados Pessoais
- Regulamento da Comissão de Ética e de Conduta
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades

Foi também disponibilizado um Canal de Comunicação de Irregularidades em: [http://www.apdl.pt/pt\\_PT/comunicacao-de-irregularidades1](http://www.apdl.pt/pt_PT/comunicacao-de-irregularidades1)

### 3. Recursos Humanos

As políticas de gestão das pessoas em 2020 foram marcadas pelas decisões de confinamento decretadas pelo Governo no âmbito da Declaração do Estado de Emergência aprovado pelo pelo Decreto do Presidente da República n.º 14 -A/2020, de 18 de março, e suas sucessivas renovações.

Das medidas então aprovadas e com especial impacto na APDL, importava criar as condições pessoais e logísticas para promover o regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitissem e, por outro lado, assegurar as condições de segurança em todos os postos de trabalho que implicassem a presença física dos colaboradores.

Assim, e considerando que foi mantida a plena operacionalidade das três unidades de negócio – Porto de Leixos, Porto de Viana e Via Navegável do Douro – e garantidas as condições de segurança à navegação, cerca de 50% do efetivo de pessoal teve que continuar a desempenhar as suas funções no local habitual de trabalho e os restantes 50% foram colocadas em regime de teletrabalho.

Para assegurar a plena eficiência do regime de teletrabalho, foram encetadas várias iniciativas de apoio aos colaboradores assentes em canais de comunicação abertos e transparentes, onde era prestado todo o apoio e acompanhamento no desempenho da atividade profissional.

Neste âmbito assume especial relevância as seguintes iniciativas:

- ✓ Disponibilização de acesso a plataformas de comunicação à distância, permitindo um ambiente de trabalho mais colaborativo capaz de potenciar uma plena integração do trabalho remoto com o trabalho presencial;
- ✓ Atribuição aos colaboradores de meios de comunicação telefónica;
- ✓ Agendamento de frequentes reuniões de trabalho;
- ✓ Dinamização de ações de formação online focalizadas nas problemáticas do confinamento, teletrabalho e apoio motivacional aos colaboradores;
- ✓ Informação permanente junto dos colaboradores de todas as recomendações legais e das autoridades da saúde em matéria de protecção da doença COVID-19;
- ✓ Disponibilização de canal de comunicação direta entre colaboradores e Médico do Trabalho;
- ✓ Realização de “webinars” com a participação de mais de 100 colaboradores onde se debateram temas relevantes como, por exº,
  - Dia Mundial do Livro – Palestra com o escritor João Tordo e oferta de um livro;
  - Confiança pós stress – Psicólogo Dr. Miguel Moura
  - Os novos desafios em contexto de incerteza - Mercer

Quanto aos trabalhadores que, por força da natureza das funções a desempenhar, tiveram que continuar a desempenhar funções no seu posto de trabalho, foram implementadas rigorosas medidas de protecção ao contágio da doença COVID-19, a par de medidas de conciliação da vida profissional e vida familiar, reestruturação de horários de trabalho por forma a reduzir o número de deslocações para a empresa e apoio no fornecimento de refeição de almoço e de jantar, sempre que os estabelecimentos de restauração estavam encerrados.



Da conjugação de todas estas medidas resultou que foi possível assegurar, sem qualquer quebra de produtividade, a operacionalidade das unidades de negócio e todos os serviços de apoio e, por outro lado, não se verificou a existência de qualquer foco de contágio da doença na empresa, sendo as situações identificadas pontuais e sem qualquer consequência relevante para a saúde dos colaboradores.

### 3.1. Quadro de Pessoal

Na sequência dos Despachos nºs 1244/19-SET, 14.10 e 278/2020-SET, de 8.06, procedeu-se à contratação de 15 colaboradores para substituição de outros que se aposentaram ou a aposentar, tal como é o caso dos Pilotos, uma vez que a sua substituição carece de um período legal mínimo de estágio de 18 meses, conforme fixado no Anexo III à Portaria nº 633/99, 11 de agosto.

Importa referir que das 12 contratações sem termo, 10 correspondem a necessidades inadiáveis que estavam a ser colmatadas com recurso à contratação de prestação de serviços.

#### MOVIMENTAÇÃO ENTRADAS/SAIDAS

Saídas	2020	Total
Cessação do contrato	3	
Aposentação/reforma	5	8
Entradas		
Contrato cedência interesse público	3	
Contratação sem termo	12	15

#### QUADRO PESSOAL – UNIDADE DE NEGÓCIO

	2020	2019	Δ %
<b>N.º de Ativos</b>	<b>269</b>	<b>262</b>	2,67%
Leixões	223	215	3,72%
Viana do Castelo	33	33	
Via Navegável do Douro	13	14	-7,14%

*Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis, não incluindo ROC (1 elemento), Conselho Fiscal (3 elementos) e Assembleia-geral (2 elementos)*

Face ao movimento de saídas e de entradas de colaboradores, o quadro de pessoal apresenta um aumento de 7 colaboradores, tendo-se colmatado vagas abertas por saídas no ano anterior e que aguardavam despacho de autorização das tutelas financeira e sectorial.

#### QUADRO DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO

Ativo de Pessoal	2020	2019	Δ %
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>262</b>	2,67%
H	178	172	3,49%
M	91	90	1,11%
<b>Tipo de vínculo</b>	<b>269</b>	<b>262</b>	2,67%
Permanente	212	204	3,92%
Comissão de serviço	39	40	-2,50%
Cedência de interesse público	18	18	

Verificando-se nas três unidades de negócio, com especial relevância nos portos de Leixões e de Viana do Castelo, uma forte componente do trabalho operacional relacionado com a movimentação de navios, implicando o recurso a competências profissionais ainda pouco

desenvolvidas junto das mulheres, há na empresa uma forte componente da força de trabalho masculino.

De facto, as categorias profissionais de Piloto, Mestre de Tráfego Local, Motorista Marítimo e Marinheiro, são exclusivamente integradas por homens não havendo sequer oferta de trabalho de profissionais do género feminino com cédula de trabalhador marítimo.

#### NÍVEIS DE HABILITAÇÕES

	2020	2019	Δ %
<b>Ensino básico</b>	<b>62</b>	<b>64</b>	<b>-3,13%</b>
H	55	56	
M	7	8	
<b>Ensino secundário</b>	<b>65</b>	<b>60</b>	<b>8,33%</b>
H	37	30	
M	28	30	
<b>Ensino superior politécnico</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10,00%</b>
H	8	7	
M	3	3	
<b>Ensino superior universitário</b>	<b>131</b>	<b>128</b>	<b>2,34%</b>
H	78	79	
M	53	49	

A aposta nos últimos anos do incentivo à autoformação e o investimento feito na contratação de quadros superiores indizem a que cerca de 50% dos colaboradores da empresa possuem habilitações superiores em vários ramos do ensino.

#### ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS

	2020	2019	Δ %
<b>Operações portuárias, segurança e ambiente</b>	<b>116</b>	<b>112</b>	<b>3,57%</b>
H	101	96	
M	15	16	
<b>Obras e infraestruturas</b>	<b>39</b>	<b>36</b>	<b>8,33%</b>
H	29	28	
M	10	8	
<b>Logística e informática</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>8,00%</b>
H	17	16	
M	10	9	
<b>Comercial e gestão domínio público</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>-13,04%</b>
H	8	11	
M	12	12	
<b>Gestão e serviços de apoio</b>	<b>67</b>	<b>66</b>	<b>1,52%</b>
H	23	21	
M	44	45	
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>262</b>	<b>2,67%</b>
<b>H</b>	<b>178</b>	<b>172</b>	
<b>M</b>	<b>91</b>	<b>90</b>	

A contratação de novos colaboradores para preenchimento de vagas já identificadas ao longo de 2019 e 2020 incidu nas áreas operacionais e obras e infraestruturas portuárias e, por isso, tratando-se de áreas mais apelativas para o género masculino, houve um ligeiro aumento do número de homens no quadro de pessoal.

**REGIME DE TRABALHO**

	2020	2019	Δ %
Horário normal fixo	49	51	-3,92%
Horário de turno	20	20	0,00%
Isonção de horário de trabalho	200	191	4,71%

A plena operacionalidade dos serviços implica, face ao reduzido número de pessoal afeto àquelas funções, que todos os trabalhadores dos serviços marítimos e apoio à segurança e controlo da navegação estejam integrados em regimes de trabalho de turno e/ou IHT. Destaca-se, pela sua especial relevância, o setor das Operações Marítimo-Portuárias e de Segurança da Navegação, que inclui o serviço de Pilotagem e do Vessel Traffic Services (VTS).

Acresce que os serviços de apoio às infraestruturas físicas e aos sistemas de informação das unidades de negócio do Porto de Viana do Castelo e da VND estão centralizados em Leixões, o que implica a permanente deslocação de trabalhadores, exigindo assim uma maior disponibilidade dos mesmos.

Neste contexto, é elevado o número de trabalhadores integrados em regimes de trabalho por turno e de isonção de horário de trabalho.

**TAXA DE ABSENTISMO**

	2020	2019	Δ (p.p.)
Taxa de absentismo	3,78%	4,74%	-0,96

*(Total horas ausência/potencial máximo trabalho\*100)*

Por força das medidas de confinamento e teletrabalho impostas pelo Estado de Emergência em que a sociedade portuguesa viveu, a taxa de absentismo, que já era baixa, sofreu uma pequena redução que apesar de numericamente parecer irrelevante, significa uma diminuição de cerca de 20%.

Absentismo	Género	2020	2019	Δ %
		(dias)	(dias)	
Ausências	Masculino	1 163	1 260	-7,70%
	Feminino	929	1 352	-31,29%
Total		2 092	2 612	-19,91%

A taxa de absentismo das mulheres, pelos motivos referidos e também por maternidade, sofreu uma redução superior a 30% relativamente ao ano de 2019.

Motivos	2020	2019	Δ %
Acidente de Trabalho	61	48	<b>27,08%</b>
Por doença não profissional	1 308	1 630	<b>-19,78%</b>
Por assistência inadiável a filho, neto ou agregado familiar	143	91	<b>57,14%</b>
Maternidade/Paternidade	375	588	<b>-36,16%</b>
Outras ausências justificadas	205	255	<b>-19,68%</b>
Ausências injustificadas			
Total	<b>2 092</b>	<b>2 612</b>	<b>-19,91%</b>

### 3.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

#### GASTOS COM O PESSOAL

Unid.: euros

	2020	2019	Δ %
APDL	15 713 298	15 515 318	1,28%
Porto de Leixões	13 525 925	13 305 814	1,65%
Porto de Viana do Castelo	1 618 037	1 667 472	-2,96%
Via Navegável do Douro	569 336	542 032	5,04%

O aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, do aumento do ativo de pessoal afeto ao Porto de Leixões e das progressões das carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

#### MASSA SALARIAL

Unid.: euros

	2020	2019	Δ %
Massa salarial	12 094 702	11 924 364	<b>1,43%</b>

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais.

### 3.3. Saúde Ocupacional

#### EXAMES

	2020	2019	Δ %
Exames periódicos obrigatórios	206	254	<b>-18,9%</b>
Exames de admissão e ocasionais	32	19	<b>68,4%</b>

#### SINISTRALIDADE

	2020	2019	Δ %
Com incapacidade temporária	3	2	
Sem incapacidade	1	0	
TOTAL	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>

Mantendo a empresa uma atenta e rigorosa política de Segurança e Saúde no Trabalho, é possível manter em níveis muito baixo o número de acidentes de trabalho, apesar de se desenvolverem atividades de elevado risco profissional, designadamente no setor das operações marítimas.

Em 2020 houve mais 1 acidente com incapacidade temporária do que em 2019 mas em nenhum dos casos resultou a fixação de qualquer grau de incapacidade permanente.

**ACIDENTES DE TRABALHO**

	2020	2019
Índice de frequência	6,73	4,55

*Nota: Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco*

**ÍNDICE DE GRAVIDADE**

	2020	2019
Índice de gravidade	0,22	0,07

*Nota: Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco*

**3.4. Formação**

A atividade formativa desenvolvida pela empresa através do seu Centro de Formação tem 3 áreas de atuação distintas:

- Conceber, planear e realizar a formação profissional para todos os colaboradores;
- Realizar parcerias com todos os concessionários e demais stakeholders das 3 unidades de negócio – Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, para concretizar ações de formação que venham a ser consideradas pertinentes para aqueles parceiros de negócio;
- Formação e assessoria técnica em matéria de gestão portuária, designadamente junto dos portos dos PALOP.

**3.4.1. Formação de colaboradores**

No que se refere à formação é de destacar:

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2020	2019	Δ	2020	2019	Δ	2020	2019	Δ
Formandos (nº)	94	145	-35,17%	266	481	-44,70%	360	626	-42,49%
Horas de formação*	3.664	2.910	25,91%	241	388	-37,89%	3.905	3.298	18,41%
Volume de Formação**	4.737	4.002	18,37%	1.627	3.969	-59,01%	6.364	7.971	-20,16%

*\*Inclui situações de autoformação*

*\*\*Volume de Formação: N.º de horas de formação assistidas X Número de formandos*

Face ao contexto pandémico que caracterizou 2020 e à impossibilidade de se realizar formação presencial durante alguns meses, verificou-se uma diminuição generalizada dos vários indicadores, não obstante o Centro de Formação se ter tentado adaptar à formação “a distância” com as ferramentas, entretanto, disponibilizadas.

Exceção a esta tendência foi o número de horas da formação externa. Embora o número de formandos tenha diminuído, o aumento de iniciativas de auto-formação (projetos anuais com elevada carga horária), justifica este indicador. Este aumento não se reflete no volume de formação, uma vez que a cada um destes cursos está afeto apenas 1 participante.

Destaca-se, no âmbito da Formação Interna, o início do projeto de formação dos mestres em ambiente de prática simulada, com o objetivo de desenvolver competências na operação de rebocadores portuários, especificamente na manobra e governo, em operações de rotina e

emergência. Realizado no Núcleo de Simulação, o curso de Manobra de Rebocadores Portuários é um curso maioritariamente prático, com recurso à simulação visual de manobra e com o enquadramento teórico necessário.

**TAXA DE FORMAÇÃO**

	2020	2019	$\Delta$ (p.p.)
Taxa de Formação *		0,98%	

\* Taxa de Formação = Acumulado Número de Horas de Formação/Acumulado Número de Horas Trabalháveis

### 3.4.2. Formação stakeholders

Foi desenvolvido um conjunto de atividades formativas de natureza diversa e com parceiros de negócio de diferente natureza.

Destaca-se a realização dos seguintes projetos formativos:

- **PSA Sines** – Conceção, planeamento e execução de formação em IMDG – International Maritime Dangerous Goods (formação decorrida localmente)
- **GPL - Empresa de Trabalho Temporário do Douro e Leixões** - Conceção, planeamento e execução de formação em Segurança Portuária

### 3.4.3. Portos dos PALOP

Está bastante consolidada a atividade formativa e de consultadoria do Centro de Formação da APDL junto da comunidade portuária dos PALOP, sendo recorrente os pedidos de colaboração em projetos de diversa natureza desenvolvidos nos portos daqueles países.

De qualquer forma, nalgumas matérias, estes países privilegiam a formação presencial, o que não foi possível pelos obstáculos que se colocaram à formação e também à circulação de pessoas.

Destaca-se, no entanto, a participação de 6 elementos da ENAPORT - Empresa Nacional dos Portos de S. Tomé e Príncipe, num curso de inglês Marítimo.

## 4. Abordagem à Sustentabilidade Ambiental

### 4.1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

A APDL é uma empresa empenhada na prossecução de políticas sociais e ambientais que fomentem uma melhor qualidade de vida dos seus trabalhadores e da comunidade envolvente, promovendo um desenvolvimento que, tendo como objetivo a competitividade da empresa, não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Neste âmbito, as intervenções sociais e ambientais levadas a cabo constituem um conjunto de iniciativas que se inserem num quadro mais vasto de uma atuação social, ambiental e economicamente responsável, que a APDL sempre preconizou e praticou, consolidando o empenho da empresa em prosseguir um desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Estas matérias estão tratadas de forma mais detalhada nos Relatórios de Sustentabilidade, que podem ser consultados no site da empresa, em: <https://www.apdl.pt/relatorio-de-sustentabilidade>.

A estratégia de sustentabilidade da APDL tem como base a matriz de materialidade da empresa, que considera os temas relevantes para a sustentabilidade da APDL.



Esta matriz orienta a elaboração do Plano Operacional de Sustentabilidade da empresa, o *reporting* de sustentabilidade e, fundamentalmente, o posicionamento da empresa face aos desafios ambientais e sociais do negócio, com vista à minimização dos impactos negativos da atividade, implementação de boas práticas na gestão dos recursos e otimização do contributo da empresa para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que nela trabalham e das comunidades envolventes.

### 4.2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A APDL tem uma Política de Sustentabilidade formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, na qual a empresa, nas decisões que toma, tem em consideração a comunidade

onde se insere e o ambiente onde opera, integrando, voluntariamente, preocupações sociais e ambientais nas suas atividades económicas e na interação com todas as partes interessadas.

A nossa Política de Sustentabilidade assenta no reconhecimento de três princípios fundamentais:

- A sustentabilidade contribui para um negócio mais duradouro, permitindo distribuir mais valor pelo acionista, colaboradores e colaboradoras, concessionários, empresas fornecedoras de bens e serviços, e comunidade local;
- Um futuro mais sustentável da empresa começa no presente;
- A APDL quer ser um ator ativo na promoção de boas práticas na cadeia de valor portuária.

Os **compromissos gerais assumidos na nossa Política de Sustentabilidade**, são:

- Minimizar os impactos negativos da atividade e implementação de boas práticas na gestão dos recursos;
- Garantir a segurança das pessoas e das operações;
- Criar valor e envolver os parceiros de negócio nos compromissos com a sustentabilidade;
- Otimizar o contributo da empresa para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que nela trabalham;
- Promover a responsabilidade social corporativa e a interação com as comunidades locais.

Cada um destes compromissos gerais tem um conjunto de compromissos específicos, associados, que constituem a forma prática de os alcançar. Poderão ser consultados, na sua totalidade, no website da empresa <http://www.apdl.pt/politica-de-sustentabilidade>.

Ao nível da **salvaguarda das normas de qualidade**, a APDL renovou em julho de 2019 a Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, segundo o referencial NP EN ISO 9001:2015, atribuída pela Lloyd's Register Quality Assurance. Em junho de 2020, a Entidade Certificadora verificou o cumprimento do SGQ da empresa de acordo com a norma ISO 9001:2015. Esta entidade confirmou durante a auditoria de acompanhamento que o sistema se mantém eficazmente implantado na organização, não identificando quaisquer situações de não conformidades. Mais informações sobre esta matéria poderão ser consultadas em: <http://www.apdl.pt/politica-da-qualidade>

### **4.3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial**

O ano de 2020 é marcado pelo impacto da pandemia de Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) na economia e na vida social, mas independentemente dos constrangimentos trazidos por esta nova realidade, a APDL continuou a assegurar o normal funcionamento dos seus serviços e continuou a trabalhar para alcançar as metas anuais de sustentabilidade, mantendo as ações de responsabilidade social previstas, embora com as necessárias adaptações para garantir a segurança dos seus colaboradores, fornecedores, clientes e restantes parceiros de negócio.



### **4.3.1. Responsabilidade ambiental**

Enquanto empresa ambientalmente responsável, tomamos medidas para a otimização e valorização dos recursos que utilizamos na nossa atividade, promovendo a utilização racional da água e da energia, implementando ações de melhoria ao nível da monitorização da qualidade do ar e da água, e promovendo ativamente a redução das emissões, através da aposta na transição energética, construindo soluções alternativas à utilização dos combustíveis fósseis pelos navios em porto.

Destacamos as 3 grandes áreas que estiveram em destaque em 2020:

#### **a. DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

Com o compromisso europeu de Portugal atingir a neutralidade carbónica até 2050, a APDL já iniciou esse caminho com investimentos em infraestruturas e equipamentos e também com uma aposta nas parcerias com stakeholders que visem promover energias mais verdes e reduzir as emissões.

No final de 2020 foi assinado com a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), um protocolo com vista à descarbonização dos portos de Leixões e Viana do Castelo, que se operacionaliza na interdição da entrada e circulação das viaturas pesadas mais poluentes dentro destes portos (viaturas Euro I, II, III e IV), a partir do dia 1 de janeiro 2021. O acordo prevê ainda a redução dos tempos das operações, designadamente o levantamento e entrega de contentores marítimos ou outras mercadorias, contribuindo para a diminuição da emissão de gases para a atmosfera e para a redução da emissão de ruído nas áreas portuárias.

Em 2020, a APDL estreou-se na operação abastecimento de gás natural a navios, disponibilizando a infraestrutura portuária de Viana do Castelo para o abastecimento do ferry Sicília com Gás Natural Liquefeito (GNL).

Obteve-se uma redução de 30% das emissões de CO<sub>2</sub> do navio, diminuição de mais de nove mil toneladas por ano de CO<sub>2</sub> e a eliminação das emissões de enxofre e outras partículas.

O Porto de Viana do Castelo alberga desde julho de 2020, um projeto de energia renovável da responsabilidade da empresa Sueca CorPower Ocean. Este projeto integra um centro de Investigação e Desenvolvimento (I&D) dedicado ao estudo e fabrico de componentes de conversores para aproveitar a energia das ondas e irá incluir a parte de montagem final, manutenção e reparação dos conversores de energia das ondas que serão instalados ao largo da Aguçadoura, em Viana do Castelo - projeto HiWave-5.

#### **b. SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO DO AR E RUÍDO**

Atualmente, existem no Porto de Leixões duas estações de monitorização da qualidade do ar, que permitem a monitorização permanente (365 dias/ano, 24H/dia) da emissão de partículas resultantes das várias atividades portuárias, em concreto, as PM<sub>10</sub> e as PTS (Partículas Totais em Suspensão).

Adicionalmente a este sistema de monitorização, a APDL investiu na instalação de 4 sensores de medição dos poluentes atmosféricos e de ruído na zona portuária e respetiva envolvente, que permitem avaliar o tipo de poluentes atmosféricos existentes nas áreas portuárias, bem como, mensurar quantidades e avaliar graus de poluição com maior propriedade. Cada sensor disponibiliza informação relativa a 10 parâmetros de qualidade do ar, com destaque para as PM<sub>10</sub>, PM<sub>2,5</sub>, PM<sub>1</sub>, PM<sub>0,7</sub>, PM<sub>0,5</sub>, NO<sub>2</sub>, CO, O<sub>3</sub> e SO<sub>2</sub>.

Em relação à medição do ruído, a APDL está de momento a reformular a totalidade dos seus sonómetros, preparando-se para instalar equipamentos mais modernos, mantendo a monitorização do ruído em contínuo, 24h/365 dias/ano no Porto de Leixões. Para além dos três sonómetros permanentemente instalados no interior do porto de Leixões a medir em contínuo, a APDL possui um sonómetro portátil, calibrado e verificado por entidade credenciada, através do qual executa medições de ruído pontuais, sempre que necessárias.

### **c. QUALIDADE DA ÁGUA**

A APDL realiza a análise das águas superficiais nos portos de Leixões e Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro. Ao longo do ano 2020, foram realizadas 4 campanhas de amostragem em 5 locais dos portos de Leixões e Viana do Castelo e no Estuário do rio Douro.

Os resultados dessas campanhas forneceram um histórico do ponto de situação das águas superficiais dos portos sob jurisdição da APDL. Foram analisados cerca de 25 parâmetros de qualidade da água nos dois portos, e na Via Navegável do Douro foram analisados cerca de 34 parâmetros de qualidade da água, permitindo perceber o real estado dessas massas de água.

## 5. Investimento

### 5.1 Principais Investimentos

O investimento realizado em 2020 no *cluster* portuário gerido pela APDL ascendeu a 28,9 milhões de euros, mais do que duplicando o investimento realizado em 2019. Do valor global, 50% foi investido no Porto de Viana do Castelo, 45% no Porto de Leixões e 5 % na Via Navegável do Douro.

#### INVESTIMENTO EM 2020

unid: milhares de euros

	2020	2019	2018
Porto de Leixões	12 944	5 144	7 359
Porto de Viana do Castelo	14 344	1 973	1 570
Via Navegável do Douro	1 573	6 301	4 418
<b>TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	<b>28 860</b>	<b>13 418</b>	<b>13 347</b>

Apresenta-se de seguida a realização do investimento por unidade de negócio e por Ação, com destaque para alguns dos investimentos mais relevantes.

#### 5.1.1. Porto de Leixões

##### INVESTIMENTO NO PORTO DE LEIXÕES

Unid: Euros

Ações	2020
Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	326 463
Terminal de Cruzeiros	601 365
Melhoria das condições Operacionais no TPL	872 605
Portaria Principal	486 081
Estruturação da Plataforma Logística	429 616
Reabilitação de Espaços e Edifícios	423 153
Segurança Marítima e Portuária	7 410 370
Sistema de Informação Geográfica	55 550
Portal do Porto de Leixões	146 720
Gestão Documental	9 900
Portal Interno	110 732
Sistema de Informação e Gestão	24 735
Gestão Dominial	461 679
Infraestruturas TIC	1 233 176
Novo Terminal de Contentores	170 650
Continuidade do Negócio	4 800
Formalização da Infoestrutura	112 530
Investimento residual e recorrente	63 460
<b>Total Leixões</b>	<b>12 943 583</b>

Salientam-se, relativamente ao investimento realizado no porto de Leixões, as seguintes intervenções:

- **Portaria Principal**

O investimento realizado no exercício foi aplicado na aquisição de terrenos para o novo parque de pesagens - ação destinada a dar resposta ao constante crescimento do número de pesagens de contentores que entram no porto de Leixões por via rodoviária e que têm obrigatoriamente de ser pesados, em cumprimento do estabelecido na convenção SOLAS – com um montante de cerca de 361 mil euros e no realinhamento tecnológico e funcional dos sistemas SIP (Sistema Integrado de Pesagens) e 3PL por forma a acomodarem a entrada em funcionamento da JUL e as evoluções programadas para os pólos logísticos e Via Azul.

- **Segurança Marítima e Portuária**

O investimento em segurança marítima e portuária situou-se em 7,41 milhões de euros, em que se salienta o valor aplicado na aquisição de terrenos para o Centro Inspetivo (2,2 milhões de euros) e a intervenção na Estabilização do Cais da Doca 4 Sul (3,16 milhões de euros).

O projeto do Centro Inspetivo do Porto de Leixões prevê a infraestruturização de uma área com cerca de 3 hectares e contempla a construção de um edifício para o funcionamento do PIF- Posto de Inspeção Fronteiriço, um edifício para o scanner de contentores, um edifício para a Alfândega destinado à desconsoidação de contentores e um edifício de apoio ao motorista. Representa um projeto de alta prioridade que permitirá retirar o PIF da Doca 4 Norte, libertando área para o manuseamento de carga, e dotar o Porto de Leixões de um sistema de inspeção não invasiva de contentores (scanner), potenciando e melhorando a sua operacionalidade e parâmetros de segurança.

A intervenção na Estabilização do Cais da Doca 4 Sul consiste no reforço e proteção da fundação do muro-cais em blocos, ancoragens e correção dos caminhos de rolamento dos pórticos de cais no Terminal de Contentores Sul.

- **Infraestruturas TIC**

Consequente com a permanente atualização dos sistemas e infraestruturas de informação e comunicação e em resposta aos desafios de desenvolvimento de trabalho remoto colocados pela pandemia Sars-Cov2/COVID-19, a APDL dedicou um total de 1,2 milhões de euros nesta área, com destaque para a atualização de desktops, periféricos e servidores.

### 5.1.2. Porto de Viana do Castelo

#### INVESTIMENTO NO PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: Euros	
Ações	2020
Infraestruturas portuárias	2 036 327
Segurança Marítima e Portuária	11 268
Melhoria da Navegabilidade no Porto	12 114 296
Acessos ao Porto de Viana do Castelo	145 431
Infra-estruturas e Equipamentos das Marinas	33 149
Investimento Residual e recorrente	3 348
<b>Total Porto de Viana do Castelo</b>	<b>14 343 819</b>

Em 2020 a APDL investiu na unidade de negócio do Porto de Viana do Castelo o montante de 14,3 milhões de euros, destacando-se as intervenções realizadas em:

- Infraestruturas portuárias

O investimento em infraestruturas portuárias ultrapassou os 2 milhões de euros, dos quais 1,9 milhões de euros foram aplicados na conclusão da primeira intervenção programada de consolidação do Molhe Norte do Porto de Viana do Castelo. Esta estrutura tem um papel fundamental para a proteção de um conjunto de instalações no Porto de Viana do Castelo, onde se desenvolvem diversas atividades/valências portuárias - comercial, construção e reparação naval, pesca e recreio náutico.

- Acessos ao Porto de Viana do Castelo

A intervenção de melhoria dos acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo está a ser desenvolvida em conjunto com a Câmara Municipal de Viana do Castelo, tendo sido adquiridos terrenos no valor de 145,4 mil euros em 2020. Este projeto objetiva melhorar a acessibilidade à infraestrutura portuária e reforçar a sua competitividade, alargando o seu hinterland.

### 5.1.3. Via Navegável do Douro

#### INVESTIMENTO NA VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: Euros	
Ações	2020
Melhoria do Canal de Navegação	96 980
Infraestruturas Fluviais e Terrestres	932 081
Operacionalidade e Segurança da VND	528 495
DIWW 2020	15 163
<b>Total Via Navegável do Douro</b>	<b>1 572 719</b>

O valor investido no ano de 2020 na Via Navegável do Douro cifrou-se em 1,57 milhões de euros. Destacam-se, dentro deste valor, a construção, reabilitação e beneficiação de infraestruturas fluviais, nomeadamente:

- no Cais da foz do Sabor

Intervenção para beneficiação das condições de acostagem, amarração de embarcações marítimo-turísticas tipo hotel e acondicionamento das condições para acostagem de embarcações de pequeno e médio porte no cais fluvial, permitindo a operação de todo o tipo de embarcações marítimo-turísticas.

- nos Cais de espera das eclusas

Reabilitação com vista a melhorar condições de acostagem a embarcações de pequeno, médio e grande porte a montante e a jusante das eclusas (anteportos das eclusas), bem como nos pontos de cruzamento, em troços longos de sentido de navegação alternado. Em 2020 foi reabilitado o cais de espera a montante da eclusa da Valeira e construído o cais de espera Tua - Valeira.

No plano da Operacionalidade e Segurança da VND, salienta-se a disponibilização de controlo de acessos a várias infraestruturas fluviais, no montante aproximado de 223 mil euros.

## 5.2 Fontes de Financiamento

No exercício de 2020 o investimento da APDL foi financiado em 10% por Orçamento de Estado e em 90% por fundos próprios.

A distribuição das fontes de financiamento é apresentada no seguinte quadro:

### FONTES DE FINANCIAMENTO

unid: milhares de euros

	2020		2019	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %
Orçamento de Estado	2 817	9,8%	2 841	21,2%
Fundos Comunitários	0	0,0%	4 082	30,4%
Fundos próprios	26 043	90,2%	6 495	48,4%
<b>TOTAL</b>	<b>28 860</b>	<b>100%</b>	<b>13 418</b>	<b>100%</b>

## 6. Análise económica e financeira

### 6.1. Resultado do Exercício

A APDL encerrou o ano de 2020 com um resultado líquido positivo de cerca de 6,5 milhões de euros. Este resultado, assim como o resultado antes de impostos estão em linha com os resultados do ano anterior.

O EBITDA fixou-se nos 21,2 milhões de euros em 2020, apresentando um decréscimo de 13,5% face ao ano anterior, justificado essencialmente pela diminuição das Vendas e serviços prestados (-3,7 milhões de euros), conjugado com a manutenção dos gastos e rendimentos das restantes rubricas.

O EBIT mantém-se em linha com o do ano anterior (-169 mil euros), contribuindo essencialmente para esse resultado o acordo extrajudicial celebrado entre a APDL e o consórcio “A Construtora dos Molhes do Douro – Somague/Irmãos Cavaco, ACE”, no âmbito do processo judicial respeitante à execução do “contrato de conceção/construção das obras necessárias à melhoria das acessibilidades e das condições de segurança da Barra do Douro”, perante o efeito da reversão da provisão de cerca de 2,9 milhões de euros, originando a que a rubrica de Provisões apresente um valor credor de 2,8 milhões de euros.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2020	2019	Δ (€)	Δ (%)
Vendas e serviços prestados	51.938	55.587	-3.649	-6,6%
Subsídios à exploração	1.037	900	137	15,3%
Outros rendimentos operacionais	1.320	1.180	140	11,8%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>54.295</b>	<b>57.667</b>	<b>-3.372</b>	<b>-5,8%</b>
Consumos de materiais	-1.316	-1.475	159	-10,8%
FSE	-13.162	-13.215	53	-0,4%
Gastos com o pessoal	-15.713	-15.515	-198	1,3%
Outros gastos operacionais	-2.902	-2.946	44	-1,5%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>-33.094</b>	<b>-33.151</b>	<b>58</b>	<b>-0,2%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>21.201</b>	<b>24.516</b>	<b>-3.314</b>	<b>-13,5%</b>
Depreciações e amortizações	-25.320	-25.287	-32	0,1%
Imparidade de investimentos	-274	-681	407	-59,8%
Rendimentos diferidos	10.781	12.106	-1.325	-10,9%
Provisões	2.769	-1.327	4.096	-308,7%
<b>EBIT</b>	<b>9.158</b>	<b>9.327</b>	<b>-169</b>	<b>-1,8%</b>
Gastos de financiamento	-429	-502	74	-14,7%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>8.730</b>	<b>8.825</b>	<b>-95</b>	<b>-1,1%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-2.259	-2.568	309	-12,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>6.471</b>	<b>6.257</b>	<b>214</b>	<b>3,4%</b>

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO**

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2020			2019			Δ (€)			Δ (%)		
	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro
Vendas e serviços prestados	48.123	2.618	1.198	51.045	2.208	2.334	-2.922	409	-1.136	-5,7%	18,5%	-48,7%
Subsídios à exploração	30	322	685	1	672	227	29	-350	458	3828,1%	-52,0%	201,5%
Outros rendimentos operacionais	882	435	2	713	462	5	169	-27	-3	23,8%	-5,8%	-63,5%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>49.035</b>	<b>3.375</b>	<b>1.884</b>	<b>51.758</b>	<b>3.342</b>	<b>2.566</b>	<b>-2.723</b>	<b>33</b>	<b>-682</b>	<b>-5,3%</b>	<b>1,0%</b>	<b>-26,6%</b>
Consumos de materiais	-1.281	-19	-16	-1.435	-26	-14	154	6	-2	-10,7%	-25,2%	13,4%
FSE	-10.061	-1.168	-1.933	-10.245	-1.337	-1.633	184	169	-300	-1,8%	-12,6%	18,4%
Gastos com o pessoal	-13.526	-1.618	-569	-13.306	-1.667	-542	-220	49	-27	1,7%	-3,0%	5,0%
Outros gastos operacionais	-2.772	-108	-22	-2.698	-206	-42	-74	98	20	2,7%	-47,4%	-47,2%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>-27.640</b>	<b>-2.913</b>	<b>-2.541</b>	<b>-27.684</b>	<b>-3.236</b>	<b>-2.231</b>	<b>44</b>	<b>323</b>	<b>-309</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-10,0%</b>	<b>13,9%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>21.396</b>	<b>462</b>	<b>-656</b>	<b>24.074</b>	<b>106</b>	<b>335</b>	<b>-2.679</b>	<b>355</b>	<b>-991</b>	<b>-11,1%</b>	<b>333,6%</b>	<b>-295,9%</b>
Depreciações e amortizações	-20.384	-2.195	-2.740	-20.659	-2.099	-2.529	275	-96	-211	-1,3%	4,6%	8,4%
Imparidade de investimentos	-12	-445	184	0	267	-948	-12	-712	1.132	0,0%	-266,8%	-119,4%
Rendimentos diferidos	7.485	1.937	1.359	7.210	1.780	3.116	274	158	-1.757	3,8%	8,9%	-56,4%
Provisões	-188	47	2.910	-645	-49	-633	457	96	3.543	-70,9%	-195,0%	-559,6%
<b>EBIT</b>	<b>8.296</b>	<b>-195</b>	<b>1.057</b>	<b>9.981</b>	<b>5</b>	<b>-658</b>	<b>-1.685</b>	<b>-200</b>	<b>1.715</b>	<b>-16,9%</b>	<b>-4103,1%</b>	<b>-260,5%</b>
Gastos de financiamento	-429	0	0	-502	0	0	74	0	0	-14,7%	0,0%	0,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>7.868</b>	<b>-195</b>	<b>1.057</b>	<b>9.479</b>	<b>5</b>	<b>-658</b>	<b>-1.611</b>	<b>-200</b>	<b>1.715</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-4103,1%</b>	<b>-260,5%</b>

**6.1.1. Vendas e serviços prestados**

As vendas e prestações de serviços das três unidades de negócio ascenderam, em 2020, a cerca de 52 milhões de euros, representando um decréscimo de 6,6% face ao ano anterior justificado na sua essência pelo aparecimento da pandemia de Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), e a recepção socioeconómica subjacente. O decréscimo nas vendas e prestações de serviços estão identificados na tabela abaixo.



**VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Unid: €1000

	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>14.313</b>	<b>17.036</b>	<b>-2.722</b>	<b>-16,0%</b>
TUP - Navio	4.479	5.093	-614	-12,0%
Serviço de Pilotagem	3.079	3.457	-378	-10,9%
Serviço de Reboque	3.541	4.088	-547	-13,4%
Uso de Equipamento Marítimo	269	450	-181	-40,3%
Serviço de Amarração	790	830	-40	-4,8%
Outros	2.156	3.119	-963	-30,9%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA</b>	<b>1.326</b>	<b>1.422</b>	<b>-96</b>	<b>-6,7%</b>
Tarifa ISPS	964	951	12	1,2%
Tráfego de passageiros	15	217	-203	-93,3%
Outros	350	254	97	38,1%
<b>CONCESSÕES</b>	<b>28.277</b>	<b>28.229</b>	<b>48</b>	<b>0,2%</b>
Terminal Petroléiro	5.772	6.109	-337	-5,5%
Terminal de Contentores	17.984	17.636	348	2,0%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.611	2.650	-40	-1,5%
Terminal de Cimentos	1.039	1.012	27	2,7%
Outras concessões	871	821	50	6,1%
<b>PLATAFORMA LOGÍSTICA</b>	<b>1.925</b>	<b>2.013</b>	<b>-88</b>	<b>-4,4%</b>
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>1.762</b>	<b>2.168</b>	<b>-406</b>	<b>-18,7%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>4.336</b>	<b>4.721</b>	<b>-385</b>	<b>-8,2%</b>
<b>Total</b>	<b>51.938</b>	<b>55.587</b>	<b>-3.649</b>	<b>-6,6%</b>

As secções seguintes apresentam uma análise das Vendas e Prestações de Serviços por unidade de negócio.

**Porto de Leixões**

As vendas e prestações de serviços do Porto de Leixões registaram uma diminuição de 5,7%, conforme detalhado na seguinte tabela:

**VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – PORTO DE LEIXÕES**

Unid: €1000

	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>12.538</b>	<b>14.579</b>	<b>-2.041</b>	<b>-14,0%</b>
TUP - Navio	3.915	4.739	-825	-17,4%
Serviço de Pilotagem	2.829	3.231	-402	-12,5%
Serviço de Reboque	3.541	4.088	-547	-13,4%
Uso de Equipamento Marítimo	251	439	-188	-42,9%
Serviço de Amarração	742	785	-43	-5,5%
Outros	1.261	1.297	-36	-2,7%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA</b>	<b>1.086</b>	<b>1.170</b>	<b>-84</b>	<b>-7,2%</b>
Tarifa ISPS	963	951	12	1,2%
Tráfego de passageiros	15	217	-203	-93,3%
Uso de infraestruturas	109	2	107	6066,6%
<b>CONCESSÕES</b>	<b>27.582</b>	<b>27.694</b>	<b>-112</b>	<b>-0,4%</b>
Terminal Petroleiro	5.772	6.109	-337	-5,5%
Terminal de Contentores	17.984	17.636	348	2,0%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.611	2.650	-40	-1,5%
Terminal de Cimentos	661	661	0	0,0%
Outras concessões	555	637	-83	-13,0%
<b>PLATAFORMA LOGÍSTICA</b>	<b>1.925</b>	<b>2.013</b>	<b>-88</b>	<b>-4,4%</b>
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>1.130</b>	<b>1.381</b>	<b>-251</b>	<b>-18,2%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>3.862</b>	<b>4.209</b>	<b>-347</b>	<b>-8,2%</b>
<b>Total</b>	<b>48.123</b>	<b>51.045</b>	<b>-2.922</b>	<b>-5,7%</b>

Verificou-se uma quebra generalizada ao nível dos **Serviços prestados ao navio**, os quais representaram quase 70% do total do decréscimo das vendas e prestações de serviços do porto de Leixões. Esta quebra resultou da diminuição de 6,8 milhões ao nível do total do GT (-19,2%) e do número de navios (-3,9%), para além da diminuição do tempo de estadia no porto de Leixões (-2,0%), a qual acaba por representar uma maior eficiência operacional.

A diminuição de 84 mil euros dos **Serviços prestados à carga** face ao ano anterior deveu-se, sobretudo, ao decréscimo de 203 mil euros na rubrica de Tráfego Passageiros, repercutindo a diminuição do movimento de passageiros face ao ano anterior (-92,7%). Este decréscimo foi compensado, em parte, pelos incrementos de cerca de 12 mil euros na rubrica de Tarifa ISPS, tarifa cobrada ao concessionário TCL pelo movimento de contentores e para cumprimento do Código ISPS (*International Ship and Port Facility Security code*), e de 107 mil euros na rubrica **Uso de infraestruturas**, fruto da subida do movimento de carga transportada por trailers (+2,8%).

As **Concessões** apresentam uma variação negativa de 0,4%, pouco menos de 100 mil euros comparativamente a 2019. A redução de 5,5% (-337 mil euros) do Terminal Petroleiro, resulta da quebra de movimentação de 6,7% no Terminal Petroleiro e de 47,8% no Terminal Oceânico, foi compensada pelo aumento de 2% (+348 mil euros) do Terminal de Contentores, fruto do aumento dos TEU (+2,6%) e do número de contentores movimentados (+3,0%).

O decréscimo de 88 mil euros de receita advinda da **Plataforma Logística** face a 2019, representou cerca de 3% do total da quebra das vendas e prestações de serviços do porto de Leixões. Conforme anteriormente referido, as receitas da Plataforma Logística diminuíram essencialmente devido ao término da ocupação por parte de um operador logístico do lote n.º 11 do Pólo 1, o qual teve 5 meses de ocupação durante o ano de 2019 (agosto a dezembro)

e 3 meses em 2020 (janeiro a março), bem como do apoio concedido pela APDL ao abrigo do Plano de Contingência Económico-Financeiro no quadro da Pandemia COVID-19 durante o ano de 2020.

Por sua vez, a diminuição de 251 mil euros ao nível da rubrica **Uso dominial** face a 2019 (-18,2%) deveu-se, essencialmente, aos apoios concedidos pela APDL ao abrigo do Plano de Contingência Económico-Financeiro no quadro da Pandemia COVID-19 durante o ano de 2020, os quais ascenderam a 169 mil euros no porto de Leixões.

### Porto de Viana do Castelo

O Porto de Viana do Castelo registou uma diminuição de 18,5% das vendas e prestações de serviços, conforme detalhado na seguinte tabela:

#### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>948</b>	<b>613</b>	<b>335</b>	<b>54,6%</b>
TUP - Navio	542	313	229	73,0%
Serviço de Pilotagem	236	210	26	12,3%
Uso de Equipamento Marítimo	18	10	7	69,9%
Serviço de Amarração	48	45	3	6,8%
Outros	105	35	70	200,5%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA</b>	<b>240</b>	<b>252</b>	<b>-12</b>	<b>-4,7%</b>
Tarifa Armazenagem	2	3	-1	-35,5%
Uso de Equipamento Guindastes	94	94	0	-0,3%
Tarifa Uso de infraestruturas	145	156	-11	-6,8%
<b>CONCESSÕES</b>	<b>695</b>	<b>535</b>	<b>160</b>	<b>29,8%</b>
Terminal de Cimentos	378	351	27	7,7%
Outras concessões	316	184	133	72,2%
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>271</b>	<b>317</b>	<b>-46</b>	<b>-14,4%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>464</b>	<b>491</b>	<b>-28</b>	<b>-5,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.618</b>	<b>2.208</b>	<b>409</b>	<b>18,5%</b>

A receita dos **Serviços prestados ao navio** de 2020 aumentou 54,6% face a 2019, fruto do aumento do tempo de estadia em porto (+6,5%) e do número de escalas (+0,5%), o que acabou por compensar a diminuição ao nível do total do GT (-1,8%).

Já os **Serviços prestados à carga** decresceram 4,7% comparativamente ao ano anterior, por via da diminuição de 11 mil euros na **Tarifa de Uso de Infraestruturas**.

As isenções concedidas ao abrigo do Plano de Contingência Económico-Financeiro no quadro da Pandemia COVID-19 durante o ano de 2020 ascenderam a 18 mil euros, o que contribuiu sobremaneira para a quebra de 14,4% registada ao nível da receita da rubrica **Uso Dominial** face ao ano anterior de 2019.

### Via Navegável do Douro

As vendas e prestações de serviços da Via Navegável do Douro diminuíram quase para metade do valor de 2019, conforme detalhado na seguinte tabela:

#### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>827</b>	<b>1.844</b>	<b>-1.016</b>	<b>-55,1%</b>
TUP-Navio	23	40	-18	-43,9%
Serviço de Pilotagem	15	16	-2	-9,6%
Tarifa de Circulação	144	827	-683	-82,6%
Tarifa de Acostagem	247	523	-276	-52,7%
Tarifa Utilização da Via	291	337	-46	-13,8%
Tarifa de Recolha de Resíduos	103	99	4	4,2%
Outros	4	0	4	0,0%
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>360</b>	<b>470</b>	<b>-110</b>	<b>-23,3%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>-10</b>	<b>-50,1%</b>
<b>Total</b>	<b>1.198</b>	<b>2.334</b>	<b>-1.136</b>	<b>-48,7%</b>

Enquanto área de negócio estreitamente ligada ao setor do turismo, a Via Navegável do Douro foi fortemente afetada pela pandemia.

O regulamento de tarifas da Via Navegável do Douro, com entrada em vigor em agosto de 2018, estabeleceu a aplicação de duas novas tarifas: (i) Tarifa de Acostagem com aplicação a partir de 2018 e (ii) Tarifa de Utilização da Via com aplicação a partir de 2019. **A Tarifa de Utilização da Via** representou uma receita de 337 mil euros em 2019 e de 291 mil euros em 2020. Este decréscimo de 46 mil euros é uma consequência direta da redução da procura turística provocada pelo surto da pandemia Covid-19.

Por sua vez, a **Tarifa de Circulação** e a **Tarifa de Acostagem** geraram em 2019 uma receita na ordem de 1,4 milhões de euros, tendo reduzido drasticamente para 391 mil euros em 2020, igualmente pelo efeito da forte retração ao nível do turismo.

Ao nível do **Uso dominial**, a diminuição de 110 mil euros da receita face a 2019, justifica-se essencialmente pela atribuição de menos licenças de utilização em regime de exclusividade para efeitos de acostagem e pelas isenções concedidas ao abrigo do Plano de Contingência Económico-Financeiro no quadro da Pandemia COVID-19 durante o ano de 2020, as quais ascenderam a 18 mil euros na Via Navegável do Douro.

#### 6.1.2. Subsídios à exploração

No corrente ano, a APDL registou um aumento de 15% nos Subsídios à exploração, cifrando-se a receita em mais de 1 milhão de euros, face aos 900 mil euros em 2018, sendo que 97% da receita foi alocada ao porto de Viana do Castelo e à Via Navegável do Douro.

Relativamente ao porto de Viana do Castelo, foram gastos 322 mil euros para dragagens em 2020, o que representa uma diminuição de 350 mil euros, face a 2019.

Ao nível da VND, os subsídios à exploração apresentaram um aumento de 458 mil euros, para um total de 685 mil euros, dos quais 382 mil euros provenientes do Capítulo 50.º Orçamento de Estado e 303 mil euros de fundos comunitários, para conservação e reparação de bens e equipamentos.

### 6.1.3. Outros rendimentos operacionais

A APDL apresentou em 2020 um aumento de 11,8% relativamente ao ano anterior, ou seja, mais 140 mil euros. Se por um lado, houve uma quebra acentuada ao nível dos rendimentos suplementares, nomeadamente as receitas de aluguer de espaço no Centro de Assistência (-258 mil euros) e receitas da Cantina (-40 mil euros), por outro lado, houve receitas registadas na rubrica Outros Rendimentos, que pela sua natureza, não ocorreram no ano anterior, como são as receitas proveniente de indemnizações associadas a sinistros ocorridos.

### 6.1.4. Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e Gastos com o pessoal

A APDL apresentou em 2020, um montante de gastos de 30,2 milhões de euros desta natureza, sensivelmente idêntico ao ano anterior.

#### FSE, CMVMC E GASTOS COM O PESSOAL

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>13.162</b>	<b>13.215</b>	<b>-53</b>	<b>-0,4%</b>
Subcontratos	1.072	844	228	27,1%
Serviços especializados	7.649	7.729	-80	-1,0%
Materiais	94	101	-7	-7,1%
Energia e outros fluidos	2.134	2.330	-196	-8,4%
Deslocações e estadas	32	92	-60	-65,2%
Serviços diversos	2.180	2.119	62	2,9%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>1.316</b>	<b>1.475</b>	<b>-159</b>	<b>-10,8%</b>
Mercadorias	949	1.014	-65	-6,4%
Matérias subsidiárias e de consumo	367	461	-94	-20,4%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>15.713</b>	<b>15.515</b>	<b>198</b>	<b>1,3%</b>
Remunerações dos órgãos sociais	339	368	-30	-8,1%
Remunerações do pessoal	11.619	11.453	167	1,5%
Benefícios pós-emprego e pensões	126	175	-49	-27,8%
Encargos sobre remunerações	2.731	2.693	38	1,4%
Outros gastos com o pessoal	898	827	71	8,6%
<b>Total</b>	<b>30.191</b>	<b>30.205</b>	<b>-14</b>	<b>0,0%</b>

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Gastos com o Pessoal por unidade de negócio.

## Porto de Leixões

Em 2020, os gastos operacionais no Porto de Leixões registaram uma ligeira diminuição de 118 mil euros face ao ano anterior, tal como detalhado na seguinte tabela:

### FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>10.061</b>	<b>10.245</b>	<b>-184</b>	<b>-1,8%</b>
Subcontratos	900	665	235	35,4%
Serviços especializados	5.427	5.684	-257	-4,5%
Materiais	83	93	-11	-11,4%
Energia e outros fluidos	1.753	1.905	-152	-8,0%
Deslocações e estadas	24	82	-57	-70,5%
Serviços diversos	1.874	1.817	58	3,2%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>1.281</b>	<b>1.435</b>	<b>-154</b>	<b>-10,7%</b>
Mercadorias	940	999	-59	-5,9%
Matérias subsidiárias e de consumo	341	436	-95	-21,8%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>13.526</b>	<b>13.306</b>	<b>220</b>	<b>1,7%</b>
Remunerações dos órgãos sociais	339	368	-30	-8,1%
Remunerações do pessoal	9.843	9.654	189	2,0%
Benefícios pós-emprego e pensões	126	175	-49	-27,8%
Encargos sobre remunerações	2.328	2.285	43	1,9%
Outros gastos com o pessoal	891	824	66	8,0%
<b>Total</b>	<b>24.868</b>	<b>24.986</b>	<b>-118</b>	<b>-0,5%</b>

Os **Fornecimentos e serviços externos** apresentaram uma retração de 1,8%, face ao ano anterior. Esta retração ocorre em todas as rubricas, exceto nos Subcontratos e Serviços diversos. Deve-se na sua totalidade à conjuntura que o país, e o mundo, estão a viver desde meados de março de 2020, ou seja, consequências da pandemia. Esta retração teria sido ainda maior se não fosse o efeito líquido que a atualização da remuneração mínima legal tem em muitos contratos de prestação de serviços, tais como, serviços de vigilância (30 mil euros, +2%) e serviços de limpeza (95 mil euros, +11%).

Das rubricas que apresentaram uma redução em 2020 salientam-se as seguintes, quer pelo volume, quer pela importância em termos operacionais:

- Publicidade e Propagandas, com uma redução de 129 mil euros face a 2019, consequência do adiamento e cancelamento de eventos, seminários e feiras em que a marca “porto de Leixões” estaria presente;
- Conservação e Reparação, com uma redução de 216 mil euros ao nível de Dragagens no Porto de Leixões;
- Energia e outros Fluidos, com uma redução de 152 mil euros. Esta rubrica, que inclui, entre outros, o fornecimento de energia elétrica (1,4 milhões de euros), apresenta uma redução de 108 mil euros face a 2019. Apesar do aumento do preço unitário da energia contratada, houve uma redução do volume de energia consumida, fruto das diversas políticas e práticas de racionalização energética que a APDL tem vindo a implementar e em consequência da prática de teletrabalho imposta pelo governo central e

implementada pela APDL e seus clientes, sempre que reunidas as condições para o seu exercício;

- Rendas e Alugueres, com uma redução de 68 mil euros face a 2019. Com destaque para o aluguer de autocarros, que apresenta metade do custo de 2019 (-29 mil euros). O gasto de 2020 está relacionado com a disponibilização de autocarros à população para a travessia Leça-Matosinhos devido à paragem forçada para manutenção da Ponte Móvel de Leixões.

Em sentido inverso, as rubricas Subcontratos e Serviços diversos registaram um aumento de 35,4% e 3,2%, respetivamente. A rubrica Subcontratos apresenta um valor de 900 mil euros, mais 235 mil euros do que em 2019. O aumento deve-se essencialmente ao protocolo estabelecido entre APDL, a IP – Infraestruturas de Portugal e o TCL, para que a carga e descarga de contentores em comboio com origem ou destino ao terminal de contentores de Leixões fossem operados no Terminal Ferroviário da IP, enquanto estivessem a decorrer os trabalhos de requalificação e melhoramento do terrapleno do Terminal de Contentores Sul do Porto de Leixões, cifrando-se num custo de 175 mil euros em 2020

No que respeita aos **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** de 2020, a redução de 10,7% face a 2017, está relacionado com a redução na aquisição de gasóleo rodoviário, em cerca de 59 mil euros e da redução do consumo de gasóleo industrial dos nossos equipamentos produtivos, em mais de 108 mil euros. Todavia, esta redução não pode ser dissociada da redução de 131 mil euros verificado na receita com a venda de gasóleo aos concessionários nos anos em questão. Em 2020, o consumo de gasóleo por parte das viaturas da APDL teve uma redução de quase um terço no seu valor, cifrando-se em 23 mil euros, em consequência da redução das deslocações entre unidades de negócio da APDL.

Os **Gastos com o pessoal** aumentaram 220 mil euros em 2020 (+1,7%). As remunerações dos órgãos sociais apresentaram uma redução como consequência do atual Conselho de Administração ser constituído apenas por 3 elementos, desde 1 de julho de 2020. As remunerações com o pessoal aumentaram 2% em 2020, consequência da contratação de 15 colaboradores para substituição de outros que se aposentaram ou que se aposentarão e das progressões das carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

### Porto de Viana de Castelo

No Porto de Viana do Castelo esta tipologia de gastos decresceu 7,4% face ao ano anterior, conforme detalhado na seguinte tabela:

#### FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>1.168</b>	<b>1.337</b>	<b>-169</b>	<b>-12,6%</b>
Subcontratos	64	50	14	29,2%
Serviços especializados	761	967	-206	-21,3%
Materiais	3	2	0	20,1%
Energia e outros fluidos	242	236	7	2,8%
Deslocações e estadas	3	3	-1	-15,8%
Serviços diversos	95	79	16	20,1%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>19</b>	<b>26</b>	<b>-6</b>	<b>-25,2%</b>
Mercadorias	9	13	-5	-34,6%
Matérias subsidiárias e de consumo	10	12	-2	-14,9%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>1.618</b>	<b>1.667</b>	<b>-49</b>	<b>-3,0%</b>
Remunerações do pessoal	1.312	1.357	-45	-3,3%
Encargos sobre remunerações	299	309	-10	-3,1%
Outros gastos com o pessoal	7	2	5	239,5%
<b>Total</b>	<b>2.805</b>	<b>3.030</b>	<b>-225</b>	<b>-7,4%</b>

A diminuição de 169 mil euros com **Fornecimentos e serviços externos** em 2020 deve-se, sobretudo, à redução de 206 mil euros ao nível dos Serviços especializados. Por sua vez, esta redução dos serviços especializados justificou-se, essencialmente, pela diminuição de 272 mil euros nos gastos com dragagens, apesar do aumento de 50 mil euros nos gastos com vigilância e segurança. De resto, a grande diminuição dos gastos com dragagens em 2020 (-44%) fez com que o peso destes gastos sobre o total de Fornecimentos e Serviços Externos passasse de cerca de 44% em 2018 para 41% em 2020. O incremento de gastos ao nível dos Subcontratos deve-se ao aumento da subcontratação do Serviço de Recolha de Resíduos, dado que a subcontratação de Serviços de Amarração se mantém inalterada em 2020.

O **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas** decresceu em 2020 (-25,2%), estando esta contenção de gastos relacionada com o menor consumo de gasóleo, em consequência do abate de viaturas em fim de vida, durante o ano de 2019, e com o menor uso das viaturas em deslocações de serviço.

Os **Gastos com o pessoal** decresceram 49 mil euros face a 2019, consequência da diminuição do quadro do pessoal pela aposentação de 2 colaboradores afetos a esta unidade de negócio ainda em 2019.



### Via Navegável do Douro

Por sua vez, em 2020, os gastos relativos à Via Navegável do Douro aumentaram 15,0% face a 2019, conforme detalhado na seguinte tabela:

#### FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2020	2019	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>1.933</b>	<b>1.633</b>	<b>300</b>	<b>18,4%</b>
Subcontratos	109	130	-21	-16,3%
Serviços especializados	1.462	1.079	383	35,5%
Materiais	8	5	3	58,4%
Energia e outros fluidos	139	189	-50	-26,6%
Deslocações e estadas	5	7	-2	-29,1%
Serviços diversos	211	223	-12	-5,4%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>13,4%</b>
Mercadorias	0	1	-1	-89,8%
Matérias subsidiárias e de consumo	16	13	3	22,7%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>569</b>	<b>542</b>	<b>27</b>	<b>5,0%</b>
Remunerações do pessoal	464	442	22	5,0%
Encargos sobre remunerações	104	99	5	5,1%
Outros gastos com o pessoal	1	1	0	19,6%
<b>Total</b>	<b>2.518</b>	<b>2.189</b>	<b>329</b>	<b>15,0%</b>

Os **Fornecimentos e serviços externos** aumentaram 300 mil euros face a 2019 (+18,4%), contribuindo, essencialmente, a rubrica Serviços especializados com um aumento de 383 mil euros (+35,5%), nomeadamente, dos serviços de conservação e reparação (+528 mil euros), destacando-se os gastos associados à colocação e reposição de boias e assinalamento fluvial. Os Subcontratos, nomeadamente, a subcontratação do Serviço de Recolha de Resíduos, apresentam menos 21 mil euros face a 2019 em consequência da redução do movimento de navios no rio Douro. Contudo esta redução de atividade não teve impacto ao nível da receita associada à prestação deste serviço. A redução verificada na rubrica Energia e outros fluidos deve-se aos menores consumos de eletricidade e água, na sequência da implementação de mecanismos de controlo e deteção de fugas e consumos não autorizados nos cais e fluminas.

Em 2020, a Via Navegável do Douro não teve um montante de gastos significativos ao nível de **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, registando-se um ligeiro aumento de 2 mil euros nesta rubrica face a 2019. O principal componente desta rubrica é o consumo de gasóleo do rebocador afeto à Via (12 mil euros).

O aumento de 27 mil euros nos **Gastos com o pessoal** entre 2019 e 2020 (5,0%), na sequência das progressões das carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

### 6.1.5. Outros gastos operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram uma diminuição de 44 mil euros.

#### OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

euros

	2020	2019	Δ (€)	Δ (%)
<b>Imparidade dividas a receber</b>	<b>15.879</b>	<b>5.766</b>	<b>10.112</b>	<b>175,4%</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>2.886.384</b>	<b>2.940.254</b>	<b>-53.870</b>	<b>-1,8%</b>
Impostos	2.369.113	2.396.724	-27.611	-1,2%
Perdas em inventários	19.992	0	19.992	0,0%
Donativos	295.720	150.095	145.625	97,0%
Quotizações	55.075	135.284	-80.209	-59,3%
Multas e penalidades	9.601	951	8.650	909,6%
Outros gastos e perdas	136.883	257.201	-120.318	-46,8%
<b>Total</b>	<b>2.902.263</b>	<b>2.946.021</b>	<b>-43.758</b>	<b>-1,5%</b>

Os Impostos reduzem por via d redução registada nas nossas receitas portuárias levando a uma variação no mesmo sentido da rubrica Comparticipação para o regulador.

Verificou-se também em 2020 uma normalização da rubrica Quotizações, que em 2019 tinha registado um valor anormal devido ao pagamento de joia de aceitação em duas novas associações de índole turística.

Num ano marcado pela pandemia, a APDL assumiu a sua responsabilidade social duplicando os seus gastos com donativos. Destacamos o donativo à Unidade Local de Saúde de Matosinhos, para apoio à ampliação do Serviço de Medicina Intensiva, com o objetivo de incrementar 11 quartos com pressão negativa.

O menor gasto registado em Outros gastos e perdas deve-se ao facto de em 2019 terem sido desreconhecidos investimentos em curso que foram descontinuados.

### 6.1.6. Depreciações e amortizações

As **Depreciações e amortizações** da APDL registam um ligeiro aumento (0,1%) face ao ano anterior, mantendo-se acima dos 25 milhões de euros, valor alcançado pela primeira vez em 2019. É na VND que se regista o maior acréscimo de gasto (+211 mil euros), consequência do forte investimento que a APDL tem efetuado nos últimos anos. No ano de 2020, merecem nota de destaque a conclusão do Cais da Foz do Sabor (248 mil euros) e dos cais de espera à eclusa do Tua-Valeira (393 mil euros).

### 6.1.7. Imparidade de Investimentos

As **Imparidades de investimentos**, registaram uma diminuição de 407 mil euros. As imparidades foram reconhecidas nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC), PVC e VND. A título de exemplo dos exercícios anteriores, foram realizados estudos de avaliação das quantias recuperáveis dos ativos afetos às UGC.

Os dispêndios de investimento realizados nestas unidades refletem-se no reconhecimento de perdas por imparidade. Os ativos destas UGC são, na sua generalidade, apenas recuperáveis pelo seu uso e têm valor de venda nulo por se encontrarem construídos em parcelas do domínio público e, como tal, afastados do comércio jurídico.

As construções e equipamentos afetos a estas UGC, estão construídos ou instalados em parcelas do domínio público pelo que estão afastados do comércio jurídico e, como tal, tem valor de venda nulo. Por este facto, o seu valor recuperável depende apenas dos fluxos de caixa gerados pelo seu uso.

#### **6.1.8. Rendimentos diferidos**

A rubrica **Rendimentos diferidos** é comporta pela Imputação de subsídios ao investimento e Rendimento dos ativos das concessões e apresenta um decréscimo de mais de 1,3 milhões de euros face a 2019, totalmente justificado pela UGC VND, dado que não há investimentos em curso sujeitos a imparidade com subsídios associados.

Esta rubrica aumenta também em consequência do aumento das Depreciações e amortizações dos bens afetos ao PVC e VND, cujos ativos têm subsídios associados.

#### **6.1.9. Provisões**

As **Provisões** registaram uma variação positiva de mais de 4 milhões de euros, fixando o valor de 2020 em 2,8 milhões de euros.

A reversão deve-se ao encerramento do processo judicial pela celebração de acordo extrajudicial entre as partes, a APDL e a Construtora dos Molhes do Douro (ACE). O processo judicial que transitou do IPTM para a APDL, aquando a integração da VND, respeita à execução do “contrato conceção/construção das obras necessárias à melhoria das acessibilidades e das condições de segurança da Barra do Douro”, outorgado em 2004.

Apesar do efeito negativo na tesouraria da APDL, perante o pagamento de 7,9 milhões de euros ao Consórcio, o acordo celebrado implicou uma reversão da provisão de cerca de 2,9 milhões de euros, sendo de referir igualmente o reflexo positivo no exercício corrente e futuro, uma vez que deixa de existir o acréscimo anual dos juros de mora de cerca de 430 mil euros associado a este processo.

#### **6.1.10. Gastos de financiamento**

Os **Gastos de financiamento** registaram uma diminuição de 74 mil euros relativamente a 2019. A redução do capital em dívida reflete o menor encargo com os juros do empréstimo bancário do BEI.

A APDL dispõe de uma linha de financiamento de 17,5 milhões de euros que, até 31 de dezembro de 2020, ainda não foi utilizada. O crédito destina-se a financiar o investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões.

#### **6.1.11. Gastos COVID-19**

O corrente ano foi inevitavelmente marcado pelo aparecimento da pandemia de Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), tendo a APDL tomados diversas medidas para garantir a segurança dos seus colaboradores, assumindo também perante a sociedade civil um compromisso social que se repercutiu no apoio à Unidade Local de Saúde de Matosinhos. Foram várias as medidas excecionais tomadas, nomeadamente, a definição de fluxogramas de atuação, em caso de suspeita de Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19); criação, identificação e sensibilização para áreas de "isolamento"; consciencialização e sensibilização para as medidas preventivas;

colocação de meios de desinfeção e EPI's, afixação de cartazes explicativos e reforço de higienização dos espaços, etc.

## 6.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

### SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un.: 1000 Euros

	2020		2019		Δ €	Δ %
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>395.487</b>	<b>83,8%</b>	<b>384.709</b>	<b>82,7%</b>	<b>10.779</b>	<b>2,8%</b>
Ativos fixos tangíveis	319.413	67,7%	312.962	67,3%	6.450	2,1%
Ativos por impostos diferidos	25.331	5,4%	27.427	5,9%	-2.096	-7,6%
Outros ativos não correntes	50.743	10,8%	44.319	9,5%	6.424	14,5%
<b>ATIVO CORRENTE</b>	<b>76.353</b>	<b>16,2%</b>	<b>80.377</b>	<b>17,3%</b>	<b>-4.024</b>	<b>-5,0%</b>
Clientes	5.140	1,1%	3.325	0,7%	1.815	54,6%
Outras contas a receber	5.613	1,2%	7.574	1,6%	-1.961	-25,9%
Caixa e depósitos bancários	60.507	12,8%	67.065	14,4%	-6.558	-9,8%
Outros ativos correntes	5.093	1,1%	2.413	0,5%	2.680	111,1%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>471.840</b>	<b>100,0%</b>	<b>465.086</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.754</b>	<b>1,5%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>371.012</b>	<b>78,6%</b>	<b>367.824</b>	<b>79,1%</b>	<b>3.187</b>	<b>0,9%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>69.068</b>	<b>14,6%</b>	<b>78.231</b>	<b>16,8%</b>	<b>-9.163</b>	<b>-11,7%</b>
Financiamentos obtidos	13.560	2,9%	14.660	3,2%	-1.100	-7,5%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	7.988	1,7%	8.418	1,8%	-430	-5,1%
Outras contas a pagar	47.520	10,1%	55.153	11,9%	-7.633	-13,8%
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>31.760</b>	<b>6,7%</b>	<b>19.030</b>	<b>4,1%</b>	<b>12.730</b>	<b>66,9%</b>
Fornecedores	2.810	0,6%	1.996	0,4%	815	40,8%
Estado e outros entes públicos	1.624	0,3%	1.337	0,3%	288	21,5%
Outras contas a pagar	27.326	5,8%	15.698	3,4%	11.628	74,1%
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>471.840</b>	<b>100,0%</b>	<b>465.086</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.754</b>	<b>1,5%</b>

O **Ativo** cresceu 1,5% (+ 6,8 milhões de euros) por via do aumento do **Ativo Não Corrente** (+ 10,8 milhões de euros), com especial ênfase nas rubricas **Ativos fixos tangíveis** (+ 6,5 milhões de euros) e **Outros ativos não correntes** (+6,4 milhões de euros), apesar do contributo negativo da rubrica **Caixa e depósitos bancários** (+6,6 milhões de euros em 2020 face a 2019).

A redução da **Caixa e depósitos bancários** reflete a redução dos fluxos gerados pela atividade operacional (-17 milhões de euros) que incluem o pagamento de resolução de processo judicial e o aumento dos pagamentos relativos às atividades de investimento (+3m€).

A rubrica **Outros ativos não correntes** é constituída pelos ativos intangíveis e propriedades de investimento. Nos ativos intangíveis, destaca-se a quantia de 44,6 milhões de euros relativa aos ativos das concessões, e nas propriedades de investimento, o montante de 2,0 milhões de euros relativo aos edifícios e construções afetos à concessão WestSea, em Viana do Castelo.

As disponibilidades apresentam uma diminuição de 6,6 milhões de euros em consequência do fluxo da atividade operacional (11,1 milhões de euros), nomeadamente do menor volume de recebimentos de Clientes (-8,2 milhões de euros), e de outros pagamentos que incluem a resolução de processo por acordo extrajudicial. A variação do saldo de caixa reflete ainda o

aumento dos pagamentos relativos às atividades de investimento (+3 milhões de euros). De referir ainda que no ano corrente não houve pagamento de dividendos ao acionista.

O **Capital Próprio** mantém-se inalterado, mantendo a robustez ao nível da autonomia financeira (0,79 em 2020 e em 2019).

O **Passivo Não Corrente** diminuiu 11,7% relativamente a 2019, pela redução do financiamento bancário (amortização de capital no montante de 1,1 milhão de euros), bem como pela redução das Provisões (-12,1 milhões de euros), compensado apenas pelo aumento do rendimento diferido dos ativos das concessões, que registaram uma variação positiva no ano corrente de 5,5 milhões de euros, justificado pelo incremento adicional de 9,6 milhões de bens. Este passivo será reconhecido em rendimentos pelos períodos residuais das concessões pelo que não representa uma dívida a liquidar por caixa.

Em sentido inverso, o **Passivo Corrente** aumentou 66,9% (+12,7 milhões de euros). Deve-se em particular ao aumento de 9 milhões de euros relativo a dívidas a fornecedores de investimento, valor totalmente liquidado no início de de 2021, bem como ao incremento de 1 milhão de euros relativos à comparticipação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. As adições registadas nos ativos das concessões provocaram um ajustamento positivo de 952 mil euros no passivo corrente que, pelos motivos apresentados no parágrafo anterior, não se traduzem numa dívida a liquidar por caixa.

### Indicadores Financeiros

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos.

INDICADORES FINANCEIROS			
	2020	2019	Δ %
<b>Indicadores de Eficiência</b>			
Gastos Operacionais/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,91	1,12	-18,8%
Gastos com o Pessoal/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,46	0,47	-2,1%
Gastos FSE/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,39	0,40	-2,5%
<b>Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento</b>			
Dívida/Capital Próprio	0,06	0,07	-14,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos/Juros Líquidos	79,35	65,65	20,9%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	0,79	0,79	0,0%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	3,68	3,78	-2,6%
Liquidez (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	2,40	4,22	-43,1%
<b>Prazos Médios</b>			
Prazo Médio de Pagamento	30	30	0,0%
Prazo Médio de Recebimento	37	23	60,9%
<b>Indicadores de Rentabilidade e Crescimento</b>			
Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,65	0,59	10,2%
Margem do Resultado operacional	0,18	0,17	5,9%
<b>Indicadores de Remuneração do Capital Investido</b>			
Resultado Líquido/Capital Investido	0,01	0,01	0,0%
Resultado Líquido /Capital Próprio	0,02	0,02	0,0%

- Os indicadores de eficiência mostram uma considerável melhoria, com gastos a reduzirem o seu peso relativo no Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos face ao ano anterior, fruto da melhoria no Resultado justificado pelo efeito da reversão da provisão;
- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- As variações nos indicadores de rentabilidade e crescimento (Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos e Margem do Resultado operacional) representam uma melhoria da eficiência operacional, ou seja, incorre-se em menos gastos para obter o mesmo volume de rendimentos. Este indicador vem desvirtuado pela atividade não corrente da empresa, devido ao encerramento do processo judicial decorrente de acordo extrajudicial entre as partes;
- O prazo médio de pagamento manteve-se inalterado nos 30 dias, enquanto que o prazo médio de recebimento se fixou nos 37 dias, aumentando 14 dias face a 2019, refletindo as dificuldades de tesouraria dos clientes da APDL, associadas à pandemia.

## 7. Perspetivas futuras

A pandemia de SARS-CoV-2 que teve início no ano 2020, para além de ter instalado uma grave crise sanitária à escala planetária, acarretou uma importante retração da atividade económica global, com impactos duradouros na atividade das empresas, prevendo-se uma recuperação lenta e prolongada.

Assim, nos próximos anos colocar-se-ão à APDL um conjunto de desafios e oportunidades para garantir que o sistema portuário sob sua gestão se afirme como um parceiro decisivo na retoma da atividade económica da região e do país, aumentando a sua capacidade e competitividade no apoio aos agentes económicos seus parceiros.

Deste modo, prevê-se que os desafios mais relevantes a desenvolver durante o ano 2021 sejam:

- A retoma, logo que possível, da atividade do segmento de negócio dos cruzeiros, que durante o último ano sofreu uma paragem completa, adaptando a operação às novas exigências de segurança que a pandemia veio ditar;
- Continuação do desenvolvimento da plataforma logística do porto de Leixões, com instalação de novos operadores logísticos que potenciem o crescimento da atividade portuária;
- Continuação da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da APDL e das unidades de negócio Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, essencial para o desenvolvimento atual e futuro destas infraestruturas, numa perspetiva integrada e complementar, permitindo aproveitar e rentabilizar o seu potencial e promover o desenvolvimento económico e social do país e das regiões abrangidas pelos respetivos *hinterland*;
- Desenvolvimento dos investimentos incluídos na Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026, aprovada pelo Governo na Resolução do Conselho de Ministros nº. 175/2017, dos quais se destacam o Prolongamento do Quebramar do Porto de Leixões em 300 metros e a melhoria das acessibilidades marítimas ao Porto de Leixões através do aprofundamento do canal de entrada e da bacia de rotação, que permitirão solucionar os constrangimentos relacionados com a segurança e com a maior dimensão dos navios que demandam o porto de Leixões. Prevê-se que esta empreitada decorra de 2021 até final de 2023;
- Acomodar a quebra de movimento acarretada pelo encerramento da atividade de refinação da Petrolgal em Matosinhos, a partir do 2.º semestre, promovendo e incentivando a captação de novas cargas que assegurem a utilização e a sustentabilidade económica da infraestrutura portuária;
- O estabelecimento de condições para a movimentação de minério de ferro proveniente das minas de Moncorvo em condições de eficiência operacional e ambiental, promovendo a criação de soluções de transporte intermodal, em complementaridade quer com o transporte ferroviário, quer com o transporte fluvial através da Via Navegável do Douro;
- O forte compromisso com a sustentabilidade ambiental com a progressiva utilização de viaturas e equipamentos menos poluentes nos portos de Leixões e Viana do Castelo, garantindo uma redução dos impactos da atividade portuária nas comunidades circundantes;

- Desenvolvimento infraestrutural do porto de Viana do Castelo, nomeadamente através da empreitada de melhoria das acessibilidades marítimas ao Porto de Viana do Castelo, cujas obras se encontram em fase de conclusão, que possibilitará o acesso de navios de maior dimensão aos Estaleiros de Viana do Castelo, promovendo o desenvolvimento do cluster da indústria naval naquela região;
- Garantir o financiamento por fundos comunitários para lançamento das obras que irão resolver o principal constrangimento da VND e transformar o Douro numa grande via interior internacional;
- Apoiar a recuperação da atividade marítimo-turística da VND, fortemente afetada pela crise pandémica que tem vindo a motivar longos períodos de inatividade da operação;
- Prosseguir com a implementação da política tarifária na VND, visando assegurar o cumprimento do princípio do utilizador-pagador e o equilíbrio económico da unidade de negócio;
- Monitorização da aplicação do Plano de Receção e Gestão de Resíduos e do Tarifário de Receção e Gestão de Resíduos da VND, ajustando-o às necessidades da operação e às novas disposições regulamentares;
- Reforço da interligação da VND com o território e com os stakeholders de modo a incrementar o uso da VND como meio de transporte.



De acordo com as estimativas inscritas no Plano de Atividades e Orçamento 2021-2023 da APDL, prevêem-se evoluções distintas do movimento portuário nas diferentes unidades de negócio ao longo dos próximos anos.

MOVIMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
<b>PORTO DE LEIXÕES</b>							
<b>MERCADORIAS (toneladas)</b>	19 209 314	19 556 008	17 076 091	16 367 853	16 150 000	16 630 000	-4,1%
CAIS COMERCIAIS	11 502 915	11 851 211	11 587 867	11 832 000	12 390 000	12 870 000	2,1%
» Carga Geral Fracionada	992 765	1 033 922	998 940	930 000	950 000	970 000	-6,9%
» Graneis Sólidos	2 581 786	2 630 741	2 183 634	2 142 000	2 460 000	2 700 000	-1,9%
» Granéis Líquidos	68 600	54 476	65 536	80 000	80 000	80 000	22,1%
» Ro-Ro	1 157 680	1 321 619	1 335 555	1 400 000	1 470 000	1 540 000	4,8%
» Carga Contentorizada	6 702 084	6 810 453	7 004 202	7 280 000	7 430 000	7 580 000	3,9%
TERMINAIS PETROLEIRO e OCEÂNICO							
» Granéis Líquidos	7 706 398	7 704 797	5 488 224	4 535 853	3 760 000	3 760 000	-17,4%
<b>CONTENTORES</b>							
» Número	402 887	412 967	425 311	436 000	445 000	454 000	2,5%
» TEU's	670 093	685 810	703 919	715 000	729 000	744 000	1,6%
<b>PASSAGEIROS</b>							
» Número	117 096	88 696	6 477	0	48 664	77 863	-100,0%
<b>PORTO DE VIANA DO CASTELO</b>							
<b>MERCADORIAS (toneladas)</b>	326 325	380 196	357 165	405 000	495 000	545 000	13,4%
» Geral fracionada	194 043	186 845	170 325	214 200	267 000	297 000	25,8%
» Granéis sólidos	89 136	146 657	147 574	145 800	183 000	203 000	-1,2%
» Granéis líquidos	41 784	45 920	39 237	45 000	45 000	45 000	14,7%
» Carga Contentorizada	1 361	774	28	0	0	0	-100,0%
<b>VIA NAVEGÁVEL DO DOURO</b>							
<b>MERCADORIAS (toneladas)</b>	33 829	44 706	41 357	42 200	47 000	50 000	2,0%
» Geral fracionada	14 623	19 353	13 416	16 200	19 000	20 000	20,7%
» Graneis Sólidos	19 206	25 353	27 941	26 000	28 000	30 000	-6,9%
<b>PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)</b>							
» Número	302 000	308 681	51 393	190 191	362 000	608 000	270,1%

Para Leixões estima-se um recuo na movimentação de mercadorias nos anos de 2021 e 2022 para valores ligeiramente acima de 16 milhões de toneladas, esperando-se uma ligeira recuperação em 2023. Tal comportamento fica a dever-se aos efeitos do encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos no movimento de granéis líquidos, que se prevê que recue dos 7,7 milhões de toneladas registados em 2019 para 3,8 milhões de toneladas em 2022. Os restantes segmentos de carga deverão registar um crescimento ao longo do próximo triénio, com particular destaque para a carga contentorizada, os granéis sólidos e a carga ro-ro.

Para Viana do Castelo, perspetiva-se que a movimentação venha a conhecer um crescimento continuado para volumes de carga superiores aos registados antes da pandemia, com destaque para a carga geral fracionada, esperando-se que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos atuais operadores portuários, se venha a traduzir na captação de novas cargas para aquele porto.

O segmento dos cruzeiros, aquele em a crise pandémica produziu efeitos mais severos, deverá conhecer uma recuperação gradual ao longo dos próximos anos, à medida que forem sendo levantadas as atuais restrições à atividade e for sendo restaurada a confiança dos utilizadores.

Assim, para Leixões apenas se prevê uma retoma da atividade em 2022, acelerando em 2023 para níveis, ainda assim, inferiores ao período pré-pandemia.

Para a Via Navegável do Douro, espera-se uma recuperação mais rápida do movimento de passageiros, dada a menor extensão das restrições impostas à atividade e tendo em conta a entrada em operação de novas embarcações e operadores ainda antes do período de suspensão da atividade, o que poderá vir a ter efeitos positivos após a retoma da mesma.

As previsões apresentadas contemplam, naturalmente, um certo grau de incerteza em função da imprevisibilidade da evolução da pandemia de SARS-CoV-2 e dos condicionalismos que a mesma poderá continuar a colocar ao normal funcionamento da economia.

Assim, será essencial a prossecução de uma gestão prudente e criteriosa, tendo em conta o ambicioso plano de investimentos que se pretende levar a cabo nos próximos anos e, no caso do porto de Leixões, o impacto que o encerramento da refinaria de Matosinhos terá ao nível da atividade e da correspondente receita obtida, por forma a não colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro da empresa.

Revela-se assim necessário prosseguir com a estratégia de reequilíbrio económico das áreas de negócio deficitárias, procura de novas fontes de financiamento que permitam suportar os investimentos planeados e adoção de uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

## **8. Informações adicionais**

### **8.1. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização**

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se o seguinte:

Os acionistas que detêm mais de 10% do capital social são:

- 100% - Direção Geral do Tesouro.

Os administradores da APDL não detêm qualquer ação da empresa.

### **8.2. Conselho de Administração - mandato 2020-2022**

O atual Conselho de Administração da APDL foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de julho de 2020, com produção de efeitos nessa mesma data, e é composto por um presidente e dois vogais, em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, eleito para o mandato 2020 – 2022.

## 9. Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o previsto no artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido de 2020, no montante de **6.470.966,68** euros:

Reserva para Investimento	6.218.410,16 euros
Reserva - Ativos das Concessões	252.556,52 euros

A presente proposta de aplicação de resultados tem subjacentes os seguintes aspetos:

- A APDL pretende desenvolver no médio prazo um plano de investimentos que excede os 433 milhões de euros, dos quais 228 milhões de euros a desenvolver entre 2021 e 2023. Deste plano, financiado em grande parte por fundos próprios, salientam-se, entre outros, os investimentos contemplados na **Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no horizonte 2026**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º. 175/2017, de 24 de novembro, destacando-se:
  - (1) O investimento público na empreitada de **Prolongamento do Quebramar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões**, no valor previsto de **142 milhões de euros**, no âmbito da criação do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do porto de Leixões, a desenvolver até 2023. Estes projetos beneficiarão de participações de 31 milhões de euros do COMPETE 2020 para o Prolongamento do Quebramar e de 17 milhões de euros do *CEF Blending* para a Melhoria das Acessibilidades Marítimas (aprofundamento do anteporto e da bacia de rotação do porto), cabendo à APDL a responsabilidade de financiar os restantes 94 milhões de euros correspondentes à contrapartida nacional.
  - (2) O investimento público na **Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Viana do Castelo**, com um valor ainda a desenvolver de **8 milhões de euros**.
  - (3) A existência de outras **necessidades de investimento de natureza crítica**, com valor aproximado de **71 milhões de euros**, designadamente a **Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte, a Estabilização do Cais da Doca 4 Sul, a criação do Centro Inspetivo e a aquisição de dois rebocadores de 70 toneladas de força**, em Leixões e a **Reabilitação e Reforço do Molhe Norte** em Viana do Castelo.
  - (4) A APDL contratualizou uma linha de **financiamento bancário** no valor de **17,5 milhões de euros**, para suportar parcialmente o investimento na **Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões e estima que seja ainda necessário aumentar o contrair um empréstimo adicional de 37,5 milhões de euros**, implicando um significativo aumento do seu nível de endividamento.
- A necessidade de minimizar o recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos da empresa, de modo garantir a manutenção de uma estrutura financeira sustentável, aconselhando o reforço da Reserva para Investimento no valor de **6.218.410,16 euros**, para assegurar os fundos próprios necessários à concretização dos projetos previstos.
- As duas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, continuam a exigir um esforço financeiro adicional da empresa para suportar a

sustentabilidade das suas atividades, o que justifica a retenção na empresa dos resultados gerados essencialmente pela exploração do Porto de Leixões.

- Os impactos económicos negativos associados à pandemia SARS-CoV-2/COVID-19 e à significativa redução do movimento de Granéis Líquidos, nomeadamente no volume de negócios da APDL relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2021.

Leça da Palmeira, 1 de junho de 2021

O Conselho de Administração,

Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo

Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho

Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## Balanço

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Balanço em 31 de dezembro de 2020

Unid: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	319.412.609	312.962.164
Propriedades de investimento	6	2.703.701	2.905.425
Ativos intangíveis	7	48.019.576	41.401.476
Outros investimentos financeiros	9	20.212	12.096
Ativos por impostos diferidos	20.3	25.331.172	27.427.478
		<b>395.487.270</b>	<b>384.708.639</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	15	700.726	679.114
Clientes	11.1	5.140.314	3.325.439
Estado e outros entes públicos	16.1	424.293	216.596
Outros créditos a receber	11.2	5.613.070	7.574.399
Diferimentos	17	3.968.047	1.516.875
Caixa e depósitos bancários	28.4	60.506.563	67.064.833
		<b>76.353.013</b>	<b>80.377.256</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>471.840.283</b>	<b>465.085.895</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital subscrito		51.035.000	51.035.000
Reservas legais		11.122.456	11.122.456
Outras reservas		181.074.410	174.939.657
Resultados transitados	24	65.990.279	66.059.813
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	25	55.318.428	58.410.610
		<b>364.540.573</b>	<b>361.567.536</b>
Resultado líquido do período		6.470.967	6.256.943
<b>Total do capital próprio</b>		<b>371.011.540</b>	<b>367.824.479</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	18	3.677.574	15.792.984
Financiamentos obtidos	14	13.560.000	14.660.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	7.988.427	8.418.112
Passivos por impostos diferidos	20.3	2.834.330	2.926.130
Outras dívidas a pagar	13.2	11.830.578	12.727.101
Diferimentos	17.2	29.177.398	23.707.080
		<b>69.068.307</b>	<b>78.231.407</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	13.1	2.810.298	1.995.641
Estado e outros entes públicos	16.2	1.624.401	1.336.785
Financiamentos obtidos	14	1.100.000	1.060.000
Outras dívidas a pagar	13.2	22.444.201	11.808.351
Diferimentos	17.2	3.781.536	2.829.232
		<b>31.760.436</b>	<b>19.030.009</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>100.828.743</b>	<b>97.261.416</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>471.840.283</b>	<b>465.085.895</b>

## Demonstração dos resultados por naturezas

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2020

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	27.1.1	51.938.394	55.587.309
Subsídios à exploração	26.2	1.036.960	899.604
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(1.316.054)	(1.474.940)
Fornecimentos e serviços externos	28.1	(13.162.065)	(13.215.048)
Gastos com o pessoal		(15.713.298)	(15.515.318)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(15.879)	(5.766)
Provisões (aumentos/reduções)	18	2.769.238	(1.327.024)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(748.264)	(2.316.882)
Aumentos/reduções de justo valor		2.274	(1.350)
Outros rendimentos	27.2	12.098.363	13.287.961
Outros gastos	28.3	(2.886.384)	(2.940.254)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>34.003.285</b>	<b>32.978.292</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28.4	(25.319.507)	(25.287.135)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	474.500	1.636.149
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>9.158.278</b>	<b>9.327.306</b>
Juros e gastos similares suportados	14	(428.507)	(502.327)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8.729.771</b>	<b>8.824.979</b>
Imposto sobre o rendimento do período	20	(2.258.804)	(2.568.036)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>6.470.967</b>	<b>6.256.943</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>0,63</b>	<b>0,61</b>



## Demonstração das alterações no capital próprio

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2020

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2020</b>	1	51.035.000	11.122.456	174.939.657	66.059.813	58.410.610	6.256.943	367.824.479
<b>Alterações no período:</b>								
Ajustamentos por impostos diferidos	25	-	-	-	(69.534)	139.572	-	70.038
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	-	-	(3.353.944)	-	(3.353.944)
Aplicação do resultado líquido	24	-	-	6.134.753	-	122.190	(6.256.943)	-
	2	-	-	6.134.753	(69.534)	(3.092.182)	(6.256.943)	(3.283.906)
<b>Resultado líquido do período</b>	3						6.470.967	6.470.967
<b>Resultado integral</b>	4=2+3						3.187.061	3.187.061
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	181.074.410	65.990.279	55.318.428	6.470.967	371.011.540

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2019

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2019</b>	1	51.035.000	11.122.456	170.220.904	65.916.428	62.506.555	7.062.138	367.863.481
<b>Alterações no período:</b>								
Ajustamentos por impostos diferidos	25	-	-	-	-	143.687	-	143.687
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	(143.385)	143.385	(4.239.632)	-	(4.239.632)
Aplicação do resultado líquido	24	-	-	4.862.138	2.200.000	-	(7.062.138)	-
	2	-	-	4.718.753	2.343.385	(4.095.945)	(7.062.138)	(4.095.945)
<b>Resultado líquido do período</b>	3						6.256.943	6.256.943
<b>Resultado integral</b>	4=2+3						2.160.998	2.160.998
<b>Operações com detentores de capital próprio:</b>								
Distribuições (dividendos)	24	-	-	-	(2.200.000)	-	-	(2.200.000)
	5	-	-	-	(2.200.000)	-	-	(2.200.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	6=1+2+3+5	51.035.000	11.122.456	174.939.657	66.059.813	58.410.610	6.256.943	367.824.479

## Demonstração de fluxos de caixa

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		202012	201912
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
<b>Recebimentos de clientes</b>		57.929.087	66.135.421
<b>Pagamentos a fornecedores</b>		(19.191.149)	(18.683.061)
<b>Pagamentos ao pessoal</b>		(12.635.335)	(12.583.365)
Caixa gerada pelas operações		26.102.603	34.868.995
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		199.219	593.254
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		(15.184.137)	(7.407.342)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		11.117.685	28.054.907
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(19.562.872)	(16.532.731)
Ativos intangíveis		(1.259.034)	(1.498.894)
Investimentos financeiros		(5.841)	(4.473)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		9.040	39.715
Outros ativos		446.282	444.763
Subsídios ao investimento		4.225.422	4.437.675
Juros e rendimentos similares		152	1.542
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(16.146.851)	(13.112.403)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(1.060.000)	(1.020.000)
Juros e gastos similares		(469.104)	(451.826)
Dividendos		-	(2.200.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.529.104)	(3.671.826)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		(6.558.270)	11.270.678
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		67.064.833	55.794.155
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		60.506.563	67.064.833

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

## Introdução

### 1. Identificação da entidade

**Denominação social:** APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

**Natureza jurídica:** Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

**Sede:** Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

**Número de pessoa coletiva:** 501449752

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

#### 1.1. Áreas de jurisdição

##### Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica na Praia de Lavadores até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.

##### Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

##### Via Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;
- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

### **1.2. Áreas de atuação**

- a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- d) Licenciar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;
- g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários;
- h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;
- i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;
- j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;
- k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

### **1.3. Serviços prestados**

- a) Ajudas à navegação;
- b) Gestão de postos de acostagem;
- c) Controlo de tráfego marítimo;
- d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- e) Manutenção dos canais de acesso;

- f) Utilização da via navegável do Rio Douro;
- g) Prevenção e combate à poluição no mar;
- h) Sistemas de segurança;
- i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- k) Limpeza da área portuária;
- l) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, “pipelines”, entre outros) e;
- m) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o conseqüente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo este subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, conseqüentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Por outro lado, em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto

Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 1 de junho de 2021. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário, e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2020. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

### **2.1. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

## **3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória**

Nota não aplicável.

## **4. Principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior

grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

#### **4.1. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

#### **4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**

##### **4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

##### **4.2.2. Classificação no balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

##### **4.2.3. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos



#### **4.2.4. Gestão do risco financeiro**

##### **Risco da taxa de juro**

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A APDL dispõe de uma linha de financiamento do Banco BPI, no valor de 17,5 milhões de euros.

##### **Risco de liquidez**

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

##### **Risco da taxa de câmbio**

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

##### **Risco de crédito**

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contatados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

#### **4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

#### **4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

#### **4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

#### **4.3.3. Imparidade para contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

#### **4.3.4. Provisões para contingências**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **4.3.5. Pressupostos atuariais**

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

#### **4.3.6. Imposto sobre o rendimento**

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades

fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

#### **4.4. Principais fontes de incerteza de estimativas**

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contem um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido.

## **Investimentos**

### **5. Ativos fixos tangíveis**

#### **Política contabilística**

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC (ver Nota 23).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

### 5.1. Quantias escrituradas

Os *Ativos fixos tangíveis*, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

2020	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros AFT	AFT em curso	Total
Em 31.12.2020:								
Custo de aquisição	82.255.057	570.011.887	27.879.850	431.986	15.854.745	6.215.100	29.133.260	731.781.885
Depreciações acum.	-	(287.096.256)	(15.709.071)	(334.416)	(13.077.459)	(4.083.367)	-	(320.300.569)
Imparidades acum.	(422.939)	(85.342.358)	(427.813)	-	(569.367)	(1.202.004)	(4.104.226)	(92.068.707)
Quantia escriturada	81.832.118	197.573.273	11.742.966	97.570	2.207.919	929.729	25.029.034	319.412.609

2019	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros AFT	AFT em curso	Total
Em 31.12.2019:								
Custo de aquisição	80.035.623	563.901.095	28.244.393	431.986	15.198.264	5.789.526	11.000.982	704.601.869
Depreciações acum.	-	(269.680.920)	(14.600.578)	(310.057)	(12.171.033)	(3.678.270)	-	(300.440.858)
Imparidades acum.	(422.939)	(84.523.484)	(471.947)	-	(442.872)	(1.115.320)	(4.222.285)	(91.198.847)
Quantia escriturada	79.612.684	209.696.691	13.171.868	121.929	2.584.359	995.936	6.778.697	312.962.164

## 5.2. Movimentos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

2020	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros AFT	AFT em curso	Total
Em 01.01.2020	79.612.684	209.696.691	13.171.868	121.929	2.584.359	995.936	6.778.697	312.962.164
Adições	1.302.785	4.120.714	175.889	-	664.398	416.879	21.155.850	27.836.515
Abates e alienações	-	-	-	-	( 485)	( 743)	(41.158)	(42.386)
Transferências e outros	916.649	1.130.371	-	-	-	9.235	(2.116.091)	(59.836)
Depreciações	-	(17.415.902)	(1.648.925)	(24.359)	(913.858)	(405.994)	-	(20.409.038)
Imparidades (i)	-	41.399	44.134	-	(126.495)	(85.584)	(748.264)	(874.810)
Em 31.12.2020	81.832.118	197.573.273	11.742.966	97.570	2.207.919	929.729	25.029.034	319.412.609

2019	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros AFT	AFT em curso	Total
Em 01.01.2020	79.294.486	220.250.157	10.945.285	134.108	1.926.505	941.540	8.568.691	322.060.772
Adições	322.248	4.273.085	2.413.622	13.500	1.406.577	261.494	3.532.355	12.222.881
Abates e alienações	(20.841)	-	-	13.500	-	( 373)	(139.028)	(160.242)
Transferências e outros	16.791	1.156.406	1.442.450	-	82.052	162.238	(2.866.439)	(6.502)
Depreciações	-	(17.415.487)	(1.831.256)	(25.679)	(767.143)	(385.030)	-	(20.424.595)
Imparidades (i)	-	1.432.530	201.767	-	(63.632)	16.067	(2.316.882)	(730.150)
Em 31.12.2020	79.612.684	209.696.691	13.171.868	121.929	2.584.359	995.936	6.778.697	312.962.164

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

### 5.3. Adições de ativos fixos tangíveis

As principais adições de ativos fixos tangíveis realizadas em 2020 foram as seguintes:

	PL	PVC	VND	Total
Acessibilidades	-	12.259.728	-	12.259.728
Cais e terraplenos	4.742.079	2.069.475	790.576	7.602.130
Canal de navegação	-	-	185.608	185.608
Edifícios e instalações	3.399.462	-	522.159	3.921.621
Frota naval/fluvial	1.036.275	3.348	-	1.039.623
Informática e comunicações	731.076	0	76.242	807.318
Plataforma Logística	428.572	0	-	428.572
Redes e infraestruturas	808.623	11.268	358.850	1.178.741
Simulador Fluvial e Marítimo	274.468	-	-	274.468
Outros investimentos	121.062	-	17.644	138.706
<b>Total</b>	<b>11.541.617</b>	<b>14.343.819</b>	<b>1.951.079</b>	<b>27.836.515</b>

Os dispêndios de investimento em Acessibilidades no PVC, respeitam às Acessibilidades marítimas aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

### 5.4. Investimentos em curso

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos fixos tangíveis em curso eram como segue:

	PL	PVC	VND	Total
Acessibilidades	-	14.993.774	-	14.993.774
Cais e terraplenos	7.106.051	-	391.557	7.497.608
Canal de navegação	-	-	748.948	748.948
Edifícios e instalações	2.099.533	-	-	2.099.533
Frota naval/fluvial	880.234	-	-	880.234
Informática e comunicações	14.725	-	20.040	34.765
Plataforma Logística	1.700.797	-	-	1.700.797
Redes e infraestruturas	750.441	-	152.692	903.133
Simulador Fluvial e Marítimo	274.468	-	-	274.468
<b>Total</b>	<b>12.826.249</b>	<b>14.993.774</b>	<b>1.313.237</b>	<b>29.133.260</b>

Alguns investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial. De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e,

consequentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso (ver Nota 8.1.)

### 5.5. Bens construídos em terrenos de domínio público

O ativo fixo tangível inclui itens construídos em terrenos do domínio público afeto à APDL. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quantias escrituradas dos bens construídos em terrenos do domínio público, eram as seguintes:

	2020	2019
Edifícios e instalações em terrenos do domínio público	157.543.842	151.843.309

### 5.6. Compromissos contratuais assumidos

Os principais compromissos contratuais assumidos em 31 de dezembro de 2020 eram os seguintes:

Descrição	Quantia
Acessibilidades marítimas ao PL	130.887.798
Acessibilidades marítimas ao PVC	1.083.790
Equipamento de Movimentação Vertical	934.424
Estabilização Correção Cais TC	1.644.126
Protecção e reparações da Ponte Móvel	815.912
Reabilitação de Betões Terminal Petroleiro	3.633.498
Reordenamento do Cais do Cavaco	897.750
Total	139.897.298

## 6. Propriedades de investimento

### Política contabilística

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As propriedades de investimento relacionadas com os ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, foram registadas com base em avaliação efetuada por um perito credenciado e independente, tendo sido utilizado o método do rendimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. É convicção da Administração que a quantia escriturada das propriedades de investimento representa uma estimativa fiável do seu justo valor.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Saldo inicial		
Quantia bruta	3.978.884	3.978.884
Depreciações acumuladas	(1.073.459)	(871.736)
Quantia escriturada	2.905.425	3.107.148
Movimentos no período:		
Gastos de depreciação	(201.724)	(201.723)
	(201.724)	(201.723)
Saldo final:		
Quantia bruta	3.978.884	3.978.884
Depreciações acumuladas	(1.275.183)	(1.073.459)
Quantia escriturada	2.703.701	2.905.425

## 7. Ativos intangíveis

### Política contabilística

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

#### 1. Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.



## **2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a APDL no final dos respetivos contratos**

As Administrações Portuárias (AP), sob a égide da APP acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as AP.

Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor a Norma de Contabilidade Pública, *NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente*, publicada no Decreto-Lei n.º 192/2017, de 11 de setembro. A NCP 4 é a única norma nacional que trata da contabilização de acordos de concessão na ótica do concedente, numa entidade integrada nas administrações públicas. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

### **Reconhecimento**

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que a APDL beneficia de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da APDL a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da APDL. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela APDL, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta de capital próprio *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela APDL. O saldo respetivo da conta *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

### **Mensuração**

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

### Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da conta 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta *Outros rendimentos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

#### 7.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram como segue:

<b>2020</b>	Projetos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos das concessões	Investimentos em curso	Total
Em 31.12.2020:						
Custo de aquisição	2.946.837	15.888.682	87.259	69.550.684	606.841	89.080.303
Amortizações	(1.745.383)	(12.027.338)	(78.618)	(24.919.644)	-	(38.770.983)
Imparidades	(244.858)	(2.044.886)	-	-	-	(2.289.744)
Quantia escriturada	956.596	1.816.458	8.641	44.631.040	606.841	48.019.576

<b>2019</b>	Projetos de desenvolv.	Prog. de computador	Propriedade industrial	Ativos das concessões	Investimentos em curso	Total
Em 31.12.2019:						
Custo de aquisição	2.946.837	15.048.883	77.359	59.908.326	368.149	78.349.554
Amortizações	(1.316.871)	(10.695.069)	(76.109)	(21.974.189)	-	(34.062.238)
Imparidades	(341.314)	(2.544.526)	-	-	-	(2.885.840)
Quantia escriturada	1.288.652	1.809.288	1.250	37.934.137	368.149	41.401.476

## 7.2. Movimentos no exercício

2020	Projetos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos das concessões	Investimentos em curso	Total
Em 01.01.2020	1.288.652	1.809.288	1.250	37.934.137	368.149	41.401.476
Adições	-	681.799	9.900	9.642.358	331.906	10.665.963
Abates e alienações	-	-	9.900	-	-	-
Transferências e outros	-	153.050	-	-	(93.214)	59.836
Amortizações	(428.512)	(1.332.269)	(2.509)	(2.945.455)	-	(4.708.745)
Imparidades (i)	96.456	504.590	-	-	-	601.046
Em 31.12.2020	956.596	1.816.458	8.641	44.631.040	606.841	48.019.576

2019	Projetos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos das concessões	Investimentos em curso	Total
Em 01.01.2019	1.620.707	2.306.921	6.360	40.663.331	196.945	44.794.264
Adições	-	830.642	-	-	364.677	1.195.319
Abates e alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e outros	-	216.766	-	-	(193.473)	23.293
Amortizações	(428.512)	(1.498.001)	(5.110)	(2.729.194)	-	(4.660.817)
Imparidades (i)	96.457	(47.040)	-	-	-	49.417
Em 31.12.2019	1.288.652	1.809.288	1.250	37.934.137	368.149	41.401.476

(i) Ver Nota 8. Imparidades dos investimentos

## 7.3. Adições de ativos intangíveis

As principais adições de ativos intangíveis realizadas em 2020 foram as seguintes:

	Total
Janela Única Logística (JUL)	97.020
Outras aplicações informáticas	306.308
Licenciamento de software	293.026
Segurança e redes	327.251
Ativos das concessões	9.642.358
<b>Total</b>	<b>10.665.963</b>

## 7.4. Investimentos em curso

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos intangíveis em curso são relativos ao desenvolvimento de programas de computador.

	Total
Janela Única Logística (JUL)	400.036
Outras aplicações	206.805
<b>Total</b>	<b>606.841</b>

## 8. Imparidades dos investimentos

### Política contabilística

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é efetuado um teste de imparidade.

Sempre que a quantia pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados numa das seguintes rubricas:

- Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).
- Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer influxos ou exfluxos resultantes de:

- i. Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- ii. Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas quando:

- i. se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão;
- ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens de ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa do valor recuperável dos ativos de investimento sujeitos aos testes de imparidade, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

- i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa (UGC) Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) tem natureza de serviço público; e,
- ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados;

O valor recuperável dos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada.

A UGC PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A UGC VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas UGC ter levado em consideração:

- i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;
- ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;
- iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial.

a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

### 8.1. Pressupostos das estimativas

Em 31.12.2019, a APDL estimou a quantia recuperável dos ativos de investimento afetos às UGC, PVC e VND, com recurso a peritos externos independentes sendo que os resultados apresentam fluxos de caixa futuros negativos e a gestão da Empresa entendeu que não ocorreram factos que provocassem qualquer melhoria na atividade das UGC;

As estimativas realizadas com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, assentaram nos seguintes pressupostos:

	2020	2019
Taxas de crescimento:		
PVC	1,9%	1,2%
VND	5,0%	2,0%
Taxa de inflação	0,4% - 1,0%	0,2% - 1,1%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,2%	1,2% - 1,5%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	3,52%	4,04%

A quantia escriturada dos ativos afetos às UGC corresponde ao justo valor deduzido dos custos de venda, baseados em transações recentes, pelo facto do resultado de avaliação dos fluxos de caixa futuros ser inferior. Assim, a imparidade não é imputada aos ativos cuja quantia recuperável é assente no seu justo valor. Estes ativos são terrenos e edifícios implantados em terrenos de domínio privado, viaturas automóveis e embarcações.

## 8.2. Movimentos no exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos relevados nas demonstrações financeiras da Empresa relativos à perda por imparidade sobre os ativos de investimento do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro analisam-se como segue:

<b>2020</b>	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciables:			
Reforço	748.264	-	748.264
Reversão	-	-	-
Soma (A)	748.264	-	748.264
Investimentos depreciables:			
Reforço	3.659.277	74.990	3.734.267
Reversão	(3.532.731)	(676.036)	(4.208.767)
Soma (B)	126.546	(601.046)	(474.500)
Total (A+B)	874.810	(601.046)	273.764

<b>2019</b>	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciables:			
Reforço	2.316.882	-	2.316.882
Reversão	-	-	-
Soma (A)	2.316.882	-	2.316.882
Investimentos depreciables:			
Reforço	2.023.826	447.825	2.471.651
Reversão	(3.610.558)	(497.242)	(4.107.800)
Soma (B)	(1.586.732)	(49.417)	(1.636.149)
Total (A+B)	730.150	(49.417)	680.733

O detalhe das perdas por imparidade por unidade geradora de caixa é o seguinte:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2019	46.165.828	47.238.126	93.403.954
Movimentos:			
Reforço	1.666.930	3.121.603	4.788.533
Reversão	(1.933.843)	(2.173.957)	(4.107.800)
	(266.913)	947.646	680.733
Em 31 de dezembro de 2019	45.898.915	48.185.772	94.084.687
Movimentos:			
Reforço	2.318.179	2.164.353	4.482.532
Reversão	(1.869.634)	(2.339.134)	(4.208.768)
	448.545	(174.781)	273.764
Em 31 de dezembro de 2020	46.347.460	48.010.991	94.358.451

## Ativos e passivos financeiros

### 9. Outros investimentos financeiros

#### Política contabilística

A rubrica é constituída por ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (ver Nota 4.2.3).

O detalhe das quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e dos movimentos ocorridos nos períodos é o seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	12.096	8.845
Reforços	5.842	4.601
Gastos e rendimentos:		
Aumentos/ (reduções) de justo valor	2.274	(1.350)
Saldo final	20.212	12.096

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 respeitam na globalidade à participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A quantia relevada é composta pelas contribuições realizadas pela APDL ajustada pelos resultados acumulados do fundo.

## 10. Caixa e equivalentes de caixa

### Política contabilística

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

### 10.1. Quantias reconhecidas em caixa e depósitos bancários

O Caixa e equivalentes de caixa apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
<b>Caixa:</b>		
Numerário	4.624	5.124
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem	4.001.939	5.259.709
Depósitos a prazo	56.500.000	61.800.000
<b>Total</b>	<b>60.506.563</b>	<b>67.064.833</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados num período inferior a três meses.

### 10.2. Juros obtidos dos excedentes de tesouraria

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Juros de depósitos à ordem	152	1.542
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>1.542</b>



## 11. Clientes e outros créditos a receber

### Política contabilística

As rubricas do balanço, *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2020	2019
Clientes conta corrente	5.138.967	3.323.950
Clientes de cobrança duvidosa	6.808.641	6.794.794
Perdas por imparidade acumuladas(ver Nota 12)	(6.807.294)	(6.793.305)
Quantia escriturada	5.140.314	3.325.439

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 16.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade (ver Nota 12) são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

## 11.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição da rubrica *Outros créditos a receber*, é como segue:

	Notas	2020	2019
<b>Pessoal:</b>			
Adiantamentos ao pessoal	(1)	41.641	26.066
Beneficiários das Obras Sociais	(2)	306.371	344.716
	1	348.012	370.782
<b>Devedores diversos:</b>			
Adiantamento a fornecedores de investimentos		-	240.000
Subsídios a receber (ver Nota 26.3)		4.176.874	4.443.697
Alfândega do Porto, Cimeira Ibero-Americana	(3)	285.943	285.943
Construção dos Molhes do Douro, ACE		-	1.196.940
Cauções a terceiros		175.322	175.322
Outros devedores diversos		138.084	267.786
	2	4.776.223	6.609.688
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos:</b>			
Prestações de serviços	(4)	795.188	902.991
Outros acréscimos		4.598	-
	3	799.786	902.991
Perdas por imparidade (ver Nota 12)	4	(310.951)	(309.062)
Total = 1+2+3+4		5.613.070	7.574.399

### (1) Adiantamentos ao pessoal

As dívidas do pessoal referem-se (i) à venda de refeições da cantina aos colaboradores e (ii) a adiantamentos para despesas em deslocações.

### (2) Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pelas prestações de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários.

### (3) Alfândega do Porto, Cimeira Ibero-Americana

A quantia de 285 943 euros é relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar improvável a recuperação deste montante, encontra-se reconhecida uma imparidade total.

### (4) Prestações de serviços

Serviços prestados no exercício cuja faturação foi emitida em exercício posterior.

## 12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos das perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	Cientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2020	6.793.305	309.062	7.102.367
Utilizações	-	-	-
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	17.893	1.889	19.782
Reversões	(3.904)	-	(3.904)
Em 31 de dezembro de 2020	6.807.294	310.951	7.118.245

	Cientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2019	6.766.223	330.377	7.096.600
Utilizações	-	-	-
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	48.804	-	48.804
Reversões	(21.722)	(21.315)	(43.037)
Em 31 de dezembro de 2019	6.793.305	309.062	7.102.367

### 12.1. Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem o montante de 6.082.878 relativo às rendas debitadas à entidade que se encontra a explorar o Cais de Gaia, adiante designada por Dourocais.

Em 2009 a APDL demandou a Dourocais em Tribunal Arbitral sendo que em 2012 o Tribunal Arbitral condenou a Dourocais a reconhecer que o contrato administrativo de concessão de uso privativo celebrado com a APDL se manteve plenamente válido e eficaz na ordem jurídica desde a data da celebração (03/03/2000) e condenou a Dourocais a pagar à APDL as taxas vencidas entre 01/02/2002 a 23/06/2009. No entanto, foi interposto recurso pela Dourocais para o Tribunal Central Administrativo Norte, não tendo sido ainda proferido acórdão até à data de hoje.

Além disso, em 1 de abril de 2015 a APDL praticou o ato administrativo de resolução do contrato de concessão celebrado com a Dourocais e tomada de posse administrativa do Cais de Gaia, tendo a Dourocais instaurado uma providência cautelar contra a APDL com vista a impedir a execução do referido ato administrativo à qual a APDL apresentou oposição.

Em 24 de fevereiro de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um Despacho a suspender a instância, aguardando pela decisão final a ser proferida pelo Tribunal Central Administrativo Norte.

## 12.2. Perdas por imparidade de outros devedores

As perdas por imparidade relativas a outros crédito a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004, cuja recuperação é considerada como improvável.

## 13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

### Política contabilística

As rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

### 13.1. Fornecedores

O detalhe da rubrica *Fornecedores*, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, era o seguinte:

	2020	2019
Fornecedores – conta corrente	2.374.242	1.576.504
Faturas em receção e conferência	436.057	419.137
Total	2.810.298	1.995.641

### 13.2. Outras dívidas a pagar

As *Outras dívidas a pagar*, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentam o seguinte detalhe:

	No- tas	2020		2019	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos		9.909.525	-	926.136	-
Outras dívidas a pagar		219.396	-	89.792	-
Acréscimos de gastos	(1)	6.199.027	-	5.199.997	-
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.4)		5.224.736	11.830.578	4.700.810	12.727.101
Cauções e retenções de garantias		891.517	-	891.616	-
Total		22.444.201	11.830.578	11.808.351	12.727.101

**(1) Acréscimos de gastos**

		2020	2019
Férias e subsídio de férias	(i)	1.747.519	1.730.602
Comparticipação p/ entidade reguladora	(ii)	3.510.418	2.642.311
Gastos de financiamento		56.448	104.545
Manutenção das eclusas		500.000	500.000
Eletricidade		119.914	25.588
Impostos		92.647	60.280
Descontos e abatimentos concedidos		116.476	-
Outros acréscimos de gastos		55.605	136.671
<b>Total</b>		<b>6.199.027</b>	<b>5.199.997</b>

**(i) Férias e subsídio de férias**

A rubrica *Férias e subsídio de férias* respeita ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2020 e 2019, cujo pagamento ocorrerá no exercício económico posterior.

**(ii) Participação para a entidade reguladora**

Refere-se à participação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se de uma verba devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de participação para os exercícios de 2017 a 2020.

**14. Financiamentos obtidos**

**Política contabilística**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

**14.1. Empréstimos bancários**

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentam o seguinte detalhe:

	2020		2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Europeu de Investimento	1.100.000	13.560.000	1.060.000	14.660.000
<b>Total</b>	<b>1.100.000</b>	<b>13.560.000</b>	<b>1.060.000</b>	<b>14.660.000</b>

#### 14.1.1. Financiamento BEI

A APDL contraiu um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 20 milhões de euros, resultante de um contrato de financiamento celebrado em 7 de junho de 2011 que teve por objetivo o financiamento de importantes investimentos que constam do Plano Estratégico de Desenvolvimento do porto de Leixões. O BEI abriu um crédito de 70 milhões de euros, em benefício da Empresa, que corresponde ao montante global do contrato. Em junho de 2017, o montante máximo do crédito disponível foi reduzido para 40 milhões de euros atendendo aos saldos de caixa disponíveis e ao adiamento da realização de investimentos.

A disponibilidade da linha de crédito terminou em maio de 2018 pelo que a APDL não obterá mais empréstimos sob este contrato de financiamento.

O capital disponibilizado pelo banco vence juros fixos calculados à taxa de 2,54%. Os pagamentos são feitos semestralmente, nos meses de maio e novembro.

A utilização do financiamento foi realizada no passado pelo que os custos de financiamento do exercício são reconhecidos como gastos

A amortização do empréstimo iniciou-se em novembro de 2015 e terminará em maio de 2031. O reembolso, por anos, encontra-se detalhado na tabela abaixo:

	2020	2019
Passivo corrente:		
Até 1 ano	1.100.000	1.060.000
Passivo não corrente:		
De 1 a 5 anos	4.880.000	4.660.000
Mais de 5 anos	8.680.000	10.000.000
	13.560.000	14.660.000
<b>Total</b>	<b>14.660.000</b>	<b>15.720.000</b>

#### 14.1.2. Financiamento BPI

Em 25 de novembro de 2019 a APDL contratou ao Banco BPI, S.A. um financiamento até ao máximo de 17,5 milhões de euros, com uma duração de dez anos e um período de utilização de dois anos. O crédito destina-se a financiar o investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017-PT\_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

Em 31 de dezembro de 2020, a APDL ainda não tinha feito qualquer utilização da linha de crédito.

#### 14.2. Movimentos no período

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	15.720.000	16.740.000
Amortizações de capital	(1.060.000)	(1.020.000)
Saldo final	14.660.000	15.720.000

### 14.3. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes

	Notas	2020	2019
Juros de financiamentos obtidos		390.440	416.687
Comissões bancárias	(i)	7.500	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	(ii)	30.567	78.140
Total		428.507	502.327

#### (i) Comissões bancárias

Comissões de estudo e montagem de contratos de financiamento.

A comissão de montagem do contrato de financiamento BEI, no montante de 150 000 euros que foi paga na data de assinatura, está a ser reconhecida como gasto ao longo do período do contrato. A parte ainda não reconhecida em gastos está escriturada na rubrica *Diferimentos* do balanço (ver Nota 17.1).

#### (ii) Comissão sobre o aval do Estado

Custos com o aval do Estado Português ao financiamento BEI (0,2% sobre o montante do capital em dívida).

## Outros ativos e passivos

### 15. Inventários

#### Política contabilística

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se deixarem de se verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

#### 15.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram as seguintes:

	2020	2019
Mercadorias	62.571	77.294
Matérias subsidiárias e de consumo	638.155	601.820
	700.726	679.114

## 15.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2020	77.294	601.820	679.114
Compras	934.239	410.275	1.344.514
Regularizações:			
Perdas	-	(19.992)	(19.992)
Ganhos	-	13.144	13.144
Em 31 de dezembro de 2020	(62.571)	(638.155)	(700.726)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	948.962	367.092	1.316.054

	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2019	82.030	587.806	669.836
Compras	1.009.167	474.414	1.483.581
Regularizações:			
Ganhos	-	637	637
Em 31 de dezembro de 2019	(77.294)	(601.820)	(679.114)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.013.903	461.037	1.474.940

## 16. Estado e outros entes públicos

### 16.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram os seguintes:

	Notas	2020	2019
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.2)		-	194.544
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	(i)	424.293	22.052
Total		424.293	216.596

#### (i) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A quantia a receber da rubrica Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é relativa ao imposto suportado e ao saldo devedor de imposto apurado no mês de dezembro a deduzir no período posterior.



## 16.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as dívidas a pagar ao *Estado e outros entes públicos* eram as seguintes:

	Notas	2020	2019
Impostos sobre o rendimento	(i)	191.589	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	(ii)	304.837	302.908
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(iii)	297.496	306.871
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	(iv)	352.209	328.534
Comparticipação financeira para a DGRM	(v)	193.954	90.634
Entidades FUP		284.316	307.838
Total		1.624.401	1.336.785

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

### (i) Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2020 e 2019.

### (ii) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e regime de tributação normal mensal. Liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

### (iii) Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

### (iv) Participação financeira para a DGRM

Refere-se à percentagem de 5% das receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços (excluindo a receita do serviço de pilotagem). As quantias apuradas devem ser pagas às seguintes entidades:

- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), na percentagem até 2 %, sendo esta taxa fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de participação a favor da AMT para os exercícios de 2017 a 2020.

**(v) Entidades FUP**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

**17. Diferimentos**

**17.1. Ativos**

Os diferimentos no ativo referem-se aos gastos a reconhecer no exercício posterior relativos a contratos de manutenção de equipamentos ou sistemas informáticos e a prémios de seguros, cujos períodos de prestação dos serviços ou período coberto ainda não ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica *Diferimentos* do ativo apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2020	2019
Gastos diferidos	(i)	3.864.900	1.408.380
Comissão Empréstimo BEI (vide Nota 14.3)		80.625	88.125
Outros diferimentos		22.522	20.370
Total		3.968.047	1.516.875

**(i) Gastos diferidos**

A quantia inclui (i) a comparticipação da APDL para a construção dos acessos rodoviários ao PVC (2,5 m€), (ii) prémios de seguros cujo período de cobertura se inicia no ano posterior (128 k€) e (iii) compra de um scanner para a Autoridade Tributária (272 k€).

**17.2. Passivos**

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos *Diferimentos* do passivo era o seguinte:

	Notas	2020		2019	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas		48.018	-	47.949	-
Ativos das concessões:	17.2.1	3.733.518	29.177.398	2.781.283	23.707.080
		3.781.536	29.177.398	2.829.232	23.707.080

### 17.2.1. Rendimentos dos ativos das concessões

Os rendimentos dos ativos das concessões (vide Nota 7) são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais próxima em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
<b>Saldo inicial</b>	26.488.363	29.269.646
Adições	9.642.358	-
Imputação a rendimentos (ver Nota 27.2)	(3.219.805)	(2.781.283)
<b>Saldo final</b>	32.910.916	26.488.363

A rubrica Adições reflete o reconhecimento de novos ativos reversíveis no exercício (ver Nota 7.3).

## 18. Provisões e passivos contingentes

### Política contabilística

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

### 18.1. Provisões

As quantias escrituradas e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

2020	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Em 1 de janeiro de 2020	15.599.646	193.338	15.792.984
Utilização	(9.152.834)	(193.338)	(9.346.172)
Reforço pelo efeito temporal	191.816	-	191.816
Reversões	(2.961.054)	-	(2.961.054)
Em 31 de dezembro de 2020	3.677.574	-	3.677.574

2019	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Em 1 de janeiro de 2019	14.465.961	-	14.465.961
Constituições e reforços	458.078	193.338	651.416
Reforço pelo efeito temporal	675.607	-	675.607
Em 31 de dezembro de 2019	15.599.646	193.338	15.792.984

#### 18.1.1. Provisões para processos judiciais em curso

Das provisões para processos judiciais em curso, destacam-se os processos judiciais relacionados com:

##### 1. Processo Molhes do Douro

A APDL chegou a acordo com a Construtora dos Molhes do Douro (ACE), pelo que o processo judicial foi extinto. O processo respeitava à execução do “contrato conceção/construção das obras necessárias à melhoria das acessibilidades e das condições de segurança da Barra do Douro”, outorgado em 2004.

##### 2. Guindaste Titan

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência.

##### 3. Contratos de concessões de domínio público

Provisão constituída para fazer face a reclamações relativas a obras realizadas e a processos concursais de adjudicação de utilização privativa do domínio público.

#### 18.1.2. Outras provisões

A provisão constituída em 2019 refere-se à estimativa dos danos causados pelas cheias ocorridas no rio Douro em dezembro de 2019 e foi utilizada na totalidade.

## 18.2. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais em curso no montante de 3 259 781 euros. Os processos judiciais respeitam a indemnizações decorrentes de empreitadas, indemnizações por danos causados a terceiros e de processos relativos a pensões de aposentação.

## 19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

### Política contabilística

A APDL assume responsabilidades por benefícios pós-emprego relativas a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

### 19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Plano médico	6.170.275	6.515.821
Subsídios de creche, de estudo	19.516	23.213
Fundo de Pensões ex-INPP	1.798.636	1.879.078
Total	7.988.427	8.418.112

### 19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2020	6.515.821	23.213	1.879.078	8.418.112
Gastos do período:				
Juros	69.632	138	11.426	81.196
Serviços correntes	19.712	-	-	19.712
	89.344	138	11.426	100.908
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(38.484)	(1.188)	157.672	118.000
Benefícios pagos	(396.406)	(2.647)	(249.540)	(648.593)
Em 31 de dezembro de 2020	6.170.275	19.516	1.798.636	7.988.427

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2019	6.380.485	18.741	2.130.992	8.530.218
Gastos do período:				
Juros	114.541	214	24.883	139.638
Serviços correntes	17.872	-	-	17.872
	132.413	214	24.883	157.510
(Ganhos)/ Perdas atuariais	467.496	7.155	4.533	479.184
Benefícios pagos	(464.573)	(2.897)	(281.330)	(748.800)
Em 31 de dezembro de 2019	6.515.821	23.213	1.879.078	8.418.112

### 19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2019	(12.069.343)	(13.224)	130.273	(11.952.294)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	467.496	7.155	4.533	479.184
Em 31 de dezembro de 2019	(11.601.847)	(6.069)	134.806	(11.473.110)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(38.484)	(1.188)	157.672	118.000
Em 31 de dezembro de 2020	(11.640.331)	(7.257)	292.478	(11.355.110)

#### 19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

##### Beneficiários por plano de benefícios:

	2020	2019
Plano médico	1.697	1.785
Subsídios de creche, de estudo	14	15
Fundo de Pensões ex-INPP	9	9

##### Pressupostos atuariais:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	66	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	0,80%	1,10%
Fundo de Pensões ex-INPP e Obras Sociais	0,30%	0,65%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	1,00%
Inflação	2,00%	2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	3,00%
Crescimento por idade	2,00%	2,00%

#### 19.5. Descrição dos planos de benefícios definidos

##### Plano Médico

Até ao exercício de 2009 a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

### **Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares**

Verbas atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição de prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

### **Fundo de Pensões ex-INPP**

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

## **19.6. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro**

O impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico, é o seguinte:

Responsabilidade em 31.12.2020	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
6.170.275	6.950.061	5.510.827	779.786	(659.448)

## **20. Imposto sobre o rendimento**

### **Política contabilística**

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor, ou outra taxa já conhecida, que se espera que esteja em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros suficientes para a sua realização, ou nas situações em que sejam compensados por passivos por impostos diferidos.



Os impostos diferidos são registados como gastos ou rendimentos do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

### 20.1. Quantias reconhecidas no resultado

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	Notas	2020		2019	
Resultado antes de impostos		8.729.771		8.824.979	
<b>Imposto sobre o rendimento do período:</b>					
Imposto corrente	20.2	184.260		436.001	
Imposto diferido, excluindo o efeito da alteração da taxa	20.3	1.630.419		2.132.035	
Imposto sobre o rendimento do período (1)		1.814.679	20,8%	2.568.036	29,1%
Imposto diferido - efeito da alteração da taxa	20.3	444.125		-	
Imposto sobre o rendimento do período (2)		2.258.804	25,9%	2.568.036	29,1%

## 20.2. Imposto corrente

O detalhe do imposto corrente é como segue:

	Notas	2020	2019
Resultado antes de imposto		8.729.771	8.824.979
Taxa de imposto corrente	(i)	23,38%	22,87%
Encargo teórico com o imposto sobre o rendimento		2.041.409	2.018.291
Acréscimos e deduções de imposto:			
Perdas por imparidade - ativos não correntes		(258.068)	(625.623)
Reserva fiscal de reavaliação DL 66/2016	(ii)	(1.209.922)	(1.183.315)
Perdas por imparidade - contas a receber		(1.190)	5.605
Benefícios pós-emprego		(128.073)	(135.229)
Provisões		(44.749)	113.521
Mais-valias não tributadas		43.172	42.222
Subsídios de terrenos		67.206	114.931
Ativos das concessões		(64.155)	(11.913)
Outros ajustamentos		51.781	52.857
Tributação autónoma		16.797	44.603
Gasto por impostos correntes		514.208	435.950
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	(iii)	(329.948)	51
Imposto corrente		184.260	436.001

### (i) Taxa de imposto corrente

A taxa de imposto corrente apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	8.729.771	8.824.979
Ajustamentos à matéria coletável	(6.602.667)	(7.113.815)
Lucro tributável (LT)	2.127.104	1.711.164
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	497.411	391.347
Taxa de imposto corrente (IR / LT)	23,38%	22,87%

As taxas de imposto sobre o rendimento em vigor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	2020	2019
Taxa de IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
Até € 1,5 m	0,00%	0,00%
Entre € 1,5 m e € 7,5 m	3,00%	3,00%
Entre € 7,5 m e € 35 m	5,00%	5,00%

**(ii) Reavaliação fiscal DL 66/2016**

Amortização da reserva de reavaliação fiscal dos ativos de investimento constituída em 2016 de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 23).

**(iii) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores:**

	2020	2019
Benefícios fiscais – SIFIDE 2018 (i)	(388.179)	-
Revisão IRC 2016	86.437	-
Ajustamento estimativa do IRC de 2019	(28.206)	51
Total	(329.948)	51

**(i) Benefícios fiscais - SIFIDE**

**SIFIDE 2020**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do SIFIDE previsto no Código Fiscal do Investimento (Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro).

Neste sentido, a Empresa encontra-se a preparar a candidatura a dirigir à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais ao I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta de IRC. O montante a recuperar ainda não se encontra estimado.

**SIFIDE 2018**

Relativamente ao exercício de 2018, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE e submeteu o requerimento para o reconhecimento de crédito fiscal de 388 179 euros que foi aprovado e reembolsado.

### **SIFIDE 2019**

Relativamente ao exercício de 2019, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE e submeteu o devido requerimento que se encontra em fase de apuramento.

#### **20.2.1. Pagamentos e recebimentos do imposto**

O montante de imposto apurado a pagar ou a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto corrente estimado	514.208	435.950
Menos: Pagamentos por conta	(320.903)	(628.479)
Menos: Retenções na fonte	(1.716)	(2.015)
Saldo corrente a pagar / (a receber)	191.589	(194.544)

Os montantes de imposto pago ou recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Pagamentos antecipados	320.903	628.479
Retenções na fonte	1.716	2.016
Pagamento de IRC de períodos anteriores	86.437	-
Reembolso de IRC de períodos anteriores	(608.275)	(1.223.749)
Pagamento/ (recebimento) de imposto	(199.219)	(593.254)

### 20.3. Imposto diferido

Os saldos e movimentos dos ativos e passivos por imposto diferido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

#### 20.3.1. Ativos por impostos diferidos

2020	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Imparidade em contas a receber	Benefícios pós-emprego	Outras provisões	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	
<b>Em 1 de janeiro de 2020</b>	17.990.773	7.376.414	15.071	1.999.302	45.918	27.427.478
Reforço/ (Reversão) por resultados:						
Por alteração da base	(261.828)	(1.238.337)	(1.207)	(130.075)	(45.918)	(1.677.365)
Por alteração na taxa de imposto	(276.198)	(140.994)	( 216)	(71.571)	-	(488.979)
	(538.026)	(1.379.331)	(1.423)	(201.646)	(45.918)	(2.166.344)
Reforço/ (Reversão) por capitais:						
Por alteração da base	-	-	-	28.024	-	28.024
Por alteração na taxa de imposto	-	-	-	42.014	-	-
	-	-	-	70.038	-	70.038
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	17.452.747	5.997.083	13.648	1.867.694	-	25.331.172

2019	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Imparidade em contas a receber	Benefícios pós-emprego	Outras provisões	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	
<b>Em 1 de janeiro de 2019</b>	18.836.678	8.700.047	15.063	2.047.253	-	29.599.041
Reforço/ (Reversão) por resultados:						
Por alteração da base	(656.528)	(1.250.599)	167	(141.910)	46.401	(2.002.469)
Por alteração na taxa de imposto	(189.377)	(73.034)	( 159)	(49.728)	( 483)	(312.781)
	(845.905)	(1.323.633)	8	(191.638)	45.918	(2.315.250)
Reforço/ (Reversão) por capitais:						
Por alteração da base	-	-	-	115.004	-	115.004
Por alteração na taxa de imposto	-	-	-	28.683	-	28.683
	-	-	-	143.687	-	143.687
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	17.990.773	7.376.414	15.071	1.999.302	45.918	27.427.478

#### (i) Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis

O ativo por imposto diferido relativo à imparidade em ativos de investimento refere-se às imparidades registadas pelas unidades geradoras de caixa PVC e VND (ver Nota 8).

**(ii) Reserva de reavaliação DL 66/2016**

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal consagrada no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou no exercício de 2018 e terminará em 2025 (ver Nota 23).

**(iii) Imparidade em contas a receber**

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

**(iv) Benefícios pós-emprego**

Os gastos com benefícios pós-empregos são reconhecidos nas contas com base nas estimativas efetuadas por atuários independentes e não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorre no exercício do seu efetivo pagamento.

O ativo por imposto diferido reflete-se no resultado do exercício pelos movimentos ocorridos exceto os movimentos decorrentes dos ganhos e perdas atuariais que se refletem na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*. Assim, o ativo por imposto diferido relativo aos benefício pós-emprego é constituído por:

- Imposto diferido pela responsabilidade estimada antes do ajustamento dos ganhos atuariais acumulados, e;
- Imposto diferido reconhecido na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* pelo montante dos ganhos e perdas atuariais acumuladas.

**(v) Outras provisões**

De acordo com o disposto no CIRC, a provisão constituída (ver Nota 18.1.2) não é dedutível no exercício em que é reconhecida. A reversão ocorrerá no exercício de 2020.

**20.3.2. Passivos por impostos diferidos**

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

2020	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	(i)	(ii)	(iii)	
<b>Em 1 de janeiro de 2020</b>	57.473	150.285	2.718.372	2.926.130
Reforço / (Reversão) por resultados:				
Por alteração da base	(43.847)	(68.256)	65.157	(46.946)
Por alteração na taxa de imposto	( 212)	(1.278)	(43.364)	(44.854)
	(44.059)	(69.534)	21.793	(91.800)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	13.414	80.751	2.740.165	2.834.330

2019	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	(i)	(ii)	(iii)	
<b>Em 1 de janeiro de 2019</b>	102.386	272.475	2.734.484	3.109.345
Reforço/ (Reversão) por resultados:				
Por alteração da base	(44.308)	(120.608)	12.502	(152.414)
Por alteração na taxa de imposto	( 605)	(1.582)	(28.614)	(30.801)
	(44.913)	(122.190)	(16.112)	(183.215)
Reforço/ (Reversão) por capitais:				
Por alteração da base	-	-	-	-
Por alteração na taxa de imposto	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	57.473	150.285	2.718.372	2.926.130

**(i) Mais-valias não tributadas**

De acordo com o regime fiscal em vigor até ao exercício de 2002, as mais-valias obtidas com a alienação de ativos fixos reinvestidas na obtenção de novos ativos fixos eram tributadas de acordo com a amortização ou depreciação dos itens de investimento em que os valores realizados eram reinvestidos pelo que se reconhece o passivo por imposto diferido. A amortização do passivo terminará no exercício de 2021.

**(ii) Subsídios ao investimento**

O imposto diferido passivo relativo a subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras da Empresa refere-se a subsídios recebidos para a aquisição de terrenos. De acordo com as regras fiscais, estes subsídios são acrescidos à matéria coletável durante 10 anos em frações iguais. A amortização do passivo terminará no exercício de 2023.

**(iii) Ativos das concessões**

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorrerá na data da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorrerá no período de tributação em que o direito de reversão for exercido, ou seja, no final do contrato de concessão. De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos vários contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

**20.3.3. Taxas de impostos diferidos**

As taxas de imposto sobre o rendimento são estimadas anualmente, considerando:

- os planos de atividades e orçamento da Empresa;
- de acordo com as leis fiscais em vigor e as regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas;
- os períodos de realização dos ativos e de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apurou as seguintes taxas de impostos sobre o rendimento para os impostos diferidos:

- 25,25% (25,50% em 2019) aplicável ao ativo por imposto diferido da reserva de reavaliação fiscal do DL 66/2016 tendo em conta a majoração fiscal prevista no artigo 8.º, §3 do referido diploma.
- 23,75% (24% em 2019) para os restantes ativos e passivos por imposto diferido;

#### 20.3.4. Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela alteração em  $\pm 1\%$  na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados	Capital
Ativos	118.359.315	(11.355.110)
Passivos	(12.122.880)	-
Total da base	106.236.434	(11.355.110)
Variação de +1% na taxa de imposto	1.062.364	(113.551)
Variação de -1% na taxa de imposto	(1.062.364)	113.551

## Capital e reservas

### 21. Capital

#### Política contabilística

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.000.000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4 181 000 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2001.

O capital social era então constituído por 9 600 000 ações, de valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3 035 000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51 035 000 euros e passou a ser constituído por 10 207 000 ações, de valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e está totalmente realizado.



## 22. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica *Reserva legal*, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa.

A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Reserva legal apresenta um saldo de 11 122 456 euros e não teve qualquer movimento nos exercícios.

## 23. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição da rubrica *Outras reservas* é a seguinte:

	Notas	2020	2019
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	(i)	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	(ii)	1.615.391	1.615.391
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	(iii)	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	(iv)	8.237.842	8.237.842
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	(v)	4.682.657	4.682.657
Ativos das concessões:	(vi)	8.727.401	8.659.201
Reserva de Investimento	(vii)	30.794.199	24.727.646
Total		181.074.410	174.939.657

### (i) Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Reserva constituída pela avaliação referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998.

### (ii) Integração de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial a referida fusão não teve impacto no capital próprio da APDL.

### (iii) Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração

ao Contrato de Concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um Contrato de Subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC. De acordo com o referido contrato, revertem gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, os quais, pelo facto de não se relacionarem com a atividade portuária, gerando apenas uma renda anual definida no contrato de concessão, foram contabilisticamente registados como Propriedades de Investimento, por um valor de 3.195.668 euros, por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras reservas*. Esta avaliação foi efetuada na ótica do rendimento por um perito independente e credenciado para o efeito.

#### **(iv) Integração da Via Navegável do Douro**

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição.

Entre outros, o referido decreto-lei estabelece o seguinte:

- No prazo de seis meses, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e pela atividade portuária e do mar, deverão emitir despacho a identificar os bens que serão integrados na esfera jurídica da APDL; e
- No prazo de um ano, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária, deverão aprovar, através de despacho, a avaliação do património que, por força deste diploma, será integrado na APDL.

Para o registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente acreditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, a avaliação do património transferido do IPTM para a APDL aguarda aprovação pelos responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária através de despacho.

Os ativos de investimento foram sujeitos a testes de imparidade como uma unidade geradora de caixa (UGC). Os testes foram realizados por um perito externo independente tendo-se concluído que se encontrava em situação de imparidade total à data da integração. A perda por imparidade apurada foi registada por contrapartida da reserva de integração assim como o respetivo ativo por imposto diferido (ver Nota 0).

**(v) Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016**

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 20.3).

A reserva ficará disponível após a sua realização (a terminar no exercício de 2025) acrescida do período de revisão fiscal em vigor nesse exercício (o período atual de revisão fiscal é de 4 anos).

**(vi) Ativos das concessões**

A quantia escriturada refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária (ver Nota 7).

Esta reserva não se encontra disponível para distribuição e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente imposto diferido passivo.

**(vii) Reserva de Investimento**

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do nível de recurso a capital alheio no financiamento do arrojado plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento.

Esta reserva foi constituída com base na proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014 e tem sido reforçada anualmente pela aplicação dos resultados desses exercícios.

## 24. Resultados transitados

Os resultados transitados resultam de resultados gerados em exercícios anteriores. Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 analisam-se como segue:

	Notas	2020	2019
Saldo inicial		66.059.813	65.916.428
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		6.256.943	7.062.138
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:	(i)		
Distribuição de dividendos	(ii)	-	(2.200.000)
Reforço da reserva de Investimento (ver Nota 23)		(6.066.553)	-
Reforço da reserva Ativos das concessões (ver Nota 23)		(68.200)	(4.862.138)
Outros movimentos	(iii)	(191.725)	143.385
Saldo final		65.990.278	66.059.813

### (i) Aplicação do resultado líquido do exercício anterior

A aplicação do resultado líquido do exercício de 2019 foi aprovada pelo Acionista na Assembleia Geral realizada em 30 de julho de 2020.

### (ii) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras do período em que os dividendos são aprovados pelo acionista. Os dividendos foram pagos nos respetivos exercícios em que foram aprovados pelo acionista pelo que não há qualquer passivo com o acionista em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

### (iii) Outros movimentos

Quantias relativas ao montante do passivo por imposto diferido liquidado. Este passivo é relativo a subsídios ao investimento de ativos fixos tangíveis não depreciáveis.

### 24.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2020:

Resultado líquido do exercício	6.470.966,68
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das Concessões	252.556,52
Reserva de Investimento	6.218.410,16

## 25. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	Notas	2020	2019
Subsídios ao investimento	26	46.698.894	49.934.838
Ganhos atuariais	19.3	11.355.110	11.473.110
Soma (A)		58.054.004	61.407.948
Ajustamento por impostos diferidos:	20.3		
Subsídios ao investimento		(80.751)	(272.475)
Ganhos atuariais		(2.654.825)	(2.724.863)
Soma (B)		(2.735.576)	(2.997.338)
Total (A+B)		55.318.428	58.410.610

## 26. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

### Política contabilística

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

#### *Subsídios ao investimento não reembolsáveis*

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica *Outros rendimentos* de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

#### *Imparidade*

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC, PVC e VND (ver Nota 8), foi também reconhecido no exercício um rendimento proporcional à perda por imparidade. Pela reversão da perda por imparidade destes ativos é reconhecido um gasto proporcional aos subsídios alocados a esses ativos.

#### *Ajustamentos em subsídios*

A existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, o montante de subsídios reconhecido gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto. Assim, o reconhecimento do subsídio é ajustado pelo reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciáveis ou amortizáveis é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo registado na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2 e 26.4).

### **Subsídios à exploração**

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos e após a realização dos gastos associados.

#### **26.1. Subsídios ao investimento não reembolsáveis**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Subsídios reconhecidos	79.139.715	82.064.624
Imparidade	(19.710.261)	(18.334.061)
Ajustamentos em subsídios	(12.730.560)	(13.795.725)
<b>Total</b>	<b>46.698.894</b>	<b>49.934.838</b>

#### **26.2. Subsídios à exploração**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Orçamento de Estado:		
Porto de Viana do Castelo	350.542	671.773
Via Navegável do Douro	381.997	123.409
Soma	<b>732.539</b>	<b>795.182</b>
União Europeia:		
DIW 2020	302.707	103.657
Outros subsídios á exploração	1.714	765
Soma	<b>304.421</b>	<b>104.422</b>
<b>Total</b>	<b>1.036.960</b>	<b>899.604</b>

#### **26.3. Ativos por subsídios a receber**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa reconhece no ativo corrente, na rubrica *Outros créditos a receber* (ver Nota 11.2), as seguintes quantias relativas a subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
DIW 2020	4.176.874	4.443.654
CEF Projeto Picasso	-	43
<b>Total</b>	<b>4.176.874</b>	<b>4.443.697</b>

## 26.4. Passivos por subsídios recebidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa reconhece no passivo, na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2), as seguintes quantias relativas a subsídios:

		2020	
		Corrente	Não corrente
Subsídios sem despesa atribuída	(i)	4.324.754	-
Ajustamentos em subsídios	(ii)	899.982	11.830.578
Total		5.224.736	11.830.578

### (i) Subsídios sem despesa atribuída

O detalhe das quantias relativas a subsídios recebidos antecipadamente ou sem despesa reconhecida é como segue:

	2020	2019
OE PIDDAC	2.261.175	2.784.870
Accessib. Maítimas ao Porto de Leixões	1.162.923	-
Terminal de Cruzeiros	606.426	606.426
Plataforma Logística	211.729	209.475
Outros subsídios	82.501	31.415
Total	4.324.754	3.632.186

### (ii) Ajustamentos em subsídios

O reconhecimento do subsídio é ajustado pelo reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

## Gastos e rendimentos

### 27. Rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os rendimentos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

	Nota	2020	2019
Vendas e serviços prestados	27.1.1	51.938.394	55.587.309
Subsídios à exploração	26.2	1.036.960	899.604
Outros rendimentos	27.2	12.098.363	13.287.961
Total		65.073.717	69.774.874

## 27.1. Rédito

### Política contabilística

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos no decurso das atividades normais da Empresa. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados e às vendas de materiais. O rédito é registado pelo montante líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos. A data de reconhecimento é a data de entrega dos materiais ou a data de conclusão das prestações de serviços.

Os juros são reconhecidos pelo recurso ao método do juro efetivo e apenas quando for provável que as quantias serão efetivamente recebidas.

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	Nota	2020	2019
Vendas e prestações de serviços	27.1.1	51.938.394	55.587.309
Rendimentos suplementares	27.1.2	262.852	611.230
Rendimentos das propriedades de investimento		446.282	444.763
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	152	1.542
Total		52.647.680	56.644.844

### 27.1.1. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1).

	2020	2019
Serviços ao navio	14.371.683	17.098.381
Serviços à carga	1.326.449	1.422.029
Concessões	28.276.662	28.228.902
Fornecimentos e serviços diversos	4.277.243	4.657.878
Gestão dominial	1.761.564	2.167.581
Plataforma logística	1.924.793	2.012.538
	51.938.394	55.587.309

### 27.1.2. Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Serviços sociais	53.768	93.500
Formação, aluguer de instalações e outros	113.252	401.468
Outros rendimentos suplementares	95.832	116.262
	262.852	611.230



**(1) Serviços sociais**

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais

**(2) Outros rendimentos suplementares**

Rubrica composta pelas receitas de multas contratuais, juros de mora debitados a clientes e outros rendimentos.

**27.2. Outros rendimentos**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimentos suplementares	262.852	611.230
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.032	1.154
Rendas das propriedades de investimento	446.282	444.763
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis	7.317	37.291
Subsídios ao investimento	6.184.951	5.908.891
Subsídios ao investimento – Imparidade	1.376.200	3.416.269
Ativos das concessões (ver Nota 17.2.1)	3.219.805	2.781.283
Outros rendimentos	599.924	87.080
<b>Total</b>	<b>12.098.363</b>	<b>13.287.961</b>

**28. Gastos**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

GASTOS	Notas	2020	2019
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	1.316.054	1.474.940
Fornecimentos e serviços externos	28.1	13.162.065	13.215.048
Gastos com o pessoal	28.2	15.713.298	15.515.318
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		15.879	5.766
Provisões (aumentos/reduções)	18	(2.769.238)	1.327.024
Aumentos/reduções de justo valor	9	(2.274)	1.350
Outros gastos	28.3	2.886.384	2.940.254
Gastos de depreciação e de amortização	28.4	25.319.507	25.287.135
Imparidade de investimentos	8	273.764	680.733
Juros e gastos similares suportados	14.3	428.507	502.327
		<b>56.343.946</b>	<b>60.949.895</b>

### 28.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2020	2019
Subcontratos	1.072.449	844.000
Serviços especializados	7.649.370	7.729.338
Materiais	93.557	100.669
Energia e fluidos	2.134.149	2.330.012
Deslocações e estadas	32.116	92.268
Serviços diversos	2.180.424	2.118.761
Total	13.162.065	13.215.048

A rubrica *Serviços especializados* apresenta o seguinte detalhe:

	2020	2019
Trabalhos especializados	409.398	393.498
Publicidade e propaganda	214.093	450.874
Vigilância e segurança	1.810.096	1.717.014
Honorários	524.799	446.782
Comissões	1.519	36.651
Conservação e reparação	2.568.797	1.948.327
Dragagens	1.088.079	1.617.667
Serviços bancários	19.782	14.693
Outros serviços especializados	1.012.807	1.103.832
Total	7.649.370	7.729.338

### 28.2. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, era o seguinte:

	2020	2019
Número médio de trabalhadores	266	262

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	338.706	368.481
Remunerações do pessoal	11.619.251	11.452.646
Benefícios pós-emprego	100.908	157.510
Pensões	25.198	17.099
Encargos sobre remunerações	2.731.129	2.692.665
Seguros	190.350	174.617
Gastos de ação social	490.275	464.815
Outros gastos	217.481	187.485
Total	15.713.298	15.515.318

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2020	2019
Conselho de Administração	273.763	309.987
Conselho Fiscal	48.987	42.537
Revisor Oficial de Contas	15.600	15.600
Total	338.350	368.124

### 28.3. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica *Outros gastos* apresenta a seguinte composição:

	Notas	2020	2019
Comparticipação AMT/DGRM	(i)	2.170.266	2.255.012
Impostos e taxas	(ii)	198.847	141.711
Perdas em investimentos		42.354	145.370
Correções relativas a períodos anteriores		57.523	91.193
Donativos		295.720	150.095
Quotizações		55.075	135.284
Outros gastos		66.599	21.589
Total		2.886.384	2.940.254

#### (i) Participação para AMT e DGRM

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;

- 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o consagrado no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

**(ii) Impostos e taxas**

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

**28.4. Gastos de depreciação e de amortização**

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Notas	2020	2019
Ativos fixos tangíveis	5	20.409.038	20.424.595
Propriedades de investimento	6	201.724	201.723
Ativos intangíveis	7	4.708.745	4.660.817
Total		25.319.507	25.287.135

**Outras notas**

**29. Encargos de carácter ambiental**

**Política contabilística**

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

### 29.1. Movimentos no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020		2019	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Estrutura autoportante na Doca 2 Sul	-	23.399	-	-
Drenagem de terrenos	-	-	-	80.298
Cortina vegetal	-	-	-	3.423
Equip. p/ recolha de resíduos	-	-	-	61.491
Materiais e serviços externos	82.644	-	63.799	-
Depreciações de equipamentos	196.211	-	175.027	-
Total	278.855	23.399	238.826	145.212

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

## 30. Locações

### Política contabilística

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

### 30.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Gastos do exercício	193.197	200.740

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram os seguintes:

	2020	2019
Até 1 ano	141.702	158.840
Entre 1 e 5 anos	83.154	209.695
Total	224.856	368.535

## 31. Responsabilidades por garantias prestadas

### 31.1. Garantias reais prestadas a terceiros

Em outubro de 2004, a APDL foi notificada pela Repartição de Finanças de Matosinhos, da existência dum processo de execução fiscal instaurado pela Caixa Geral de Aposentações, no montante inicial de 267 957 euros, referente ao cálculo dos encargos com pensões e respetivos juros de mora com trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado, que nos são imputados, mas que não são aceites pela APDL.

O processo de execução fiscal foi já impugnado pelos nossos advogados e para efeitos de suspensão da execução foi dada como garantia de pagamento um prédio urbano em Leça da Palmeira, registado na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos com o n.º 02451/110402, onde estão instalados os nossos Serviços de Pilotagem.

### 31.2. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a APDL tinha as seguintes garantias:

	2020	2019
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.000	275.000
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	9.129	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçaves	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações de terrenos para Acesso Rodoviário ao Porto de Viana do Castelo	1.645.523	1.645.523
Indemnizações por expropriações de terrenos necessários à obra do Parque de Pesagens do Porto de Leixões	426.459	426.459
Indemnizações por expropriações de terrenos necessários à obra do Centro Inspectivo do Porto de Leixões	2.101.873	2.101.873
Total	4.788.322	4.788.322

## 32. Garantias prestadas por terceiros

### 32.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2020	2019
Garantias depósito	364.955	312.727
Apólices de seguro-caução	1.023.939	542.653
Garantias bancárias	12.981.938	8.702.989
Total	14.372.852	9.558.369

### 32.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas eram como segue:

	2020	2019
Garantias bancárias	8.423.786	7.831.920
Apólices de seguro-caução	950.059	950.059
Garantias depósito	150.866	175.866
Garantias em numerário	595.324	566.198
Total	10.120.035	9.524.043

### **33. Eventos subsequentes**

#### **Política contabilística**

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 1 de junho de 2021, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

O Contabilista Certificado,



**GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE  
GOVERNO SOCIETÁRIO**

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>I</b>	<b>Síntese (Sumário Executivo)</b>	X				4	
<b>II</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		X		7	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		8	
<b>III</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	X		X		8	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X				9	
3.	Acordos parassociais	X				9	Não existem
<b>IV</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X		9	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		9	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X				9	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X				9	Não aplicável
<b>V</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A.</b>	<b>Modelo de Governo</b>						
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		X		9	
<b>B.</b>	<b>Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	X		X		10	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X				10	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>C.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		11	
2.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		11	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do CA	X				11	Não aplicável
4.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		11	
5.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade	X				13	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas	X				14	Não aplicável
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X		14	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		18	
<b>D.</b>	<b>Fiscalização</b>						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	X		X		20	
2.	Composição do órgão de fiscalização	X		X		20	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		20	
4.	Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de auditor externo	X		X		25	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		25	
6.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		25	
7.	Funcionamento da fiscalização	X		X		26	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>E.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X		27	
2.	Indicação das limitações, legais e outras	X		X		27	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo	X		X		28	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade	X		X		28	
<b>F.</b>	<b>Conselho Consultivo</b>						
1.	Composição	X				28	Não aplicável
<b>G.</b>	<b>Auditor Externo</b>						
1.	Identificação	X				28	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação	X				28	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados	X				28	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	X				29	Não aplicável
<b>VI.</b>	<b>Organização Interna</b>						
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>						
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		29	
2.	Meios e Política de comunicação de irregularidades	X		X		29	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas	X		X		30	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		30	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou Sistema de Gestão e Controlo Risco	X		X		30	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X		30	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X		32	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		32	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
6.	Identificação principais tipos de riscos	X		X		32	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controle, gestão e mitigação de riscos	X		X		35	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade	X		X		37	
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X		37	
2.	Existência Código de Ética	X		X		47	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para prevenir fraudes internas e externas, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		48	
<b>D.</b>	<b>Deveres Especiais de Informação</b>						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		49	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		49	
<b>E.</b>	<b>Sítio de Internet</b>						
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	X		X		50	
<b>F.</b>	<b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		50	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	X		X		51	
<b>VII</b>	<b>Remunerações</b>						
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração	X		X		51	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		51	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		X		51	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>						
	Composição	X		X		52	
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		52	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X				53	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X				53	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X				53	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	X				53	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões	X				53	Não existe qualquer situação deste tipo na empresa
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		53	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo	X				54	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	X				54	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X				54	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da entidade	X		X		54	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		55	
<b>VIII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				56	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações	X		X		56	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>IX</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		57	
2.	Políticas prosseguidas	X		X		58	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		59	
<b>X</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		67	
2.	Outras informações	X		X		67	
<b>XI</b>	<b>Anexos ao RGS</b>						
1.	Demonstração não financeira referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno	X				69	Não aplicável
2.	Ata reunião do CA de aprovação do RGS	X				65	
3.	Relatório do CF	X		X		67	
4.	Declarações art.º 52º do RJSPE	X		X		71	
5.	Ata reunião da AG, DUE ou Despacho com a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas	X				82	

## **CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**



## 1 – Objetivos de Gestão

- a) O acionista Estado não fixou objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2020-2022.
- b) Conforme o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2020-2022), que foi submetido ao acionista, quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, foi o seguinte para o ano 2020:

### Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2020	
	Previsão	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	55 145	39 177
Cash-Flow (em 1 000 €)	28 019	31 316
Margem EBITDA (em %)	40,24%	40,82%
Margem EBIT (em %)	17,26%	17,63%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	2,04%	1,74%
ROACE (em %)	1,71%	1,56%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultado Líquido + Depreciações

Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Prestação de Serviços

EBIT = Resultado Operacional

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido/Capitais Próprios

ROACE = (EBIT – Imposto sobre o Rendimento) / (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

### Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2020	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,78	0,79
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,22	0,31
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	3,60	3,68
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	1,53	2,40

### Indicadores de Investimento

Investimento total

Indicadores de Investimento	2020		
	Previsão	Real	Grau de execução
Investimento total (em 1 000 €)	68 405	28 860	42,2%

## Detalhe dos principais investimentos

Un: euros

Ação	Investimento/ Projeto	PAO 2020	Real 2020	Desvio	Observações
00 - Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	P-ACM012 - Reposição Duque d'Alba NE Ponte Móvel	1 058 960	-	-1 058 960	Após a assinatura do contrato o Adjudicatário propôs uma alteração ao Projeto inicial, alteração essa que apresenta vantagens. A proposta foi apresentada ao Projetista e foi posteriormente aceite por este, implicando o deslizamento da data de arranque da execução
03 - Melhoria das Condições Operacionais do Terminal Petrolero	P-TPL001 - Reabilitação de betões do TPL	2 791 000	171 921	-2 619 079	Foi adjudicada a empreitada, com contrato assinado em agosto de 2020. Foi então proposta pelo Adjudicatário uma variante ao projeto, tendo sido posteriormente analisada e validada pelo projetista, determinado um adiamento do arranque da obra
04 - Projeto da Portaria Principal	P-ACE027 - Implementação sistema de pesagens Convenção SOLAS	1 225 366	-	-1 225 366	Na sequência da impossibilidade manifestada por algumas das entidades convidadas em apresentar proposta ao procedimento lançado em abril, alegando o facto de o preço base não ser suficiente para acomodar todos os trabalhos necessários para a execução da empreitada, a APDL optou pela suspensão do prazo para a apresentação de propostas. Em paralelo, foi solicitado ao projetista a reanálise da estimativa orçamental do projeto de execução. A adjudicação, por este motivo, ocorreu apenas em novembro de 2020
06 - Estruturação da Plataforma Logística	Construção de Armazém para DOE	700 000	-	-700 000	A intenção de realização foi adiada em função de necessidades mais urgentes
15.04 - Trem naval	P-FNA009 - Aquisição de Rebocadores	9 100 000	-	-9 100 000	A autorização específica para a realização deste investimento foi realizada em julho de 2020, altura em que foi lançado o concurso público internacional
15.08 - Implementação de Centro Inspetivo	P-SEG035.02 - Aquisição de terrenos p/ Centro Inspetivo	1 239 600	2 205 201	965 601	O processo expropriativo pôde ser realizado de forma mais célere do que o previsto, permitindo a antecipação de algumas escrituras
15.09 - Reforços e estabilização de Cais	P-SEG021 - Substituição do Cais Norte da Doca 1	1 118 500	52 400	-1 066 100	Foi realizada uma reformulação do projeto, com nova submissão a aprovação pelo acionista, cuja análise não foi concluída até ao final de 2020
	P-SEG030 - Estabilização do cais Doca 4Sul (TCS)	4 949 590	3 161 286	-1 788 304	A solução técnica de execução que deu origem a este contrato de Empreitada revelou-se desadequado face à realidade encontrada. Entretanto, validado o método construtivo mais adequado, foi possível retomar a execução física dos trabalhos, tendo, no entanto a execução financeira sido menor do que o previsto devido ao tempo de paragem da obra
28 - Novo Terminal de Contentores	P-TCO001.02 - Melhoria das Acessibilidades Marítimas	5 399 500	170 650	-5 228 850	A adjudicação da obra ficou dependente do resultado da Avaliação de Impacte Ambiental do projeto do Novo Terminal de Leixões, pelo que só ocorreu em novembro de 2020
29 - Continuidade de Negócio	Construção Data-center	1 393 000	-	-1 393 000	O refinamento de alguns requisitos e pressupostos relativos ao dimensionamento do Data center levaram a que o projeto de execução fosse adjudicado apenas no último trimestre do ano
101 - Infra-estruturas Portuárias	P-ACM009 - Consolidação do Molhe Norte do PVC	993 000	1 925 157	932 157	O ritmo de execução da obra em 2020 permitiu recuperar algum atraso ocorrido no final de 2019
104 - Melhoria da Navegabilidade no Porto	P-ACM013 - Aprofundamento do anteporto e do canal de acesso aos estaleiros navais e cais do Bugio	17 394 000	12 114 296	-5 279 704	Os trabalhos tiveram início em julho de 2020, com algum condicionamento ditado pelas imposições da DIA

## Indicadores de Recursos Humanos

Quadro de pessoal	2020	
	Previsão	Real
Número total de RH (O.S.+ Dirigentes+ Efetivos)	287	275

## Nível de Endividamento

Nível de Endividamento	2020	
	Previsão	Real
Endividamento total (em 1 000 €)	14 660	14 660

- c) Não aplicável, atendendo que a APDL não integra o perímetro de consolidação das administrações públicas.

## 2 - Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro.

Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano);
- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.

Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Encargos Financeiros (€)	109.953	555.722	565.500	555.500	565.389	535.361	515.336	483.698	502.327	428.507
Taxa Média de Financiamento	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%

## 3 – Limite do Acréscimo do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada exclusivamente pela variação do endividamento, dado que não se verificaram quaisquer realizações de capital, pelo que os montantes do Financiamento Remunerado (FR):

Unid: 1000 euros

Passivo Remunerado	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Δ €	Δ %
Financiamentos obtidos										
Passivo não corrente	20.000	19.560	18.660	17.720	16.740	15.720	14.660	13.560	-1.100	-7,50%
Passivo corrente	0	440	900	940	980	1.020	1.060	1.100	40	3,77%
Total Passivo Remunerado	20.000	20.000	19.560	18.660	17.720	16.740	15.720	14.660	-1.060	-6,74%

$$\text{Variação do Endividamento} = ((14.660.000 - 15.720.000) + 0 + 0 + 0) / (15.720.000 + 0 + 0 + 0) = -6,74$$

#### **4 - Prazo Médio de Pagamento a fornecedores**

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

Unid: dias

PMP	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Δ 2020/ 4ºT 2019	
	2019	2019	2019	2019	2020	2020	2020	2020	dias	%
PMP a Fornecedores	29	33	34	30	32	24	27	30	0	0,00%

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2021 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Prazo de pagamento em dias
MOTA-ENGL, ENGENHARIA E	949.688,90 €	31/12/2020	14/01/2021	11/02/2021	28
ETERMAR ENGENHARIA E	949.688,90 €	31/12/2020	14/01/2021	11/02/2021	28
ITEN SOLUTIONS SISTEMAS	391.059,86 €	11/12/2020	07/01/2021	20/01/2021	13
CONDURIL ENGENHARIA, S.A.	361.211,45 €	30/12/2020	07/01/2021	11/02/2021	35
Total	2.651.649,11 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data emissão de 2020 e com receção na APDL em janeiro e fevereiro de 2021, no montante total de 5.633.884,88 €, conclui-se que a APDL apresenta em dezembro de 2020, o Prazo Médio de Pagamento de 30 dias.

- a) Mapa da posição a 31/12/2020 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contem linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades. Nos primeiros meses de 2021, as situações de mora há menos de 90 dias foram regularizadas pelo respetivo pagamento.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento se mantêm em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69 € da Dourocais (a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2020 deve à APDL o montante de 6.082.877,56 €).

Unid: euros

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	808.628,46	2.899,36	348,28	0,00	46.466,49

#### **5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista**

Na última Assembleia Geral de 30 de julho de 2020 o representante do Acionista emitiu a recomendação de que o Conselho de Administração diligenciasse no sentido de dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158º do DLEO 2019.

Em 2020 a APDL apresentou um crescimento de 198 mil (+1%) relativamente a 2019, o que se deveu às progressões nas carreiras, de acordo com o IRCT e às contratações autorizadas pelo Despacho n.º 278/2020 - SET. Contudo, registou uma poupança de 360 mil euros (-2,2%) face ao valor inscrito no PAO 2020, o qual foi autorizado através do mesmo Despacho.

## **6 - Remunerações**

Esta informação consta do Apêndice 1.

## **7 - Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público**

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Profª. Guilhermina Maria da Silva Rego	80	115,43	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	80	1.192,54	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	80	559,82	
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80	927,56	

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Profª. Guilhermina Maria da Silva Rego	486,43	644,89	300,35	945,24	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	486,43	2 099,18	2 117,45	4 216,63	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	389,15	1 625,79	730,74	2 356,53	
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	389,15	2 367,70	609,20	2 976,90	

## **8 - Despesas não documentadas**

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

## **9 - Relatório sobre remunerações**

A APDL divulga o relatório sobre remunerações, conforme de termina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, em:

<http://www.apdl.pt/governo-sociedade> do qual apresenta em seguida o resumo.

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinadas, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

Historicamente, o setor portuário está mais vocacionado para homens, é natural que, ainda hoje, os colaboradores mais antigos, e por isso melhor remunerados nas respetivas carreiras, sejam homens.

Por outro lado, é de referir que sendo os serviços operacionais ligados à atividade marítima tradicionalmente ocupados por homens, designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros, e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais, designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são mais elevados do que das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 31,7 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual por Categoria Profissional	Mulheres	Homens
Quadros superiores	44 638,63	61 941,27
Quadros médios	42 908,09	56 843,71
Quadros intermédios		37 193,65
Profissionais altamente qualificados	27 256,50	32 996,07
Profissionais semi-qualificados		30 343,09
Profissionais não qualificados	20 574,80	23 680,57

\*Média do total das remunerações anuais

## **10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção**

A revisão ao plano de prevenção de riscos, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, é realizada pelo menos numa base anual, mediante a alteração do *status* das medidas de mitigação nele constantes ou inserção de novas medidas, face ao nível de concretização/implementação da respetiva Unidade Orgânica Responsável pela implementação, de forma a controlar os riscos identificados em cada ação. A natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais demorado de implementação na estrutura interna, por vezes associadas a projetos específicos ou mais amplos, enquanto outras e como alternativa a custos de operacionalização, são substituídas por controlos suplementares.

Essas medidas de mitigação/prevenção comportam nível de priorização, da maior para a de menor relevância em termos de criticidade, sendo anualmente publicado o estado das mesmas, no portal da APDL em: <http://www.apdl.pt/gestao-de-risco>

## **11 - Contratação Pública**

Esta informação consta do Apêndice 2.

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual.

Durante o ano de 2020 foram celebrados 2 contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€, designadamente os contratos de Empreitada de Dragagem do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Empreitada do Prolongamento do Quebra-Mar Exterior e das Acessibilidades Marítimas do Porto de Leixões, tendo os mesmos sido submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Em 2020 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos:

- 3 Concursos Públicos;
- 7 Concursos Limitados por Prévia Qualificação;
- 204 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos), dos quais 124 foram Ajustes Diretos e 80 foram Consultas Prévias;
- 7 Ajustes Diretos; e
- 8 Consultas Prévias.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 25 contratos na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

## **12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2020 foi tramitado 1 (um) processo de contratação centralizada de fornecimento de energia elétrica com recurso ao Acordo Quadro

## **13 - Medidas de Redução de Gastos Operacionais**

A evolução dos gastos do Plano de Redução de Custos (PRC) da empresa pode ser aferida no quadro seguinte, permitindo quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho.

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019, foi autorizada a utilização de um novo indicador proposto pela empresa para analisar a evolução da sua Eficiência Operacional.

Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios, conforme previsto nas IEIPGs 2020 e no DLEO 2019, ajustando os FSE da seguinte forma:

- anualizando o efeito das dragagens para um ciclo de 6 anos e;
- desconsiderando alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:
  - o gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente participados por Orçamento de Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários,
  - o gastos de exploração relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Adicionalmente, foram tidas em consideração as instruções constantes do ponto 3 e 4 do Despacho n.º 398/2020 – SET de 28.07.2020, ou seja:

- Expurgando dos gastos operacionais as despesas para fazer face diretamente à pandemia SARS-Cov2, as quais atingiram, cerca de 248 mil euros.
- Adição ao volume de negócios da perda de receita atribuível à pandemia, a qual se fez sentir com maior impacto ao nível dos segmentos de mercado de passageiros e de granéis líquidos, mas que também afetou todos os restantes segmentos, inclusivamente o segmento de carga contentorizada que, contudo, beneficiou do desvio de tráfego relacionado com greves noutros portos nacionais. Atendendo à magnitude deste impacto considerou-se que a pandemia foi a responsável pelo desvio que se registou em 2020 no volume de negócios face ao previsto no PAO 2020 inicial da APDL.

Unid: milhares de euros

PRC	2020 Exec.	2020 Orç.	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	21 201	23 745	24 516	25 666	-3 315	-14%
(1) CMVMC	1 316	1 711	1 475	1 466	-159	-11%
FSE	13 162	16 831	13 215	12 221	-53	0%
a) Efeito anualização das Dragagens	-449	535	81	-80	-530	-657%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias comparticipados por OE ou FC	1 007	1 090	899	1 798	108	12%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	31	347	261	0	-230	-88%
(2) FSE considerando efeitos a), b) e c)	12 574	14 860	11 975	10 503	599	5%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	15 713	16 074	15 515	14 609	198	1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	0	0	0	0	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação do IRCT	0	0	0	0	0	-
(4) Gastos com pessoal para efeitos de apuramento do rácio da Eficiência Operacional	15 713	16 074	15 515	14 609	198	1%
(5) Impactos da pandemia Covid-19 nos gastos operacionais	248	0	0	0	248	-
Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	29 603	32 645	28 965	26 578	638	2%
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	29 355	32 645	28 965	26 578	390	1%
(7) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	51 938	59 015	55 587	54 071	-3 649	-7%
(7.i) Perda de receita associada à pandemia Covid-19	7 076					
(8) Volume de negócios para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (7) + (7.i.)	59 015	59 015	55 587	54 071	3 427	6%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	49,74%	55,32%	52,11%	49,15%	-	-2,4 p. p.
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	14	79	61	57	-47	-77%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	16	31	23	23	-8	-33%
(iii) Gastos associados à frota automóvel <sup>d)</sup>	289	332	328	308	-39	-12%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	319	443	413	389	-94	-23%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	403	999	384	425	20	5%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	275	287	268	263	7	3%
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	10	10	10	-1	-10%
N.º Cargos de Direção (CD)	14	13	14	14	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	252	264	244	239	8	3%
N.º Trabalhadores/N.º CD	18	20	17	19	1	3%
N.º de viaturas	51	51	51	51	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, considerando os efeitos referidos acima, fixou-se nos 49,7% reduzindo-se 2,4 p.p. face ao ano anterior.

No que diz respeito ao cumprimento das orientações contantes do número 3 do artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a APDL apresentou o seguinte desempenho em 2020:

- alínea a) – aumentou os gastos com pessoal, relativamente a 2019 (+1,3%). No entanto, de acordo com Despacho n.º 278/2020 SET de 8 de junho de 2020, foi autorizado o aumento de gastos com pessoal, até ao montante previsto no PAO 2020, o qual não foi alcançado (-2,2%);
- alínea b) – reduziu em 22,8% o conjunto dos gastos com deslocações, com ajudas de custo e frota automóvel, face a 2019, ficando igualmente aquém do montante previsto no PAO 2020 (-28,0%).



## **14 – Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias**

Em cumprimento com o disposto no n.º 7 do artigo 49º do DLEO 2019, reporta-se que em 2020, a APDL aumentou os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 20 mil euros (+5%) face ao ano anterior, contrariando o fixado na alínea c) do número 3 do artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019.

Contudo, através do Despacho n.º 278/2020 SET de 8 de junho de 2020, foi autorizado o aumento de gastos com estudos, pareceres, projetos e consultorias até ao limite de 900.000 €.

## **15 - Princípio da Unidade de Tesouraria**

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Face ao disposto no número 5 do artigo 160º do Decreto-Lei nº 2/2020 de 31 de março (LOE), e na ausência do decreto-lei de execução orçamental do ano, a APDL, ao abrigo do atual número 5 do artigo 115º do Decreto-Lei 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o número 3 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2020 e 2021, no sentido de ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através da Informação n.º 1880/2020 de 31 de dezembro de 2020.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2020:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BPI, SA	285.202	161.184	331.804	38.145
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	654.249	338.691	365.153	378.789
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	275.564	96.390	70.863	66.676
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	22.221	35.599	46.925	60.860
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	257.103	49.226	158.882	87.730
NOVO BANCO, SA	3.156.076	2.711.691	2.177.451	917.547
<b>TOTAL</b>	<b>4.650.414</b>	<b>3.392.781</b>	<b>3.151.078</b>	<b>1.549.747</b>
Juros auferidos	159	0	0	0

## **16 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

Nos 3 anos anteriores não existiram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

## **17 - Informação divulgada no site do SEE**

Anexo 2

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	Outubro 2020	
Caraterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
<b>Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares e dos membros dos Órgãos Sociais	S		
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S		
<b>Ficha Síntese</b>	S		
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	S		
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios</b>			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	S		
<b>Código de Ética</b>	S		

## Apêndice 1

### Mesa da Assembleia-geral

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020/2022	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal	575	575
2020/2022	Secretário	Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos	375	375

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2020, a AG reuniu 1 vez, tendo sido pagas as respetivas senhas de presença.

### Conselho de Administração

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017/2019	PRESIDENTE C.A.	Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	DUE	08/09/2017	Não	N/A	APDL, S.A.	1
2017/2019	VOGAL C.A.	Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	DUE	28/02/2018	Não	N/A	APDL, S.A.	1
2017/2019	VOGAL C.A.	Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	DUE	28/02/2018	Não	N/A	APDL, S.A.	1
2017/2019	VOGAL C.A.	Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	28/02/2018	Não	N/A	APDL, S.A.	1
2020/2022	PRESIDENTE C.A.	Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2
2020/2022	VOGAL C.A.	Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2
2020/2022	VOGAL C.A.	Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: OPLRO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	Identificar	Identificar	[Público / Privado]
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	Professora da Faculdade de Medicina do Porto Coordenadora da unidade de ética e gestão na saúde Coordenadora da pós-graduação em Administração Hospitalar	Público
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo			
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva			
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho			

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	S	B	4 864,34	1 945,74
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	B	3 891,47	1 556,59
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	B	3 891,47	1 556,59
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	3 891,47	1 556,59

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	B	4 864,34	1 945,74
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	B	3 891,47	1 556,59
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	3 891,47	1 556,59

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	91 449,64	0	47 670,56	6 542,52	41 128,04
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	73 159,66	0	36 229,62	3 657,94	34 750,86
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	73 159,66	0	36 229,62	3 657,94	34 750,86
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	73 159,66	0	36 229,62	3 657,94	34 750,86

Legenda: (\*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	91 449,64	0	47 670,56	5 393,32	42 277,24
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	73 159,66	0	36 229,62	3 657,94	34 750,86
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	73 159,66	0	36 229,62	3 657,94	34 750,86

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor diário	Montante pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Prof. Guilhermina Maria da Silva Rego	4,77	553,32	CGA	13.230,00	0,00	0,00	Apoios Sociais	0,00
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	11,00	2.492,00	Seg. Social	18.885,38	785,01	0,00	Apoios Sociais	320,00
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	11,00	2.735,00	Seg. Social	17.062,77	1.138,26	0,00	Apoios Sociais	81,25
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	11,00	2.737,00	CGA	17.093,34	0,00	0,00	Apoios Sociais	690,00

**Notas:**

1 - Artigo 20.º (Atualização do subsídio de refeição) da LOE 2017 - "O valor do subsídio de refeição fixado na Portaria n.º 1553 -D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, é atualizado, fixando -se em € 4,52 a partir de 1 de janeiro e em € 4,77 a partir de 1 de agosto".

2 - OS-010 - Subsídio de Alimentação Atualização, 16-11-2017 - "Deliberação do CA de 09-11-2017, o valor do subsídio de alimentação previsto ni nº 54º da portaria 1098/99, 21,12, com a redação dada +pela portaria 364/2000, de 23,06, é atualizado para 10,00€, com efeito a 01.10.2097"

3- Apoios Sociais - Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
Prof. Guilhermina Maria da Silva Rego (1)	S	N	47 285,12	Renting	2017	2022	828,22	9 938,64	15
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo (1)	S	N	47 285,12	Renting	2017	2022	828,22	9 938,64	15
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo (2)	S	N	36 069,03	Renting	2017	2022	609,22	7 310,64	15
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	N	38 382,83	Renting	2018	2022	643,71	7 724,52	19
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	N	38 382,83	Renting	2018	2022	659,46	7 913,52	19

(1) Utilização da viatura até 30 de junho pela Prof. Guilhermina Rego e entregue ao Eng. Nuno Araújo a partir de 1 de Julho

(2) Utilização da viatura até 30/06/2020, passando esta para a bolsa de veículos operacionais da Frota da APDL, SA

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gastos total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]
Prof. Guilhermina Maria da Silva Rego			250,00	n/a	0	250,00
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	1 135,00	217,00	700,00	n/a	0	2 052,00
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	271,38	305,07	50,00	n/a	0	626,45
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	973,00		370,00	n/a	0	1 343,00

## Fiscalização

Até 29 de julho de 2020

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2017/2019	PRESIDENTE C.F.	Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	DUE	04/06/2018	1 362,01	3
2017/2019	VOGAL C.F.	Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	DUE	04/06/2018	1 021,51	1
2017/2019	VOGAL C.F.	Dr. João Pedro Alegre da Cunha Mesquita	DUE	04/06/2018	1 021,51	1
2017/2019	VOGAL SUPLENTE	Dra. Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	04/06/2018	Não Remunerado	2

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	11 650,94	544,88	11 106,06
Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	8 172,08	408,64	7 763,44
Dr. João Pedro Alegre da Cunha Mesquita	8 738,16	408,64	8 329,52
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	Não Remunerado	Não Remunerado	0,00

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável.

**A partir de 30 de julho de 2020**

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2020/2022	PRESIDENTE C.F.	Dra Ana Alexandra Filipe Freitas	DUE	30/07/2020	1 362,01	1
2020/2022	VOGAL C.F.	Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	DUE	30/07/2020	1 021,51	2
2020/2022	VOGAL C.F.	Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	DUE	30/07/2020	1 021,51	1
2020/2022	VOGAL SUPLENTE	Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	DUE	30/07/2020	Não Remunerado	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dra Ana Alexandra Filipe Freitas	8 172,12	527,86	7 644,26
Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	6 129,06	306,48	5 822,58
Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	6 129,06	395,88	5 733,18
Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	Não Remunerado	Não Remunerado	0,00

**ROC/FU**

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma (1)	Data Contrato		
2017-2019	ROC	BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	29	20161384	DUE	17/01/2018	0	0
2017-2019	ROC Suplente	KPMG & ASSOCIADOS – SROC, S.A.	189	20161489	DUE	17/01/2018	0	0

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2020 (€)			Valor anual serviços adicionais (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	15 600,00	0	15 600,00	n.a.	15 600,00	0	15 600,00

**Nota:1** Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

**Nota 2** Aos honorários do ROC acrescem as despesas das taxas de serviços de supervisão, as despesas de comunicação e deslocação e outras incorridas no âmbito da prestação de serviço.

## Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais – 2019	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão</b>			X		No mandato 2020-2022, não foram fixados pelo acionista Estado, objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração da APDL. No entanto, apesar de não terem sido fixados objetivos de gestão, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido ao acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, que apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, cuja execução se apresenta no ponto 1 - Objetivos de Gestão do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
<b>Metas a Atingir constantes do PAO 2019</b>					
Princípios financeiros de referência					
Investimento	X			42,2%	O grau de execução do investimento previsto para 2020 foi de 42,2%, o que se deveu principalmente ao atraso dos investimentos relacionados com a Melhoria das Acessibilidades ao Porto de Leixões, à aquisição de rebocadores, à Estabilização da Doca 4 Sul e à Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Viana do Castelo. Os gastos com pessoal aumentaram relativamente a 2019 (+1,3%). No entanto, de acordo com Despacho n.º 278/2020 SET de 8 de junho de 2020, foi autorizado o aumento de gastos com pessoal, até ao montante previsto no PAO 2020, o qual não foi alcançado (-2,2%)
Gastos com pessoal	X			-2,2%	
Etc.					
<b>Grau de cumprimento do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			X	% de cumprimento	

Cumprimento das Orientações legais – 2019	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X			Não aplicável	<p>A APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro. Até ao final de 2019 não se concretizou nenhum desembolso adicional.</p> <p>Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com mais uma fonte de financiamento (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração) assegurada por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• empréstimo do Banco Europeu de Investimento no valor de 70 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro desembolso no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano. Antes da concretização do pedido, a APDL ainda avaliou a hipótese de contratação de um instrumento de gestão do risco financeiro (IGRF) para cobertura da taxa de juro de financiamento do BEI, mas como o regime de taxa que veio a ser estabelecido foi o de taxa fixa, optou-se por não negociar nenhum instrumento de gestão de risco;</li> <li>• uma linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.</li> </ul>
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			X	Não aplicável	<p>Em 2011 a APDL contraiu um empréstimo junto do BEI até EUR 70 milhões para financiar investimentos estruturantes para desenvolvimento da atividade do Porto de Leixões, abrangendo a Construção da Plataforma Logística e do novo Terminal de Cruzeiros e ainda a aquisição de 2 Rebocadores de 60 tons. de tração. O empréstimo foi autorizado pelo Estado Português, enquanto acionista único da APDL, SA. Tendo apenas efetuado um desembolso de 20 milhões de euros em outubro de 2011, regista-se a 31/12/2020 um saldo do Passivo de Financiamento de 14.660.000 euros.</p>
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	X			<p>Em 2020, o PMP por trimestres foi o seguinte:</p> <p>1º trimestre - 32 dias 2º trimestre - 24 dias 3º trimestre - 27 dias 4º trimestre - 30 dias</p>	<p>A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008.</p> <p>A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV, mantendo-se o prazo abaixo dos 40 dias.</p>



Cumprimento das Orientações legais – 2019	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2020: 858.342,59€	Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2020: 858.342,59€. A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SIRIEF, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capítulo IV - Mapa da posição a 31/12/2020 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>	X				Na última Assembleia Geral de 30 de julho de 2020 o representante do Acionista emitiu a recomendação de que o Conselho de Administração diligenciasse no sentido de dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158º do DLEO 2019. Em 2020 a APDL apresentou um crescimento de 198 mil (+1%) relativamente a 2019, o que se deveu às progressões nas carreiras, de acordo com o IRCT e às contratações autorizadas pelo Despacho n.º 278/2020 - SET. Contudo, registou uma poupança de 360 mil euros (-2,2%) face ao valor inscrito no PAO 2020 e autorizado através do mesmo Despacho.
<b>Remunerações:</b> Não atribuição de prémios de gestão			X	Não aplicável	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória em 2020: 13.747,37€	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória em 2020: 2.460,80€	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)			X	Não aplicável	
Restantes trabalhadores			X	Não aplicável	
<b>Artigo 32º e 33º do EGP</b> Não utilização de cartões de crédito			X	Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito Não existiu
Não reembolso de despesas de representação pessoal			X	Não aplicável	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				
<b>Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP</b> Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

Cumprimento das Orientações legais – 2019	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014</b> Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2018 e está disponível em: <a href="http://www.apdl.pt/governo-sociedade">http://www.apdl.pt/governo-sociedade</a>	Este relatório é publicado de 3 em 3 anos, pelo que 2018 ainda está válido
<b>Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção</b> Elaboração e divulgação do relatório anual	X			<a href="http://www.apdl.pt/gestao-de-risco">http://www.apdl.pt/gestao-de-risco</a>	
<b>Contratação Pública</b> Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa  Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas  Contratos submetidos a visto prévio do TC	X   X		X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual. Durante o ano de 2020 foram celebrados 2 contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€, tendo os mesmos sido submetidos a visto prévio do TC.
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>  Recomendação 1	X				Nos 3 anos anteriores não existiram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas
<b>Parque Automóvel</b> Nº de viaturas	X			+0	O número de viaturas total afeto à Frota Automóvel da APDL manteve-se em 51 (cinquenta e uma) viaturas.
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	X			ver ponto 13	Atendendo ao exposto no ponto 13 a APDL apresentou em 2020 o cumprimento da evolução do rácio da Eficiência Operacional relativamente a 2019
<b>Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias</b>	X			ver ponto 14	Em cumprimento com o disposto no n.º 7 do artigo 49º do DLEO 2019, reporta-se que em 2020, a APDL aumentou os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 20 mil euros (+5%) face ao ano anterior. Contudo, através do Despacho n.º 278/2020 SET de 8 de junho de 2020, foi autorizado o aumento de gastos com estudos, pareceres, projetos e consultorias até ao limite de 900.000 €.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013)</b>  Disponibilidades centralizadas no IGCP  Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			97,44% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2020	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de <i>homebanking</i> do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitado em 2020 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através da Informação n.º 1880/2020, de 31 de dezembro de 2020 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

## **ANEXOS**

## Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APLOG	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LOGÍSTICA
APP	ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CEF – T	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY- TRANSPORT</i>
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
CIIMAR	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CLPQ	CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DIM	<i>DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO</i>
DIW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i>
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i>
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA ( <i>GROSS TONNAGE</i> )
IAPMEI	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
JUL	JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
JUP	JANELA ÚNICA PORTUÁRIA
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PREVPAP	<i>PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS</i>
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
RIS	RIVER INFORMATION SERVICES
RJTFP	REGIME JURÍDICO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
SDL	SILOS DE LEIXÕES
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>

<b>Abreviatura</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTs	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
VUC	<i>VALOR DE USO CONTINUADO</i>

## Índice de tabelas – Relatório de Gestão

Principais Indicadores.....	8
Navios Entrados e Arqueação Bruta.....	13
Movimento Total.....	13
Porto de Leixões: Movimento Geral.....	13
Porto de Leixões: Origem e Destino da Carga.....	14
Porto de Viana do Castelo: Movimento Geral.....	15
Porto de Viana do Castelo: Origem e Destino da Carga.....	15
Movimento por Tipo de Carga.....	16
Porto de Leixões: Movimento de Mercadorias por Setores Operacionais.....	17
Porto de Leixões: Tipos de Movimento.....	17
Porto de Leixões: Carga Geral Fracionada.....	18
Porto de Leixões: Carga Contentorizada.....	19
Porto de Leixões: Tráfego Roll-On/ Roll-Off.....	19
Porto de Leixões: Granéis Sólidos.....	20
Porto de Leixões: Granéis Líquidos.....	20
Porto de Leixões: Granéis Líquidos.....	21
Porto de Leixões: Movimento de Contentores.....	21
Porto de Leixões: Movimento de Contentores Por Dimensão.....	21
Movimento de contentores por cais/terminal.....	22
Porto de Viana do Castelo: Movimento de Mercadorias.....	22
Movimento de Passageiros no Porto de Leixões.....	23
Movimento de Pescado.....	23
Navios Comerciais.....	24
Movimento de Mercadorias nos Portos do Douro.....	24
Movimento de Passageiros no Tráfego Fluvial.....	24
Movimentação entradas/saidas.....	33
Quadro Pessoal – Unidade de negócio.....	33
Quadro de Pessoal em 31 de dezembro.....	33
Níveis de habilitações.....	34
Ativos por áreas Operacionais.....	34
Regime de Trabalho.....	35
Taxa de Absentismo.....	35
Gastos com o Pessoal.....	36
Massa Salarial.....	36

Exames.....	36
Sinistralidade .....	36
Acidentes de Trabalho .....	37
Índice de Gravidade.....	37
Taxa de Formação.....	38
Investimento em 2020.....	43
Investimento no Porto de Leixões .....	43
Investimento no Porto de Viana do Castelo .....	44
Investimento na Via Navegável do Douro .....	45
Fontes de Financiamento .....	46
Demonstração de Resultados.....	47
Demonstração de Resultados por Unidade de Negócio.....	48
Vendas e Serviços Prestados .....	49
Vendas e Serviços Prestados – Porto de Leixões.....	50
Vendas e Serviços Prestados – Porto de Viana do Castelo.....	51
Vendas e Serviços Prestados – Via Navegável do Douro.....	52
FSE, CMVMC e Gastos com o Pessoal.....	53
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Leixões.....	54
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Viana do Castelo.....	56
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Via Navegável do Douro.....	57
Outros gastos operacionais .....	58
Situação patrimonial.....	60
Indicadores Financeiros.....	61